

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Carolina Chaves Ferro

TERREMOTO EM LISBOA, TREMOR NA BAHIA: Um protesto contra o Donativo para a Reconstrução de Lisboa



Niterói

¹ Gravura alemã do séc.XVIII da coleção “Augsburgische Sammlung” exposta no Museu da Cidade de Lisboa.

2009

CAROLINA CHAVES FERRO

TERREMOTO EM LISBOA, TREMOR NA BAHIA:

UM PROTESTO CONTRA O DONATIVO PARA A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

(1755 – 1757)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

Orientador: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo

Niterói

2009

Ficha Catalográfica elaborada por Leiz Barros

F395 Ferro, Carolina Chaves.
Terremoto em Lisboa, tremor na Bahia : um protesto
contra o donativo para a reconstrução de Lisboa / Carolina
Chaves Ferro. – Niterói, 2009.
200 f. ; il.

Orientador: Luciano Raposo de Almeida Figueiredo.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade
Federal Fluminense, 2009.

1. TERREMOTO EM LISBOA. 2. Historiografia de
Portugal. 3. Reconstrução de Lisboa. 4. Bahia. 5. Protesto. 6.
Subsídio voluntário. I. Título. II. Figueiredo, Luciano
Raposo de Almeida.

CAROLINA CHAVES FERRO

TERREMOTO EM LISBOA, TREMOR NA BAHIA:

UM PROTESTO CONTRA O DONATIVO PARA A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

(1755 – 1757)

Material de Qualificação apresentado ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo
Universidade Federal Fluminense – UFF (Orientador)

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Universidade Federal Fluminense – UFF (Argüidor)

Prof. Dr. Francisco José Calazans Falcon
Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO (Argüidor)

Prof. Dr. Guilherme Pereira das Neves
Universidade Federal Fluminense – UFF (Argüidor/Suplente)

Niterói
2009

"Todos os meus escritos ficaram inacabados; sempre novos pensamentos se interpunham, associações de idéias extraordinárias e inexcluíveis, de término infinito... O Caráter da minha mente é tal que odeio os começos e os fins das coisas, porque são pontos definidos."

FERNANDO PESSOA

A Maria de Lourdes e

José Ribamar

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que me ajudaram na elaboração desta Dissertação. As ajudas foram tanto com conselhos profissionais como com palavras amigas, apoios financeiros e incentivos, nem que seja um “Vai escrever Carol, pare de conversar no MSN”.

Agradecimentos Institucionais:

À Universidade Federal Fluminense

Ao Departamento de História, aos coordenadores que estiveram presentes em meu período do mestrado, aos funcionários da pós-graduação sempre tão solícitos.

À CAPES, que me forneceu uma bolsa de mestrado, dinheiro ao qual pude comprar livros, viajar para congressos, e escrever livremente, além, lógico de uma cervejas ocasionais com os amigos para revigorar.

As Instituições de Pesquisa como o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, O Centro Cultural Banco do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Real Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca de Pós-Graduação da UFF. Obviamente meus agradecimentos vão para as pessoas que lá trabalham, sem as quais nenhum trabalho seria possível. Onde eu conseguiria aquelas obras raras, aqueles documentos impressos, aqueles livros caros?

Agradecimentos aos meus queridos mestres:

Ao meu orientador, Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Ele me atura desde o terceiro período da minha graduação, aturou minhas mudanças de humor, minhas crises existenciais, meus sumiços, meus dramas. Obrigada professor, mais que um mestre, é um amigo que levarei para a vida toda.

Aos membros da banca, professor Francisco Calazans Falcon e professor Carlos Gabriel Guimarães. Eles me ajudaram na qualificação. Foram elogiosos, e souberam puxar minhas orelhas com jeito. Me fizeram refletir sobre questões importantes para a produção historiográfica. Espero poder ter aproveitado pelo menos uma parte de suas sugestões. Obrigada Carlos Gabriel também pelo CD com arquivos, pelas teses emprestadas e pela amizade que sempre teve comigo.

Aos meus professores na Universidade Federal Fluminense, em especial ao Carlos Gabriel novamente, ao Rodrigo Bentes (que foi meu primeiro professor de História na antiga quinta série no Colégio Pedro II, à professora Vânia Fróes que sempre foi meu espelho profissional, à Gladys Sabino que me ensinou a escrever um projeto de verdade, aos professores Mario Jorge, Guilherme Pereira das Neves, Ronaldo Vainfas, Marcos Alvito e Maria de Fátima Gouvêa. Esta última nos deixou cedo demais. Ensinou-me os primeiros passos da modernidade, confiou em mim como profissional, me aceitou em matéria da pós-graduação quando eu ainda era da graduação, acreditou no meu potencial desde o princípio. Esta dissertação é dedicada em especial a ela.

Aos funcionários da UFF, em especial à Juceli, que é mais que uma amiga, é quase uma mãe. Aos meninos da faxina, aos seguranças, aos secretários.

Aos amigos do mestrado em especial a Letícia, Izabela, Lincoln, Yllan, Eudes, Gefferson, Tiago, Bruninho, Vinicius, Walter, eu AMO vocês.

Aos amigos da graduação, em especial Priscilla, Ana Carolina, Lucrecia, Marcelo Junior, Marcelo Celso, Érico, Pedro, Ricardo, Eduardo, Camile, Emanuelle, Márcio Júnior, Katiuscia, Cláudio, Aline Brito, Aline Marcelino, Flávia, Daniel, Denise, OBRIGADA por tudo.

Aos demais amigos não historiadores, Renata, Rodolfo, Andréa, Bianca, João Guilherme, Caroline, André, Filipi, Debby, Andréa 2, Thais, Douglas, Wander, Leandro, Letícia (Cultura Inglesa), Rodrigo (Cultura Inglesa), Isis (Cultura Inglesa), Renata (Cultura Inglesa), Liana (Cultura Inglesa), Leiz (que fez minha ficha catalográfica), Gabriela, Carolina (Aliança Francesa), Aline (Aliança Francesa), Frabca (Italiano), Alice, Mariana, Caio, Márcia, Dani, Fábio, Leandro Ipanema, Nando, Nina, Marcos, Markus, Alexandre, Pierre, Thiago, Kátia, Dinho, Jair, Adriana, Juliana, e a todos os outros que eu amo de paixão, obrigada por vocês existirem na minha vida.

Aos meus irmãos Carlos Alberto, Marco Aurélio, Sérgio Henrique e Luciana pelo apoio e incentivo, e por acreditarem na minha capacidade.

A minha madrinha Maria Neli que sempre teve paciência comigo.

Ao amor da minha vida, Alex, meu ortopedista que curou meu coração, obrigada pela paciência, pelos momentos ausentes, e por ter me ensinado a amar de verdade. Te amo meu amor.

Aos meus pais Maria de Lourdes e José Ribamar. Vocês são meu chão, meu suporte, minha alegria. Obrigada por nunca me abandonarem, nunca desistirem de mim.

Obrigada pelos custeios da minha educação, por terem me dado mais que a vida, mas valores morais e éticos. Amo vocês mais que tudo na vida.

RESUMO

Grande parte da historiografia sobre Portugal e seu Império na época Moderna entende que o Terremoto de Lisboa fora um importante marco para que o Secretário de Governo do Rei D. José I na época, Sebastião José de carvalho e Melo, depois Primeiro Conde de Oeiras e mais tardiamente Primeiro Marquês de Pombal, aplicasse as práticas governativas consideradas necessárias para a modernização da Coroa Portuguesa. Enquanto as preocupações se voltavam para as questões da administração e das finanças de Portugal, as implicações imediatas do Terremoto na sociedade da América ficaram à margem na historiografia. Este trabalho pretende preencher algumas questões que demonstram a lealdade dos colonos ao Rei, mas ao mesmo tempo sua preocupação em enriquecer e tirar o máximo proveito econômico desse território.

Palavras-chave: 1. Terremoto de Lisboa, 2. D. José I, 3. Bahia, 4. Protesto, 5. Subsídio Voluntário.

ABSTRACT

A big part of historiography about Portugal and its Empire in The Modern Age understands that the Earthquake of Lisbon was an important landmark to the Secretary of Government of the King D. José I on that age, *Sebastião José de Carvalho e Melo*, after First *Conde de Oeiras* and later First *Marquês de Pombal*, applied to the politics necessities to the modernization of Portuguese State. While the preoccupations had been about the questions of portuguese politics, the most immediatly concerns from the Earthquake in the America Society had been in the second plan in the productions of historians. This dissertation wants to do a small contribution, and answer some questions about the loyalty from colons to the king, but at the same time, their preoccupations in to be rich and to do the economic exploration in this territory.

Key-words: 1. The Earthquake of Lisbon, 2. D. José I, 3. Bahia, 4. Modern Politics, 5. Portuguese Empire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Por que estudar um abaixoassinado contra o Donativo para a Reconstrução de Lisboa?	013
CAPÍTULO I: A Terra Caiu, Fundiu-se Lisboa: O Terremoto de 1755 e sua Repercussão na Europa e na América Portuguesa	021
1. Lisboa, Sede da Coroa Portuguesa	024
1.1. O Grande Sismo	029
2. Política, Religião e Sociedade: Os discursos europeus sobre o Terremoto.....	032
3. A Solidariedade Européia em Meio ao Terror: As Coroas, os particulares e o Papado	043
4. Lisboa, o símbolo do Império Português a Deriva: Os discursos produzidos na América	049
5. A Política de Sebastião José de Carvalho e Melo e de D. José I pós-terremoto	054
6. Conclusão do Capítulo	063
CAPÍTULO II: A Bahia no Tempo do Terremoto: Economia, Sociedade e Governação	065
1. A Bahia de Todos os Santos, a Câmara, a Sociedade e a Misericórdia	067
2. Os Impostos d’El Rei e o Donativo Voluntário	076

2.1. Tabela sobre o Subsídio do terremoto na América	081
3. O Donativo na Bahia de Todos os Santos	087
4. O Impacto econômico do Donativo e os comerciantes	094
5. Conclusão do Capítulo	104
CAPÍTULO III: O Protesto contra o Donativo	106
1. Revoltas, Motins e Protestos na América: Uma Tradição Rebelde na Bahia?.....	109
2. O abaixo-assinado contra o Donativo	113
3. A Devassa: inquérito, prisão e envio do Advogado Pedro Nolasco para Lisboa	117
4. Resultados: Entre Mortos e Feridos, Salvaram-se todos	121
5. Conclusão do Capítulo	123
CONCLUSÃO	124
FONTES PRIMÁRIAS	129
BIBLIOGRAFIA	136

INTRODUÇÃO

POR QUE ESTUDAR UM
ABAIXOASSINADO CONTRA O
DONATIVO PARA RECONSTRUÇÃO
DE LISBOA?

INTRODUÇÃO

PORQUE ESTUDAR UM ABAIXOASSINADO CONTRA O DONATIVO PARA A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA?

*A história, (...), é um processo social em que os indivíduos estão engajados como seres sociais (...) O processo recíproco de interação entre o historiador e os seus fatos, o que denominei diálogo entre presente e passado, é um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem.(...) só podemos compreender completamente o presente à luz do passado.
(Edward Hallet Carr²)*

A pergunta que abre a introdução desta dissertação pode parecer um tanto quanto lógica pelo título do trabalho. Contudo, acredito que poucos historiadores ainda se perguntam por que estão estudando determinado assunto, e foi através desta indagação que comecei a escrever.

Existem mil formas de se escolher um tema para estudo. Alguns o escolhem por seguir seu orientador. O orientador costuma trabalhar um determinado problema, e a admiração pelo mesmo, e/ou pelo profissional, fazem com que o indivíduo escolha algum tema relacionado com a pesquisa de quem possa lhe orientar. Outros escolhem pela possibilidade de trabalhar com a teoria a qual ele esta engajado. Movimentos

² CARR, Edward Hallet. "II. A Sociedade e o Indivíduo", In: __ *O Que é História?*, São Paulo, Editora Paz e Terra, 8º Ed., 2002, pág. 90.

revolucionários, questões trabalhistas, lutas de classes (quer no sentido marxista, quer no sentido weberiano) são alguns dos temas frequentes. Outros, mais pós-modernos, estudam trajetórias de indivíduos como se estes vivessem praticamente isolados do mundo. Contam por onde eles andaram, o que eles fizeram, mas eu me pergunto: qual a relevância de alguns tipos específicos de análise?

Para estudarmos trajetórias específicas, biográficas, é preciso um trabalho minucioso, não somente do indivíduo estudado, mas de seus pares, da sociedade do período em todos os seus estratos sociais, dos diversos contextos locais e contexto mundial. Esquecer os menos favorecidos, os que são subjugados, a variedade de estratos da sociedade, seria para mim, esquecer que a história é feita por homens, no plural, e não no singular. Assim sendo, procurei neste trabalho, apesar da análise se concentrar nos grandes comerciantes baianos, identificar como era a sociedade da América Portuguesa na segunda metade do século XVIII.

Como é possível verificar, o estudo parte do problema que se encontra em uma análise micro. Um protesto, bastante específico, com um tipo peculiar de contestação que é o abaixo-assinado, com um grupo social que são os Grandes Comerciantes, na localidade da Bahia setecentista, mais especificamente a cidade real de Salvador, sede governativa da América Portuguesa no ano de 1755.

Entendemos que a investigação de uma situação específica não pode ser analisada somente no âmbito da localidade do fato histórico. Assim sendo, o trabalho procura estudar o contexto mundial, e o contexto português, especialmente no que diz respeito ao Terremoto de Lisboa. O primeiro capítulo é a prova dessa preocupação. É através dele que entenderemos melhor o que significava a cidade de Lisboa para os vassallos e súditos de Sua Majestade. Procurei verificar a importância da cidade de Lisboa desde o período da Dinastia de Avis, período esse áureo para Portugal, de grandes trocas comerciais, e de importante influência na Europa e na África. A importância e o amor por aquela cidade é tamanha, que os súditos que se encontram nos lugares mais longínquos, muitos que nunca estiveram lá, se emocionam e se solidarizam com os lisboetas e com a Família Real. Obviamente o fato de ser a cabeça do Reino, sede da corte, e morada dos reis tem uma importância simbólica imensa para aquela população. O rei mesmo que distante, se fazia presente através de festas, através da malha administrativa, e do sentimento de pertencimento a algo que era maior que a terra.

Foi necessário então explicar a catástrofe que acometera Lisboa. A modernidade ocidental nunca havia assistido um desastre natural daquela proporção. Ainda hoje, especialistas sobre os desastres da natureza estudam um dos piores terremotos que já passara pela capital portuguesa. O Terremoto de Lisboa foi um dos acontecimentos mais importantes para a história daquele país. Muitos livros foram produzidos sobre ele, especialmente no ano de 2005, com a comemoração dos 250 anos do ocorrido. Ainda hoje, no ano de 2009 estão sendo lançados alguns exemplares sobre este tema. Tantas produções me ajudaram na elaboração desta dissertação. Pena não ter tido acesso a todas elas, especialmente as mais recentes. Contudo acredito que as que foram utilizadas foram suficientes para sanar as dúvidas sobre os estragos, a recuperação, a sociedade, e as práticas governativas que foram impulsionadas pelo desastre. Acredito que estas premissas são fundamentais em qualquer estudo histórico.

O Terremoto de Lisboa não teve sua repercussão somente nos territórios pertencentes à Coroa Portuguesa. O processo natural do abalo sísmico, juntamente com os acontecimentos que o sucederam, o maremoto, e os incêndios ocorreram também em outras partes. A Espanha, a Inglaterra, o norte da África, e um pouco da França também tiveram suas perdas, contudo nenhuma dessas regiões sofreu tanto quanto Portugal. Tão pouco, dentro do território Português na Europa, a cidade de Lisboa fora a única destruída. Praticamente toda a região da península ibérica sofreu algum tipo de destruição. Desta maneira, não havia quem não se solidarizasse com as perdas dos portugueses. Inúmeras almas foram perdidas e riquezas incontáveis se submergiram em meio ao caos instalado. Mas como dizia Sebastião José de Carvalho e Melo, restava cuidar dos vivos. Para que isso fosse possível, as demais Coroas europeias e a Igreja auxiliaram a Monarquia Portuguesa. Vieram ajudas das mais diversas, com gêneros alimentícios, auxílio em espécie, e palavras de consolo, afinal, nem toda ajuda é material. Procurei aqui mostrar um pouco destes auxílios, sua importância para a reconstituição do que foi perdido e a repercussão política da aceitação de alguns, e da negação de outras ajudas.

Para além da Europa, a América Portuguesa foi deixada em segundo plano no que diz respeito ao recebimento da notícia da catástrofe. Com uma documentação valiosa, produzida pelas mais diversas Câmaras da América, procurei identificar alguns temas centrais para a modernidade. Como vassalos que estão tão distantes viam o Reino Português? O sentimento de pertença a Portugal passava diretamente pela Família Real. Como sabemos, não havia nacionalismo na segunda metade do século XVIII. Contudo,

a documentação demonstra a preocupação com a saúde do Rei e seus entes, com a cidade de Lisboa, tão cantada em verso e prosa por letrados e tão rica cabeça do Reino, e é lógico, com os entes queridos que ficaram do outro lado do Atlântico. Não podemos esquecer jamais que os colonos eram portugueses, quer nascidos no reino, quer nascidos na América. Também não podemos olvidar que a noção de espaço era completamente distinta da atual. Sendo a América considerada uma extensão de Portugal, os colonos acreditam que sentiram o abalo da terra como se estivessem próximos ao epicentro.

Mas nenhuma análise documental seria possível sem o contexto político e econômico do período. Por esta razão foi preciso retomar as políticas que estavam sendo implementadas desde a Coroação de D. José I até o Terremoto de Lisboa, e compará-las com as mudanças efetuadas para restabelecer a ordem. Mudanças estas especialmente conduzidas pelo Secretário de Estado que ascende ao poder com o Terremoto, o famoso Pombal. Não quero cair no pecado dos historiadores, o anacronismo. Entretanto a palavra Pombal dificilmente sairá deste trabalho, devido ao forte poder que ela conduz, marcado por toda historiografia portuguesa, luso-brasileira e por todos os historiadores não portugueses que escreveram sobre Portugal, como Maxwell por exemplo. É quase uma unanimidade entre os historiadores que o Terremoto de Lisboa foi um importante marco para que Sebastião José de Carvalho e Melo conduzisse Portugal para novos horizontes, novos paradigmas, e implementasse algumas políticas consideradas, por ele e por seus adeptos, modernizadoras e salvadoras de todo o Reino Português e da Coroa. Finalizo o primeiro capítulo desta dissertação explicitando e problematizando tais políticas, interligando-as ao contexto americano.

Colocadas as análises européias e, em âmbito geral e genérico, sobre a América Portuguesa, foi preciso adentrar ao contexto mais específico, o da Capitania da Bahia de Todos os Santos, especialmente sobre a capital governativa da América no ano do sismo, a cidade de Salvador. Como cidade real, ela possuía uma Câmara com membros da alta nobreza portuguesa, nobres da casa de Sua Majestade. Obviamente existiam nobres de um patamar menos elevado como os dos hábitos de Cristo, Avis e Santiago. Havia também os senhores de engenho, donos de escravos, o que trazia um importante status local, familiares do Santo Ofício e membros das mais diversas ordens religiosas que possuíam mosteiros em Salvador. A cidade era ainda a sede do único arcebispado e por muito tempo foi o único local que possuía uma instituição de justiça superior, o tribunal da relação, até o surgimento do tribunal da relação do Rio de Janeiro. Sendo a maior cidade da América portuguesa, tanto em extensão como em número de habitantes,

sua sociedade era riquíssima. Por isso, para além dos homens nobres da colônia, e os considerados Homens Bons, ou seja, os que podiam ser eleitos aos cargos da burocracia, estavam inúmeros artesãos, trabalhadores livres, mercadores menores, caixeiros, soldados do terço, doceiras, prostitutas, tudo que uma cidade europeia teria, com o acréscimo da diversidade de cores da pele, e a escravidão que era em número muito maior em Salvador, se compararmos com qualquer outra cidade da Europa. Com uma diversidade tão grande de homens, foi necessário estudar essa sociedade baiana mais a fundo, com suas hierarquias, seus costumes, seus valores, suas instituições e suas relações sociais.

Após a compreensão da sociedade baiana, caímos inteiramente no estabelecimento do imposto estudado, o Donativo para reconstrução de Lisboa. A documentação utilizada transcende o território da capitania da Bahia e parte por toda a América Portuguesa. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe D'El Rey, Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, foram algumas das localidades em que a documentação estava disponível para consulta. Assim, foi possível fazer um levantamento da instituição do Subsídio em cada Câmara, o valor estabelecido, os produtos taxados, etc. Desta forma também, justificamos a delimitação do espaço da Capitania da Bahia, mais especificamente da cidade de Salvador para o estudo proposto. Como observaremos no segundo capítulo, ela se diferencia em muitos aspectos das demais capitanias, bem como é a única a qual encontramos um protesto contra o pagamento.

Por essa diferenciação, por ser a cabeça da governação portuguesa na América, e pela riqueza da documentação, foi preciso separar a análise da Capitania da Bahia das demais. Com a documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino foi possível reconstituir o passo a passo do estabelecimento do donativo. Ao mesmo tempo, a problematização do estabelecimento de um imposto na época moderna pode ser averiguada. Tudo começa com a reunião dos homens bons que se encontram na cidade quando a carta de Sua Majestade contando sobre o infausto terremoto chega às mãos do vice-rei Conde dos Arcos. Aos sons dos sinos da Câmara, aqueles homens elegem os procuradores do povo, para que esses escolhidos organizem a melhor forma de arrecadação que devia condizer ao mesmo tempo com a fidelidade prestada ao monarca e com as possibilidades dos seus súditos para que os mesmos não passassem por necessidades. Mesmo com um pequeno número de pessoas resolvendo sobre um imposto que incidiria diretamente por toda a sociedade, a disputa estava presente.

Disputa esta que era além do político, pois interesses econômicos importantes estavam em jogo.

Por causa desses interesses que foi preciso estudar o impacto econômico do donativo naquele período. Lembremos que o momento era de crise. O Terremoto cortou temporariamente o comércio entre o Reino e seus domínios ultramarinos. Apesar de todas as políticas pombalinas para que se retomasse o comércio o mais rápido possível, o futuro dos negócios daqueles negociantes era incerto. Que diríamos então dos mercadores lojistas de Salvador? Os mesmos guardavam suas mercadorias, vendiam a preços mais altos, inflacionaram principalmente os produtos importados. Foi preciso uma intervenção da Câmara para que os preços fossem congelados. Ao mesmo tempo aquela instituição estabeleceu punições severas para quem descumprisse as suas orientações, criando o Tribunal do Donativo Voluntário, que cuidava das questões específicas sobre o imposto, mais uma vez demonstrando a sua importância.

No terceiro capítulo foi feito um breve repasso sobre as revoltas que existiram anteriormente à contestação estudada. Desta forma é possível identificarmos não somente as práticas políticas e reivindicatórias mais conhecidas daquela população, mas também a heterogeneidade da sociedade baiana, que aumenta desde a sua fundação como sede do primeiro Governo-Geral na América, até o momento do reinado de D. José I. Identificaremos que o protesto pacífico era um tipo peculiar de manifestação, onde havia uma petição, um grupo participante específico e um único fim.

Logo após então identificamos o passo a passo do que seria um protesto do tipo do abaixo-assinado. Portanto reconstituímos de onde surgiu a idéia, os principais envolvidos, como se deu a arrecadação das assinaturas e como eles pretendiam que a petição chegasse às mãos de Sua Majestade.

Antes que isso acontecesse, o abaixoassinado é descoberto pelo Vice-rei Conde dos Arcos, provavelmente delatado por algum dos homens que não quis participar do processo, ou que era ligado aos procuradores do povo que instituíram a forma de arrecadação, ou ainda, ligado aos favoráveis ao valor e forma estabelecidos. É instituída uma devassa a pedido do Vice-Rei, e o advogado Pedro Nolasco, principal acusado, é enviado à cadeia para averiguação dos fatos, antes que o mesmo fugisse, quer fosse para sua fazenda, quer fosse para o Reino.

Através do estudo da devassa verificamos as artimanhas daquelas que a assinaram para escapar da acusação, sendo a principal delas culpar o principal suspeito.

Como uma devassa, sua estrutura é a mesma de outras, mas como conteúdo para retomada da vivência social daquela época, esta constitui um documento riquíssimo.

Por último identificamos os resultados do inquérito e das disputas políticas presentes entre os grupos sociais que compunham a parte mais importante simbolicamente na Bahia. Assim, a documentação nos mostra que o rei D. José I, assistido de seu Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho Melo soube sabiamente arquitetar suas alianças, bem como satisfazer os grupos sociais que mais fariam com que o reino português, segundo a perspectiva pombalina, ascendessem, se modernizasse e saísse da condição de subalterno a demais coroas, como era nos primórdios da modernidade. Uma monarquia repleta de riqueza, importância social e influência nos mais remotos cantos conhecidos do planeta, a Europa, a África e a enigmática Ásia.

Concluída a apresentação da dissertação, só nos resta verificar o trabalho e aprendermos com aquela sociedade que era, e ainda é, parte fundamental de nossa história.

CAPÍTULO I

A TERRA CAIU, FUNDIU-SE LISBOA:
O TERREMOTO DE 1755 E SUA
REPERCUSSÃO NA EUROPA E NA
AMÉRICA PORTUGUESA

CAPÍTULO I

A TERRA CAIU, FUNDIU-SE LISBOA: O TERREMOTO DE 1755 E SUA REPERCUSSÃO NA EUROPA E NA AMÉRICA PORTUGUESA

*“Que escuto, e sinto, ó Deus! Não sei se soa
Por modo nunca ouvido o Tejo cresce:
Abalam-se as montanhas; e parece,
Que o mar com novas ondas nos atroa,
Casas, Palácios, Templos desprova,
Este medonho som, que me esmorece:
A gente pasma, a terra se estremece,
O fogo prende; e funde-se Lisboa.”³
(Paulino António Cabral)*

O Terremoto que aterrorizou a cidade de Lisboa em primeiro de novembro de 1755 mobilizou a Europa e todos os domínios ultramarinos pertencentes à Coroa Portuguesa. No ano de 2005 muitos estudos foram publicados com o intuito de compreender melhor a repercussão que o sismo provocou na cultura, na economia, e nas práticas governativas de Sebastião José, futuro Conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Dentre estes estudos, destacam-se artigos dos mais diversos pesquisadores como

³ CABRAL, Paulino António: Abade de Jazente. *Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755, Romance Fúnebre!*, Poesias, Edição de Miguel Tamen, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985, p. 428.

geógrafos, economistas, demógrafos, sociólogos, psicólogos e historiadores que avançaram nas análises sobre as repercussões do Terremoto, especialmente nas lacunas que a historiografia até então havia deixado⁴. Contudo, tais lacunas não foram completamente analisadas e muitos pontos ainda devem ser pesquisados.

Este trabalho pretende avançar em um dos quesitos que fora pouco estudado até o momento, a repercussão do Terremoto de Lisboa na América Portuguesa. Até agora, os estudos se concentraram na influência cultural dos discursos de uma época em que as luzes francesas influenciavam os letrados por toda Europa, bem como nas práticas governativas que o Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo pôde tomar com maior precisão por conta do abalo da natureza. Ao estudar as origens econômicas que permitiram a reconstrução da sede do Império Português, poucos historiadores⁵ se remontam ao auxílio prestado pelas regiões do ultramar.

Todavia, os homens não vivem somente de economia. Sobretudo em um período marcado pela sacralidade, pelas relações sociais e pela indissociabilidade do público e do privado. Assim sendo, neste primeiro capítulo procuraremos adentrar no período proposto. Primeiramente, nos familiarizaremos com a cidade de Lisboa e o porquê de ela ser a cabeça do Império Português. Em um segundo momento, procuraremos entender melhor o pensamento do período não somente em Portugal, mas na Europa. Na terceira parte, identificaremos as ajudas européias, tanto das coroas, como da Igreja e de diversos personagens. Tais auxílios não eram somente financeiros, mas palavras de consolo e de apoio que foram decisivas para o fortalecimento da Família Real e do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo. Posteriormente, a pesquisa se destina aos discursos produzidos na América sobre o sismo, onde podemos ver a retórica dos principais homens da governação e da Igreja, analisando-a da forma como Hansen⁶ nos propõe, criticamente, porém sem a maneira negativa com a qual os discursos retóricos vinham sendo estudados. Por último, identificaremos as práticas

⁴ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

⁵ Exceções são os casos de Maria Fernanda Bicalho, Maria de Fátima Gouvêa e Nireu Oliveira Cavalcante. Também existe estudo recente da Professora Carla Maria Carvalho de Almeida sobre o Impacto do Donativo nos Comerciantes de Minas Gerais, contudo a pesquisa ainda está em andamento. Outros historiadores renomados comentam o Donativo na América como Amaral Lapa, mas não consiste em objeto principal do seu estudo. Historiadores portugueses comumente se remetem ao auxílio de 4% sobre os produtos taxados na Alfândega de Lisboa, um donativo dos Comerciantes para a reconstrução da mesma cidade, e não sobre o auxílio deste estudo.

⁶ HANSEN, João Adolfo. “A Murmuração do Corpo Místico”, In: __ *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 71-142

pombalinas que foram executadas logo após o abalo, essenciais para a compreensão da sociedade e da política portuguesa na segunda metade do século XVIII.

* * *

1. Lisboa, Sede da Coroa Portuguesa:

Ainda na Dinastia de Avis, Lisboa fora ganhando um espaço distinto no Estado português que estava em formação. Sua localização sempre fora privilegiada, sendo parte da ponta da Península Ibérica, com uma costa bastante favorável ao comércio. Não foi à toa que Lisboa se tornou, ainda na Idade Média, um importante centro comercial. Foi com o reavivamento do comércio europeu e a necessidade de se percorrer o Oceano Atlântico, em um primeiro momento a parte Norte para comercializar com Europa nórdica nesse caso, que Lisboa cresce enquanto cidade, e importância social na Europa.⁷

Lisboa, como qualquer cidade, não cresce em importância por si só. Seus agentes sociais têm papel preponderante no seu desenvolvimento. Em Lisboa encontrávamos variados profissionais, organizados muitas vezes em Corporações de ofício, Irmandades Religiosas e Confrarias que demarcavam o espaço de cada um em uma sociedade onde o indivíduo tinha menor importância em detrimento dos grupos. Dentre as profissões mais importantes simbolicamente e para a economia lisboeta destacamos as da construção civil, construção naval, laboração de fornos e de mercadores. Não podemos deixar de refletir também, que a cidade era

⁷ O Atlântico Sul nesse caso diz respeito ao comércio com as localidades do Mar do Norte e com a atual região da ilha da Grã-Bretanha. Para mais informações ver: COELHO, António Borges Coelho. *O Tempo e os Homens: Questionar a História III*, Lisboa, Caminho – Coleção Universitária, 1996.

heterogeneamente composta por diversos grupos sociais, e como tal, havia aqueles que eram considerados marginais⁸.

A cidade possuía um *foral*⁹, concedido por D. Manuel I em 1500, que demarcava bem os lugares de cada profissão, bem como estabelecia, agora mais claramente, a ligação íntima entre os Reis e os lisboetas. O Monopólio, sistema que marcou a Idade Média e a Modernidade, um marco de sistemas econômicos anteriores ao capitalismo¹⁰, também aparece com bastante clareza nesse documento, especialmente os monopólios dos Reis e os que eles concediam em troca da lealdade dos seus súditos. O Rei concede privilégios aos cidadãos, sendo a cidade elevada à categoria de Infante.

Por algumas vezes, os habitantes de Lisboa teriam embate com os Reis da Dinastia de Avis. Entretanto, foi com D. João II que a cidade se encontrou em perfeita sintonia com o monarca¹¹ que, dessa forma, conseguira fazer as modificações necessárias para que a cidade ficasse cada vez mais sob o poder real.

Simultaneamente ao crescente poderio do Rei ocorreu o fortalecimento de grupos sociais que ascendem formando uma corte, algumas vezes provindos da burguesia¹². Esses grupos vão garantir que o rei, que legitimava seu poder, tenha cada vez mais espaço nas decisões da cidade¹³. Em Portugal, diferentemente de outros países, a nobreza tem menos terras que cargos¹⁴, e dessa forma, necessitava do Rei para enriquecimento de sua casa.

Assim, Lisboa se torna cada vez mais importante dentro do território português que se forma precocemente em comparação com os demais territórios da Europa. Rapidamente adquire influência sobre as demais cidades portuguesas, se tornando a

⁸ Entendo pelo conceito de marginal como Geremek, considerados excluídos e à margem da sociedade, na prática os mesmos possuem seu espaço e são essenciais para a ordem estabelecida. Para mais informações ver: GEREMEK, Bronislaw. “O Marginal”, In___: LE GOFF, Jacques. *O Homem Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.

⁹ MARCOS, José Manuel (introdução, transcrição e notas). *Foral de Lisboa (1500)*, Amigos de Lisboa, Lisboa, 2000.

¹⁰ A existência do monopólio no capitalismo difere do monopólio nos períodos anteriores. Para informações sobre a economia mercantilista ver: FALCON, Francisco A. C. *Mercantilismo e Transição*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

¹¹ COELHO, Borges. 1996.

¹² Entende-se por Burguesia, os habitantes do burgo, por muitas vezes comerciantes e não como burguesia enquanto classe do sistema capitalista. Sabe-se que é bastante complicada a definição de Burguesia para o período. É preciso explicitar que, como muitos historiadores utilizam o termo nos mais diversos vieses teóricos, este termo somente será utilizado quando provir de citação de autor.

¹³ MARQUES, A. H. Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Editorial Presença, Lisboa, 1986.

¹⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Editora Imprensa Nacional, 2003.

cabeça do reino. Os habitantes de Lisboa, com seu foro privilegiado, deviam ser fiéis ao Rei e a cidade. Lisboa era vista como um corpo, e como tal também era fiel ao Rei.

Lisboa, principalmente após o aumento do comércio e com a Expansão Marítima na qual os navios saíam em grande parte de seus portos, estava em constante crescimento. Não podemos deixar de destacar que, em sua formação desde a antiguidade até a modernidade, esta cidade possuía e perpassou por características romanas, árabes e tipicamente medievais da cristandade latina. Dentre seus grupos sociais e étnicos também incluímos os mouros e os judeus, antes da expulsão, e após, quando muitos deles continuaram, os agora intitulados cristãos-novos. Também incluímos os escravos africanos, um grupo que cresce consideravelmente na idade moderna, os estrangeiros, os indianos e uns poucos ameríndios.

Muitas transformações foram feitas no urbanismo desta cidade até o terremoto de 1755. Os Reis da Dinastia de Avis haviam construído chafarizes, aumentado e melhorado a distribuição de água, e realizado melhorias nos portos para que o comércio se agilizasse. Na dinastia dos Bragança, damos destaque ao rei D. João V, momento de ouro de Portugal, que recebia os metais e pedras preciosas das Minas. Dentre as construções mais importantes deste período destacamos o Aqueduto das Águas Livres. É bem verdade que Lisboa perderia um pouco de seu brilho no período da União Ibérica, onde parte da corte portuguesa se aproximaria dos reis espanhóis para garantirem seus status privilegiados de primeira nobreza. Entretanto, a partir de 1640, com as guerras de restauração, Lisboa se torna novamente cada vez mais forte no Império da agora Dinastia dos Bragança.

Damião de Góis, importante letrado do séc. XVI, já explicitava na sua *Descrição da Cidade de Lisboa*, a influência do poder régio nas construções da cidade.

Esse celeiro público foi ali estabelecido pelo magnífico e previdente rei [D. João III], com o objectivo de suprimir o imposto sobre o trigo e sobre os demais cereais e legumes (foi ele o primeiro rei de Portugal a fazer ao povo esta concessão, com enorme prejuízo do fisco), na esperança de que os avantajados lucros facultados aos comerciantes os motivasse a irem procurar trigo fosse onde fosse e a trazê-lo para ali. Este processo aliviou em breve as carências do povo, o que contribuiu realmente para grande utilidade da nação, como há poucos experimentamos”. (grifo nosso, p. 55).¹⁵

Lisboa era exaltada e cantada por letrados, artistas e poetas, o que prova que simbolicamente a cidade era importante e amada, sendo sua destruição um pesar não

¹⁵ GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

somente para os lisboetas, mas para todos os que se consideravam portugueses, ou que se consideravam vassallos do Rei de Portugal.

É importante ressaltar que o Terremoto de 1755 não fora o único que acontecera em Lisboa e que destruíra boa parte de suas construções. Pelo menos dois grandes terremotos aconteceram anteriormente. Tal memória pode ser verificada nas respostas ao inquérito que o Secretário Sebastião José envia para as Freguesias com o intuito de compreender o ocorrido, estudas por José Luís Cardoso¹⁶ e por Luísa Lima¹⁷.

Em 1309 teria ocorrido o primeiro terremoto de que a população de 1755 teria lembrança. São prováveis as ocorrências de terremotos anteriores, entretanto a cidade, que perpassara por várias invasões, romanas, dos povos germânicos e dos árabes, não tinha a organização que possuía após a reconquista, deixando registros do ocorrido.

Em 1531 ocorrera outro abalo sísmico que estremecera os alicerces do reino. Logicamente, não havia no período tamanho número de letrados para registrar tal calamidade, nem a imprensa tão bem constituída nem, tão pouco, uma circulação de informações tão grandiosa como no século XVIII. Contudo, Gil Vicente, importante teatrólogo do reino, deixa-nos seu registro do terremoto:

Os frades de cá não me contentaram, nem em púlpito, nem em prática, sobre esta tormenta da terra que ora passou, porque não abastava o espanto da gente, mas ainda eles lhes afirmavam duas cousas, que os mais fazia esmorecer. A primeira que polos grandes pecados quem em Portugal se faziam a ira de Deus fizera aquilo e não que fosse curso natural, nomeando logo os pecados porque fora em que pareceu que estava neles mais soma de ignorância que de graça do espírito Santo (...). Concruo que não foi este nosso espantoso tremor 'ira Dei'; mas ainda quero que me queimem se não fizer certo que tão evidente foi e manifesta a piedade do Senhor Deus (...)¹⁸.

É importante destacarmos que Gil Vicente era um teatrólogo que escrevia enaltecendo o seu Rei, muitas vezes por encomenda do mesmo. Sendo assim, jamais faria a afirmação que o Terremoto fora provocado por ira Divina, como era comumente visto na Idade Moderna e mesmo anteriormente. A salvação da família real e de parte

¹⁶ CARDOSO, José Luís. "Pombal, o Terramoto e a Política de Regulação Econômica", In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 165-181.

¹⁷ LIMA, Luísa. "Idéias sobre a Natureza e sobre a gestão do risco nos textos portugueses produzidos na época", ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 47-59.

¹⁸ VICENTE, Gil. *Tormenta: Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a El Rei Dom João, o Terceiro de nome, estando sua Alteza em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a vinte e seus de Janeiro de 1531*, Todas as Obras, CD-Rom, Lisboa, Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001.

dos bens da cidade era vista de forma positiva, a mesma maneira pela qual os habitantes de Lisboa deveriam vê-la para poder passar pelo trauma que uma tragédia como aquela poderia causar em muitas pessoas.

Com o fortalecimento da Coroa Portuguesa e a afirmação e estabelecimento da nova dinastia que ascende ao trono, Lisboa aumenta sua influência e importância no Ocidente e para o Império Português. Na economia era vital, já que os grandes navios das Índias, do Brasil e da África atracavam em seu porto, o principal de Portugal. Conseqüentemente, o comércio era um dos alicerces da cidade e da Coroa, sendo Lisboa responsável por abrigar grande parte dos comerciantes mais abastados do Reino Português¹⁹.

Além dos comerciantes portugueses, era cada vez mais freqüente a presença de homens de negócios de outras localidades, e no período de 1755 especialmente ingleses. Isto se deve também pelo Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra que previa privilégios aos comerciantes das duas praças com produtos específicos²⁰ produzidos e/ou comercializados por cada Coroa.

A cidade também era o centro da Justiça e da Administração. A justiça, enquanto premissa régia só poderia ter seu foco principal na sede da corte portuguesa. As cartas com pedidos, súplicas, etc., endereçadas diretamente a Sua Majestade, eram enviadas a Lisboa. As demais correspondências administrativas, ainda que não encaminhadas diretamente ao Rei, e sim ao Conselho Ultramarino²¹, tinham Lisboa como seu foco. Isto se deve também a presença de um importante aparato administrativo e social onde encontramos especialmente o já citado Conselho Ultramarino, o Desembargo do Paço, a Mesa de Consciência e Ordens²², a Mesa dos Homens de Negócios (Confraria do Espírito Santo da Pedreira), que posteriormente vai ser transformada em Junta e o Tribunal da Inquisição com as respectivas decisões políticas, da justiça, econômicas e religiosas que demarcaram as hierarquias daquele período.

Segundo Pedreira²³ a cidade de Lisboa era o centro político, institucional e econômico sendo o principal mercado e principal porto do reino. Era o centro mais

¹⁹ PEDREIRA, Jorge Luis. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social*, Tese de Doutorado, Lisboa, FCSH, 1995 (mimeo).

²⁰ A presença dos comerciantes em território português será melhor analisada posteriormente.

²¹ O Conselho Ultramarino surge na Dinastia dos Bragança após a Restauração Portuguesa. Contudo este aparelho vem da governação da época da união das Coroas.

²² FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª Ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1987.

²³ PEDREIRA, Jorge Luis, 1995.

dinâmico da economia e o local onde se concentrava a maioria dos comerciantes, nacionais e estrangeiros e dos negócios comerciais.

A Câmara de Lisboa era a mais importante de todo o reino português²⁴. Era a única que tinha status de tribunal régio e decidia conjuntamente com o rei e seus secretários o destino da cidade. A Câmara teve um papel fundamental na reconstrução de Lisboa, servindo como base para as decisões de Sebastião José e sempre em concordância com o mesmo. Os membros da Câmara eram da mais alta Nobreza, comumente Fidalgos da Casa Real, o que demonstra que os seus cargos eram disputados pelos mais abastados do Reino, e que o pertencimento ao Senado da Câmara de Lisboa promovia um status privilegiado àqueles que a ocupavam. Os administradores da Câmara de Lisboa eram os únicos que recebiam proventos pelo seu serviço, ainda que os de outras Câmaras recebessem alguns privilégios e formas de arrecadação de valores para sua casa. Sua importância pode ser observada também na organização das cerimônias reais, onde a Câmara de Lisboa tinha local privilegiado e próximo ao Rei se compararmos a outras localidades.

Com ruas estreitas, construções centenárias, inúmeras pequenas igrejas antigas, era fácil prever que o estrago que um terremoto causaria seria grandioso. Contudo não era possível prever que aquele acontecimento natural ocorreria. As perdas foram imensas, e Lisboa mudou consideravelmente ficando marcadas as expressões de Lisboa pré e pós o terremoto.

Lisboa era uma cidade Real e cosmopolita, e como se torna cabeça do reino, e sede da corte e do Rei, seu simbolismo ficara ainda mais forte. Com isso, podemos responder e entender porque Lisboa fora tão discutida quando ocorrera o terremoto de 1755 que a destruíra.

1.1. O Grande Sismo:

Dia 1 de Novembro de 1755, aproximadamente nove e meia da manhã, dia de todos os santos. As inúmeras igrejas que existiam em cada pequeno canto de Lisboa estavam abarrotadas de pessoas que rezavam, membros de uma sociedade extremamente religiosa, que se concentrava nas paróquias, especialmente nos dias

²⁴ FRANÇA, José-Augusto, 1987.

santos. Abarrotadas de velas em oferecimento aos homenageados do dia, os Lisboaetas faziam pedidos, pagavam promessas e agradeciam pela existência. Não esperavam que uma tragédia acometesse suas vidas, de seus amigos e entes queridos.

Momento propício para se observar o lugar que cada um ocupava na sociedade. Como somos cientes, são nas procissões e nas festas, especialmente religiosas, que os lugares são definidos segundo a importância dos grupos daquela sociedade²⁵. Dentro das igrejas não era diferente. Nos primeiros lugares e acima de todos os outros homens, se encontram sempre a Família Real e a Primeira Nobreza Portuguesa constituinte da corte, os mais próximos do Rei D. José I.

Pouco depois das nove e meia da manhã²⁶ começa um tremor. Por cerca de sete minutos, os prédios mais suntuosos de Lisboa se estremeciam e o pânico era geral. Nesse momento não há escolha dos que vão sofrer algum tipo de mal. Tudo e todos os homens são iguais. Clérigos e laicos, nobres e plebeus correm, procuram uma forma de se salvarem da ruína dos edifícios e de não morrerem esmagados nos escombros.

No curto espaço de tempo que durou o tremor foi arrasada uma grandiosa parte de Lisboa. Dentre as mais importantes edificações estão: O Paço Real da Bemposta, o Palácio da Inquisição, o Senado da Câmara, os Palácios dos marqueses de Távora, Alegrete, Nisa, dos condes de São Vicente, Soure e Unhão e dos viscondes de Vila Nova de Corveira e Mesquitela. Muitas igrejas e conventos foram devastados, contudo salvaram-se as casas de prostituição mais famosas de Lisboa²⁷. Morreram, segundo a estimativa da documentação, entre 10 mil e 15 mil pessoas²⁸, um fato que marcou profundamente a sociedade lisboeta como afirma Moreira de Mendonça, importante letrado da época:

Uma lástima mais para ser sentida do que relatada (...). Que cena lastimável me recorda a memória? Tanto objecto lastimoso me representa a lembrança, que a multidão, a variedade, e a mágoa me embarça o discurso para a narração (...)²⁹.

²⁵ Existem muitos estudos sobre as festas e procissões na modernidade. Entretanto um trabalho consegue compreender as festas na conjuntura do Império e trabalhar com as que aconteciam especificamente na América como: KANTOR, Iris (Org.), JANCSÓ, István (Org.) . Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP / Hucitec / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. v. 2.

²⁶ Há discussão sobre a duração do terremoto já que não havia instrumentos para medir o tempo do tremor. As indicações que temos são da documentação escrita posteriormente, por isso a memória é a responsável pela indicação e pela utilização do termo “cerca de”.

²⁷ FONSECA, João Duarte. 1755: *O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.

²⁸ Idem, 2004.

²⁹ MENDONÇA, Joaquim José Moreira de. *História Universal dos Terremotos... com uma narração Individual do terremoto do Primeiro de Novembro de 1755*, 1758.

O Terremoto não fora o único acontecimento. Seguidos ao tremor de terra acorreram incêndios e um maremoto que finalizaram a destruição e traumatizaram ainda mais os homens que lá habitavam. Por ser uma cidade cosmopolita, havia homens de inúmeras nacionalidades, especialmente britânicos, espanhóis e italianos, dentre outros, os quais, aqueles que sobreviveram, deixaram sua marca escrita sobre o ocorrido.

O dia em que ocorrera o terremoto não fora propício para que a destruição tivesse sido em menor escala. Um dia santo, primeiro de novembro, em um local extremamente religioso, cuja crença é marcada pelo simbólico e pelos objetos que a representam. O número de velas nas igrejas, conventos e casas era grandioso. Adicionamos a isso os lustres, os candelabros, e os fogões das casas, que com o movimento da terra contribuíram para os incêndios que sucederam ao abalo sísmico³⁰. Os locais que tinham sido pouco ou menos atingidos pelos tremores acabaram sendo destruídos pelos incêndios como o Paço Real, a Alfândega, a Casa da Índia, vários Ministérios, tribunais, cadeias, igrejas, mosteiros, conventos, palácios e livrarias. Muitos presos fugiram, outros foram mortos, mas os saques posteriores ao terremoto, em momento de caos eram em considerável número.

Além dos incêndios, um poderoso maremoto varreria a cidade baixa e os navios que eram numerosos em uma cidade marcada por sua característica marítima comercial. Segundo um britânico que se encontrava em Lisboa no momento:

Em resumo, pode dizer-se que o fogo arrasou de uma forma ou de outra toda a cidade, pelo menos tudo aquilo que nela era grandioso e de valor. Não se podem avaliar os prejuízos causados nesta ocasião, mas como poderá concluir a partir destes pormenores, devem ter sido imensos.³¹

Ainda que o discurso do comandante britânico tenha sido realizado posteriormente e em meio à memória do terror, podemos ter idéia da dimensão traumática que o maremoto causou aos que se encontravam na cidade baixa e aos que possuíam bens materiais naquela localidade. Por conta disso, as conseqüências econômicas foram maiores do que o esperado já que apenas três meses antes começavam a chegar os navios provindos da América Portuguesa e das Índias. Assim, os armazéns estavam lotados de produtos, todos perdidos no desastre.

Assim, o abalo do maremoto foi igualmente traumatizante como o do terremoto. Muitos indivíduos tinham fugido para as praias e margens dos rios para escapar da

³⁰ TAVARES, Rui. *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2005.

³¹ Carta anônima, 18 de Novembro de 1755, op. Cit. In: __ NOZES, Judite (Ed.). *O Terramoto de 1755, Testemunhos Britânicos*, Lisboa, The British Historical Society of Portugal, 1990.

queda dos edifícios e dos incêndios, ou se encontravam naquele local por exercício de sua profissão. As grandiosas e largas ondas derrubaram os navios, inundaram e destruíram o Castelo do Bugio, os edifícios da cidade baixa e aumentaram o número de mortos.

O terremoto de Primeiro de novembro não ocorrera somente em Lisboa. Outras partes de Portugal, Espanha, Inglaterra e África foram atingidas ou pelo terremoto, ou pelo maremoto. Além disso, muitos outros tremores de terra, em menor escala foram sentidos até pelo menos a metade do ano de 1756³².

Segundo Ruy Tavares³³, o abalo de primeiro de novembro atingiu o Norte da África, o Sudoeste da Espanha e a região do Algarve. Com relação ao Algarve, há indícios de que a destruição tenha sido em grande proporção também naquela localidade.

(...) na cidade de Lagos, só ficou de pé uma casa do Castelo, que é o palácio em que residem os governadores e capitães gerais deste Reino. (...) Em Vila Nova de Portimão caiu o sumptuoso edifício do Colégio dos Padres da Companhia de Jesus, e todas as mais igrejas, excepto a do Corpo Santo. (...) (Em Silves) perdeu-se a Sé, Torre, Castelo e muralhas, Casa da Câmara e da Audiência, Cadeia, um convento de religiosos (...) e ruas inteiras ficaram arruinadas, perdendo-se nelas infinita gente.³⁴

Se levarmos em conta que o Algarve fora tão destruído pelo terremoto quanto Lisboa, e que outras regiões foram atingidas, por que o terremoto ficara nominalmente conhecido como sendo da capital de Portugal? Como já mencionamos, Lisboa era a cabeça do Império Português, e como tal, trazia consigo o forte simbolismo que sua situação implica. O império Português era, ainda, um dos maiores que a cristandade pôde presenciar. Da Índia à América, e apesar da perda de territórios e influências com as guerras que se seguiram a restauração portuguesa, a sede de um dos maiores Impérios do mundo era o foco dos abalos que uma Monarquia podia sofrer na nova conjuntura que se estabelecia. As produções escritas, panfletos, artigos, discursos, tratados, etc, pulularam no dia seguinte da tragédia que marcaria o século XVIII português, como veremos a seguir.

³² Não sabemos nesse caso se os tremores realmente ocorreram, ou se a sensação do tremor faz parte do âmbito psicológico daquela sociedade. O mais importante nesse caso não é o tremor em si, mas a sensação do perigo eminente e do medo de outro terremoto. Para ver sobre o medo enquanto característica psicológica que influencia a história ver: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, Uma Cidade Sitiada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

³³ TAVARES, Rui, 2005.

³⁴ SOUZA, Pereira de. *O terramoto do Primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e Um estudo Demográfico*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1919-1932.

2. Política, Religião e Sociedade: Os discursos europeus sobre o Terremoto.

A análise dos discursos produzidos por homens letrados, ilustrados ou não, que puseram sua atenção sobre o terremoto de Lisboa mostra-se essencial para o entendimento da importância que o evento provocou em 1755. Tal acontecimento teve repercussão em todo o Ocidente e em especial na Europa que se encontrava acometida por novas idéias políticas e de pensamentos sobre a sociedade, a economia e a religião. É preciso lembrar, contudo, que tais pensamentos não se fizeram presentes igualmente em todas as localidades, nem em todas as culturas, muito menos em todas as almas, pois muitas delas eram capazes de modificar radicalmente as estruturas sociais e políticas de uma dada sociedade religiosa-conservadora e estamental como a do Antigo Regime³⁵.

Assim sendo, a circularidade da informação e de novos pensamentos e idéias que surgiam ainda não tinham uma abrangência grandiosa em Portugal, ficando mais restrita aos letrados. A religião Católica continuava fazendo parte da Monarquia legitimando a presença de um Rei³⁶ que deveria cuidar do Bom Governo respeitando os direitos e as hierarquias estabelecidas em um regime cuja sacralidade devia ser mantida e preservada.

Ao analisarmos os discursos levaremos em conta três aspectos básicos. O primeiro diz respeito a quem escreve. O segundo ao tipo de documento e sua circularidade e abrangência e o terceiro aos possíveis receptores das informações produzidas.

Sabemos que não é tarefa fácil analisar uma documentação tão diversificada em todos os aspectos. Todavia essas produções diferenciadas nos são de importante valia para compreensão da sociedade na segunda metade do século XVIII, e especialmente para nosso estudo, a sociedade Portuguesa do período.

³⁵ TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. 2ª. ed., Brasília, Editora da UnB, 1982.

³⁶ KANTOROWICZ, *Os dois corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

Dentre os inúmeros documentos que poderiam ser trabalhados, optamos por aqueles que representavam cada setor da Europa para a sociedade. Começando por Portugal trabalharemos com a Gazeta de Lisboa, principal órgão da Imprensa local, o primeiro a registrar o terremoto, e de circularidade direta ou indireta entre a população portuguesa. Esse periódico era responsável, também, por noticiar as principais medidas tomadas pela governação com o intuito de reconstruir a cidade de Lisboa. Além disso a Gazeta comunicava os Lisboetas sobre os trabalhos que eram publicados sobre o terremoto nos mais diversos locais da Europa.

Como representantes dos portugueses laicos citamos Moreira de Mendonça, Miguel Tibério Pedegache e Francisco Xavier de Oliveira que, por mais que muitos deles tenham produzido discursos encomendados, foram essenciais para propagar um ideal de governo promovido por Sebastião José. Com relação a esse caso específico podemos citar os trabalhos do próprio Pedegache, do médico Ribeiro Sanches e do matemático João Jacinto Magalhães. Os objetivos desses homens eram os de produzir explicações de caráter científico sobre o terremoto e exaltar as medidas emergenciais de Pombal.

Dentre os clérigos destacamos Gabriel Malagrida, o Papa Bento XIV e o Núncio de Lisboa, representante do vaticano em Portugal, Filippo Acciaicoli que mantinha correspondência corriqueira com a sede da Igreja Católica. O caso de Malagrida é excepcional, pois foi um dos poucos corajosos do período que se voltou contra o Secretário de Estado, pagando muito caro por sua produção³⁷.

Dos documentos produzidos fora de Portugal, destacam-se pela Inglaterra alguns testemunhos de ingleses que foram em número considerável³⁸, bem como a produção de Rousseau, Voltaire e Ange Goudar pela França.

Assim, com o terremoto de Lisboa, algumas dúvidas pairavam sobre os homens daquela época tão fervorosa de idéias. Havia presença de Deus em um desastre que acometera $\frac{3}{4}$ dos prédios públicos de Lisboa e milhares de almas? Quais as explicações

³⁷ Não somente Malagrida, como grande parte dos Jesuítas criticavam as atuações do secretário de Estado Sebastião José. Posteriormente ao Terremoto de 1755, tais embates se agravaram culminando com a expulsão da Companhia de Jesus de todo território Português. Para maiores informações sobre o embate entre Pombal e Malagrida, ver: JANIN-THIVOS, Michèle. “Causes Naturelles ou Justice Divine: La Portée de la Polémique entre Pombal e Malagrida”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, PP. 351-361.

³⁸ The British Historical Society of Portugal, *O Terremoto de 1755: Testemunhos Britânicos*, Ed. Lesóptima, Lisboa, 1990

plausíveis para este acontecimento? Qual era sua ordem, divina ou natural? Havia culpados? Se os mesmos existiam, quem eles eram?

A Gazeta de Lisboa era o principal meio de comunicação da cidade no período. Apesar dos poucos exemplares³⁹, produziu inúmeras notícias que se espalhavam por todo Portugal, em que davam os comunicados mais variados dentre estragos e prejuízos que Lisboa fora acometida. A dor⁴⁰ e a comoção eram grandiosas e bastante manifestadas por todos, contudo o jornal também apresentava dados concretos sobre o número de mortos e feridos, sobre os prédios destruídos, sobre as ajudas das várias monarquias europeias e sobre as medidas tomadas por Pombal para socorrer com a maior rapidez possível os homens que sobreviveram.

O dia primeiro do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos e incêndios que arruinaram uma grande parte desta cidade; mas tem havido a felicidade de se acharem na ruína os cofres da fazenda real e da maior parte dos particulares (...)⁴¹.

A Gazeta de Lisboa fora também um importante mecanismo de propagação das idéias pombalinas. Pombal soube arditamente utilizar de um periódico, que possuía maior circulação que os variados tratados escritos, para cooptar a população pouco letrada ou iletrada que ouvia as notícias se espalhando através das murmurações tão freqüentes na Modernidade.

Acredita-se que as discussões ilustradas que pairavam o período, que tem como sede principal a França, chegavam, eram adaptadas e apreendidas de forma diferenciada em cada local da Europa. Em Portugal não fora diferente. Ainda que muitos escritos fossem censurados, eles chegavam a Portugal de diversas formas, muitas vezes através de letrados que haviam trabalhado em outras localidades, como o próprio Pombal. Contudo não podemos dizer que não havia homens letrados em Portugal. Os mesmos existiam, mas continuavam a pensar a vida e a política ao lado da religião. Um dos exemplos é o advogado Joaquim José Moreira Mendonça que destaca a preocupação com os livros perdidos nos incêndios da cidade.

(...) entre as muitas preciosidades que consumiu o fogo, foi muito sensível aos eruditos a perda de muitas e numerosas livrarias (...)⁴².

³⁹ BELO, André. “A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito”, In: __ *Análise Social*, n° 151-152, vol. XXXIV, Inverno 2000.

⁴⁰ FARGE, Arlette. *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999.

⁴¹ *Gazeta de Lisboa* [GL], n° 45, 1755.

⁴² MENDONÇA, Joaquim José Moreira. *História Universal dos Terremotos... com uma Narração Individual do Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755*, 1758.

Obviamente não podemos reduzir a preocupação com os livros a uma inquietação sobre a perda do saber. Os livros também eram um bem material caro, especialmente os mais antigos, os códices, de valores irreparáveis, os livros de contabilidade que trouxeram a ruína a alguns comerciantes, e os livros da administração e arrecadação de impostos. Ao mesmo tempo, outra interpretação possível é a da retórica. Uma forma de expressar as qualidades dos homens letrados seria demonstrar que os mesmos se preocupavam com a armazenagem do saber.

Outros homens como Kant, filósofo alemão e o Comandante inglês que produzira o fragmento de documento citado abaixo, procuraram descrever a concretude do terremoto, bem como tentavam achar explicações científicas para o mesmo.

Segundo o meu melhor cálculo, a água subiu cerca de dezasseis pés em cerca de cinco minutos e baixou no mesmo tempo por três vezes, e às duas a maré voltou ao seu curso normal (...) ⁴³.

De carácter altamente descritivo, é possível observarmos a diferença no discurso de homens que não faziam parte da sociedade portuguesa e que estavam inseridos em lógicas diferenciadas. Como nos aponta Koselleck⁴⁴, a época moderna tardia, especialmente a segunda metade do século XVIII foi marcada por uma transformação radical nos conceitos e pensamentos da época. Logicamente tal transformação se realizara de forma diferenciada nos diversos Estados Modernos.

Pombal soubera habilmente produzir um discurso ao qual suas qualidades como ministro puderam ser exaltadas. Em um primeiro momento, recebeu de Sua Majestade, D. José I, uma espécie de carta branca para resolver todos os assuntos necessários para que o Governo Português se erguesse da tragédia imposta. Em um segundo momento, soube aproveitar do período de extrema dor e tristeza⁴⁵ dos súditos para pôr em prática tais medidas emergenciais. Dentre os inúmeros documentos produzidos em favor de Pombal no período destacamos:

Sua Majestade Fidelíssima, assistido do Secretário de Estado Sebastião José de Carvalho e Melo, ministro sábio, zeloso e activo, deu as providências necessárias para o socorro, alívio e segurança do povo, e para o restabelecimento vantajoso de Lisboa. Tudo foram resoluções sábias, disposições acertadas, e leis santíssimas (...) ⁴⁶. [Grifo Nosso]

⁴³ The British Historical Society of Portugal, *O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos*, Ed. Lesóptima, Lisboa, 1990, p. 208. (feito por um comandante de navio inglês).

⁴⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

⁴⁵ FARGE, Arlette, 1990.

⁴⁶ MENDONÇA, Joaquim José Moreira, 1758.

Joaquim José Moreira Mendonça era um letrado português que produzira uma narração sobre o terremoto de Lisboa. É possível que tal texto tivesse uma abrangência muito maior em Portugal do que poderíamos esperar, pois além de exaltar Sua Majestade e Pombal, não pretendia explicar o fato, nem tinha objetivo científico. Neste trecho podemos observar principalmente dois momentos. O primeiro no qual Sua Majestade é poupada de qualquer crítica ou culpa do terremoto e o segundo no qual Pombal está sempre ao lado do Rei e do Bom Governo.

Já outro português importante para o período, o cristão-novo Ribeiro Sanches, morava em Paris quando o terremoto de 1755 acometera a capital lisboeta. Homem respeitado pelos ilustrados, ele colaborou inclusive para a produção da “Enciclopédia” e possuía diálogo com Voltaire. Como médico sanitaria vivendo em ambiente ilustrado, Sanches negava qualquer tipo de intervenção divina e astrológica como explicação para o sismo. Em correspondência assídua com Portugal e como forma de apego a terra natal Sanches escreve vários tratados para saúde pública, aproveitando para explicitar o que o mesmo pensava sobre o terremoto.

Se soubéssemos também a causa dos terremotos como sabemos a dos ventos, das trovoadas e dos trovões, não teríamos, pode ser, estes notáveis movimentos da natureza por castigo do Céu, nem tiraríamos deles prognósticos para a nossa total ruína (...) ⁴⁷.

Como foi verificado com Ribeiro Sanches, nem todos os portugueses pensavam da mesma forma. Alguns clérigos, em especial os jesuítas, culpavam sua Majestade e a população lisboeta por seus pecados. Baseados em São Tomás de Aquino que afirmava que a causa primeira dos terremotos era a ira divina⁴⁸, e conseqüentemente em Aristóteles, estes homens produziram juízos e discursos contra as decisões tomadas por Pombal e contra as práticas sociais e culturais da população lisboeta que, como toda sociedade, por vezes se entregava as paixões.

(...) sendo o terremoto obviamente uma punição divina e não um fenômeno natural, as obras de recuperação em curso da cidade eram uma clara provocação à ira do Criador, e mais eficaz seria que os portugueses se ocupassem em retiros espirituais de meditação e arrependimento (...) ⁴⁹.

⁴⁷ SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro. “Tratado da Conservação da saúde dos Povos”, 1756, In:___ BOIÇA, Joaquim e BARROS, Maria de Fátima Rombout de (Eds.). *1755 – A Memória das Palavras*, Oeiras, 2005.

⁴⁸ FONSECA, João Duarte. *1755: O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.

⁴⁹ MALAGRIDA, Gabriel. *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa, no Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares, 1756.

O padre Gabriel Malagrida foi um dos maiores exemplos de clérigos contrários as decisões do período de D. José I. Como o mesmo entendia que o terremoto teria sido ira divina, Malagrida afirmava que a reconstrução de Lisboa era uma afronta a vontade de Deus. Segundo o mesmo, Pombal mexia com algo que não era de sua alcinha e caminhava contra Deus se decidisse pela reconstrução da cidade. O ministro Sebastião José resolvera quase que prontamente a reconstrução da cabeça do reino. Apesar disso, somente em 1757 por Alvará régio, se homologou de fato a reconstrução de Lisboa.

No trecho seguinte podemos observar também uma crítica a burocracia como um todo. Para o padre Malagrida era preciso que os funcionários régios se aproximassem mais da religião e menos dos deleites da vida. Segundo ele, esses homens eram praticantes do mais alto pecado, o ateísmo. É possível que Malagrida tivesse receios que as discussões que perpassavam com mais força por outros locais da Europa, especialmente na França, adentrassem a política portuguesa.

Nem digam os que politicamente afirmam, que procedem de causas naturais, que este Orador sagrado abrasado no zelo do amor Divino faz só uma investida contra o pecado, como origem de todas as calamidades que padecem os homens (...) e aumentar a sua aflição com ameaças da ira Divina desembainhada; porque é certo, se me não fosse censurado dizer o que sinto destes políticos, chamar-lhe Ateus.⁵⁰

É consenso na historiografia que o Padre Gabriel Malagrida pagou bastante caro pela produção do “Verdadeiro Juízo sobre o Terramoto”. O Clérigo fora perseguido por Pombal na política de eliminação de toda e qualquer oposição ao seu governo. Preso e depois morto, levou consigo os jesuítas que foram expulsos de todo o reino. Deve-se destacar contudo, que a expulsão dos jesuítas não pode ser resumida a uma prebenda entre Pombal e o Malagrida, e sim fez parte de um conjunto de práticas governativas que tinham a finalidade de desenvolver Portugal com rupturas, mas também com continuidades das características do Antigo Regime.

Dentre os padres das mais diversas congregações que existem no interior da religião católica, havia aqueles que apoiavam as práticas pombalinas. Dentro do catolicismo do período podíamos observar as disputas entre esses ramos, e ainda que a Companhia de Jesus fosse poderosa, também eram outras, que crescem ainda mais após a expulsão. Como exemplo de clérigo católico a favor das medidas tomadas pelo governo português podemos citar o padre Antônio Pereira da Congregação do Oratório. Segundo o sacerdote:

⁵⁰ Idem, 1756.

(...) se não fosse a providência e a liberalidade do nosso clementíssimo monarca, morreriam muitos à fome e muitos mais à violência das doenças (...) ⁵¹

Por outro lado, nem todos os religiosos eram católicos e o período era propício para se discutir as mais diversas práticas e religiões. Os adeptos das religiões protestantes, por exemplo, aproveitaram para produzir críticas tanto a monarquia católica como as práticas do catolicismo. Dentre os homens representantes desse vertente destacamos o Cavaleiro de Oliveira, um português que vivia na Inglaterra e que se tornara Anglicano.

Alteza: Não é pois possível duvidar mais de um duplo crime de haver suprimido a Palavra de Deus, e de haver exercido uma tão longa, e tão horrível perseguição contra tantos inocentes, não seja uma das principais causas das calamidades que acabam de tombar sobre os culpados habitantes de Lisboa. O mal é premente (...) ⁵².

Em um primeiro momento, as críticas do Cavaleiro de Oliveira eram muito próximas e tinham os mesmos objetivos que as do padre Gabriel Malagrida. Contudo a crítica deste personagem vai além dos escritos do jesuíta. Como podemos verificar no trecho seguinte, Francisco Xavier de Oliveira criticava as regras católicas, as instituições, especialmente a Inquisição, e as formas costumeiras dos católicos agirem, acreditando serem elas também, as culpadas pelo acontecimento lastimoso.

(...) das causas do terremoto são a idolatria dos Portugueses, que irritam os santos com orações e incenso oferecidos às suas imagens, a Inquisição, que é responsável pela ignorância dos portugueses em matérias religiosas, e a proibição feita aos católicos da leitura da bíblia (...) ⁵³.

Fora de Portugal as notícias chegavam à mesma proporção que eram produzidas novas fontes escritas. Grande parte destes textos condenava a política pós-terremoto pombalina que veremos mais adiante. Voltaire fora um dos mais nevrálgicos ilustrados dedicando parte de sua obra ao terremoto e a exprobra da sociedade portuguesa do período. Como podemos verificar no trecho abaixo, Voltaire criticava a exacerbação da religião na política portuguesa. Para o autor, era necessário praticar medidas modernizadoras, que auxiliassem a população concretamente e não que culpassem o sobrenatural pelo cataclismo.

⁵¹ Padre Antonio Pereira, op. Cit. In: __ FONSECA, João Duarte. 1755: O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.

⁵² OLIVEIRA, O Cavaleiro de. *Discours Pathétique ai Sujet dès Calamités Presentes Arrivés au Portugal*, (original de 1756), Lisboa, Ed. Frenesi, 2004.

⁵³ Idem, 2004.

(...) Após o terramoto que destruiu $\frac{3}{4}$ de Lisboa, os sábios do país não encontraram um meio mais eficaz para prevenir uma ruína total do que dar ao povo um belo auto-de-fé (...) ⁵⁴.

Voltaire condenava também as declarações dos padres e religiosos de comportamentos acerbados que culpavam os vícios e pecados da população pela tragédia que se sucedeu. Em resposta a estes homens, fez uma comparação entre Lisboa e as outras capitais europeias como Paris e Londres. Segundo ele, elas igualmente possuíam as mesmas características de se renderem aos prazeres, às delícias e aos vícios, e nem por isso foram acometidas pelo terremoto. Para Voltaire o abalo sísmico tinha causa natural ainda desconhecida pelos seres humanos. Os ilustrados inauguraram assim, uma nova forma de pensar as catástrofes naturais, sem intervenção divina.

(...) Lisbonne, qui n'est plus, eut-elle plus de vices/ Que Londres, que Paris, plongés dans les délices?/ Lisbonne est abîmée, et l'on danse a Paris./ (...)/ Éléments, animaux, humains, tout en guerre/ Il Le faut avouer, Le mal est sur la terre./ (...)/ Quel crime, quelle faute ont commis ces enfants?/ Sur Le sein maternel écrasés et sanglants. ⁵⁵

Apesar das diferenças em vários pensamentos de Voltaire, Rousseau compartilhava da idéia de que a Natureza era a responsável. Contudo o mesmo culpava os lisboetas pela forma como estes teriam agido em meio ao perigo eminente. Combatia a ganância e a transformação sem planejamento da natureza pelo homem. Tais fatores seriam os principais responsáveis pelo número de mortos, e perdas ocasionadas. É possível verificar também uma maior exigência na racionalização da urbanização. Lisboa havia crescido enorme e desenfreadamente e isto, segundo Rousseau, teria atrapalhado e trazido maiores prejuízos para a população.

Há que convir, por exemplo, que a Natureza não reuniu vinte mil casas de seis ou sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade se tivesse dispersado mais uniformemente, e construído de modo mais ligeiro, os estragos teriam sido muito menores, talvez nulos. Quantos desgraçados morreram nesse desastre por terem querido recolher as suas roupas, outros os seus papéis, outros o seu dinheiro? ⁵⁶

É possível citarmos inúmeros tratados sobre o desastre, todavia um trabalho nos chama atenção, o de Ange Goudar. Goudar, como bom francês, criticava veementemente as práticas políticas e econômicas de Portugal, sobretudo os privilégios britânicos no mercado português. Culpava a Inglaterra por várias mazelas pelas quais

⁵⁴ VOLTAIRE. *Candide ou l'Optimisme*, 1759.

⁵⁵ VOLTAIRE. *Poème sur le Desastre de Lisbonne*, Genebra, 1756.

⁵⁶ ROUSSEAU, J. J. *Lettre sur la Providence*, 1756.

Portugal passava. Aos poucos foi ganhando importantes adeptos na França e na Espanha de Carlos III quando este rei passa da situação de neutralidade para ficar ao lado da França contra a Inglaterra. O nome do trabalho de Goudar já nos diz muito. Intitulado “Relation historique du tremblement de terre survenu a Lisbonne le premier novembre 1755. Avec um détail contenant la perte em hommes, églises, couvents, palais, maisons, diamants, meubles, marchandises, etc. Précédée d’un discours politique sur les avantages que le Portugal pourrait retirer de son malheur, dans lequel l’auteur développe les moyens que l’Angleterre avait mis em usage pour ruiner cette monarchie.”, era não somente um tratado para contabilizar as perdas, mas sobretudo uma critica às práticas mercantilistas, monopolistas que Portugal mantinha com a Inglaterra, principalmente com relação ao Tratado de Methuen. Para o autor, a Inglaterra era a grande responsável pela crise financeira a qual Portugal passava mesmo anteriormente ao terremoto.

Dentre todos os povos o Britânico foi sem dúvida um dos que mais produziu cartas, tratados e escritos sobre o Terremoto de Lisboa, bem como ainda hoje, fora de Portugal, são os que mais pesquisam sobre o assunto. Em uma importante obra editada por Judite Nozes, encontramos um compendio de valiosos testemunhos ingleses no período. Em sua maioria são testemunhos de pessoas que se encontravam em Lisboa, já que existia uma população inglesa numerosa, sobretudo de comerciantes.

(...) Todos os valiosos bens e especiarias nos armazéns das Índias, por baixo do palácio, os que pertenciam aos comerciantes de várias nações, na Casa da Alfândega, em frente, bem como os que se encontravam nas casas dos próprios comerciantes ou dispersos pelas numerosas lojas, arderam ou perderam-se completamente⁵⁷.

Grande parte daqueles testemunhos se propunha a contabilizar as perdas, especialmente materiais. É fácil compreender a preocupação com os bens, já que alguns destes homens foram à ruína, ou tiveram que se reerguer economicamente devido às perdas. Também era preciso ter ciência dos números para que se reorganizasse a atividade econômica em Portugal.

Por último, mas não menos importante destacamos o papel central da religião em uma sociedade extremamente marcada pela mesma⁵⁸. A população lisboeta, essencialmente católica, esperava dos membros da Igreja as palavras de consolo que a

⁵⁷ “Carta anônima, 18 de Novembro de 1755, op. Cit. Em NOZES, Judite (Ed.). *O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos*, Lisboa, The British Historical Society of Portugal, 1990.

⁵⁸ SILVA, Cândido C. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*, São Paulo, Editora Ática, 1982.

confortariam. Tais palavras seriam ainda mais importantes se viessem do mais alto poder católico, o papado. D. José I pede ao núncio de Lisboa que se comunique constantemente com o papado, pedindo tais palavras e ações.

Non avorei che narrare cose funeste e guai, di che siamo ancora pieni, e purtroppo lo saremo per lungo tempo già che per opera umana Lisbonna non più Lisbonna (...)⁵⁹.

Devemos no trecho acima observar alguns aspectos. Podemos ressaltar que o núncio de Lisboa culpa os lisboetas pela tragédia. Contudo, tal culpa deve ser interpretada à luz do pensamento religioso da época. Para o religioso, o terremoto não era de origem humana nem natural como os ilustrados propuseram. Ele culpava os vícios pelos quais os habitantes da cidade eram condenados por tantos outros religiosos. Observemos o trecho destacado abaixo.

O Terramoto foi mais grave ainda do que se deduz das relações enviadas. A comum desgraça contribuiu para aproximar o Poder Civil e o Poder Religioso.⁶⁰

Já ao contrário de grande parte dos jesuítas, o Núncio de Lisboa não culpa jamais o Rei D. José I. Ao contrário, a política diplomática do clérigo procura habilmente aproximar o papado do novo rei português. Em meio a discussões europeias de ateísmo e de disputas no campo religioso⁶¹, era extremamente necessário manter um dos Estados mais católicos próximo da sede da Igreja. Ainda que Pombal rompesse com o papado posteriormente, no momento imediato após o terremoto, era com o auxílio sagrado e com as palavras de consolo do representante de Deus na terra que a população Lisboeta se sentiria mais confortada.

Por outro lado a demora da resposta papal não fora bem vista por D. José I e por Pombal. Bento XIV celebra a missa em ação de graças com o alto clero que o acompanha no Vaticano somente no final de dezembro de 1755. Contrapondo a sede da Igreja Católica, os bispos e Arcebispos de Lisboa promovem inúmeras procissões, missas e jejuns. Instituem um santo padroeiro contra os terremotos, São Francisco de Borja, e uma oração para que a população rezasse pedindo a Deus que não ocorressem mais sismos.

Como podemos observar Portugal não participava das discussões mais fervorosas da segunda metade do século XVIII, mas estava entre os principais temas do

⁵⁹ Carta do Núncio ao Card. Secretário (25 Nov 1755), ASV S. S. Portogallo 110 A, f. 523. Retirado de: Revista de História das Idéias, vol. 8, p. 460.

⁶⁰ Carta do Núncio ao Papa (10 Fev 1756), ASV S. S. Portogallo 196, f. 47; Principi 230, 503.506 (autógrafo), Retirado de: Revista de História das Idéias, vol. 8, p. 475.

⁶¹ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990.

período. Porém, os homens mais letrados e viajados provavelmente tinham acesso a pelo menos parte de tais discussões, afinal não é possível criticar sem conhecer, mesmo que superficialmente algum assunto. O fato de existirem poucos letrados e da alfabetização ter sido bastante precária no período também podem ser considerados fatores pelos quais a modernidade ainda não aparecera com mais força⁶². Acontecia em maiores proporções na América Portuguesa, todavia, não havia uma variedade tão grande de discursos como na Europa. Veremos como aconteceu no tópico a seguir.

3. A Solidariedade Européia em Meio ao Terror: As Coroas, os particulares e o Papado.

Muitos homens e instituições se organizaram prontamente para auxiliar os mais necessitados lisboetas. A Família Real havia escapado ilesa ao terremoto, pois se encontrava em uma cidade próxima a Lisboa, Belém, na ocasião. Só o fato da mais nobre casa ter escapado da morte, já era motivo para comemoração por parte dos fiéis vassallos do Rei, que escrevem se alegrando pela sorte do Monarca.

O Rei D. José I não assiste imune à destruição da cidade mais importante simbolicamente para o reino português e à carência dos membros que a compunham. Segundo Mary Del Priore⁶³, algumas resoluções foram prontamente estabelecidas para melhorar a situação dos menos afortunados. Tais disposições foram principalmente a distribuição de mantimentos arrecadados por todo Portugal e a construção de algumas casas feitas de madeira para abrigo da população mais carente, e para tratar dos gravemente feridos.

Não somente os lisboetas sofreram com o terremoto. Centenas de pessoas de diversas nacionalidades que se encontravam em Lisboa morreram ou perderam seu patrimônio no desastre. Além disso, os reis que tinham alguma ligação mais específica com a coroa, ou que se solidarizaram com o acontecimento, e membros de outras

⁶² FURET, François e OZOUF, Jacques. “Trois siècles de métissage culturel”, In__ : *Lire et Écrire: L'alphabétisation de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

⁶³ DEL PRIORE, Mary. *O Mar sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.

cidades procuraram enviar sua solidariedade ao Monarca, sua família e seus súditos e/ou ajudas financeiras para socorro imediato da população desabrigada e dos sobreviventes.

Dentre as monarquias que prontamente se solidarizaram destacamos o papel da Inglaterra, da Espanha, da Áustria e da França, bem como Lisboa obteve auxílio de algumas cidades como Londres, Hamburgo e Livorno. Tais monarquias e cidades enviaram palavras de consolo ao rei, e arrecadaram principalmente víveres e materiais de construção para que fosse possível acelerar as resoluções tomadas por D. José I e seu Secretário. Segundo Helena Buescu⁶⁴, alguns monarcas, como o rei inglês, por exemplo, chega a disponibilizar uma soma privada para acudir aos mais necessitados.

A Inglaterra era na época a principal parceira comercial de Portugal. Inúmeros comerciantes ingleses estavam em Lisboa e alguns morreram com o desastre. É possível que tal fato seja um dos principais motivos pelo qual a ajuda britânica tenha sido a mais numerosa materialmente. De imediato, a Inglaterra enviou dois comboios navais, um em dezembro de 1755 e outro em março de 1756, com gêneros de primeira necessidade, ferramentas e cerca de quatrocentos e cinquenta mil cruzados em dinheiro⁶⁵. Por outro lado, ainda que muitos comerciantes ingleses tenham se mudado para outras praças mercantis, aqueles que decidiram ficar em Lisboa se enriqueceram enormemente, principalmente os que investiram na indústria de construção e nos empréstimos a juros⁶⁶.

Além disso, após oito dias do desastre, o cônsul inglês pede a Sua Majestade para ser recebido, trazendo as condolências em nome da comunidade britânica e pedindo ao rei que tomasse medidas para restabelecer o crédito mercantil e a segurança dos povos⁶⁷. Tais medidas eram boas tanto para Portugal como para a Inglaterra já que a Coroa necessitava da retomada do comércio o mais rápido possível, inclusive para garantir a reconstrução da cidade.

A Espanha de Fernando VI mandou um enviado extraordinário a Portugal para dar as condolências ao rei, o conde de Aranda. Ao mesmo tempo arrecadou víveres de primeira necessidade por todo país para os mais necessitados. Contudo é importante salientar que a Espanha também sofrera com o terremoto e a coroa Espanhola tinha que cuidar dos seus próprios feridos, que apesar de ter acontecido em um grau menor de

⁶⁴ BUESCO, Helena Carnalhão, 2006.

⁶⁵ SERRÃO, José Vicente. “Os Impactos Econômicos do Terramoto”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter; SERRÃO e José VICENTE (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 141-163.

⁶⁶ PEDREIRA, Jorge Luis, 1995.

⁶⁷ Ibidem.

destruição, o terremoto também demoliu importantes prédios e muitas vidas foram perdidas.

A França procurou arrecadar os víveres e enviar ajuda, contudo havia um impedimento para tal, o tratado que Portugal mantinha com a Inglaterra. França e Inglaterra estavam em constante conflito no período e a política Portuguesa de apoio a Inglaterra impediu que a Coroa aceitasse a ajuda da França. O mesmo acontece quando Carlos III da Espanha ascende ao poder. Como vimos no tópico anterior, com a mudança da política de neutralidade que até então era propagada pelo país vizinho, quando o mesmo se torna aliado dos franceses, a Coroa portuguesa passa a negar qualquer tipo de auxílio enviado.

A Áustria como coroa amiga pôde enviar sua ajuda em forma de consolos e de víveres. Há muito Portugal casava seus herdeiros com austríacos e importantes homens da governação, especialmente diplomatas assim também o faziam, como o caso de Pombal. Assim sendo, a ajuda da Áustria fora bem vinda e bem recebida.

Uma das principais ajudas viria não em forma material, mas em palavras de consolo. Como já explicitamos, Portugal era uma das principais monarquias católicas do período, e como tal necessitava das palavras de apoio do Papa no período, Bento XIV. Como já salientamos, o Núncio de Portugal se comunica constantemente com o papado e os principais membros do clero romano. Através das cartas que se encontram no arquivo do vaticano, sendo algumas delas disponibilizadas por Arnaldo Pinto Cardoso Mons na Revista de História das Idéias⁶⁸, podemos observar passo a passo, a importância que a opinião papal possuía para a sociedade moderna portuguesa.

D. José I chega a suplicar as palavras de consolo e as orações do padre santo em documento de 11 de Novembro de 1756⁶⁹. A súplica tem razão de ser em uma sociedade voltada para as questões da religião onde a política não pode ser entendida sem a influência desse âmbito na sociedade, pois como muitos ainda acreditavam, a Igreja fornecia os alicerces para a manutenção da Monarquia no poder.

⁶⁸ MONS, Arnaldo Pinto Cardoso. “O Terramoto de Lisboa”, In: __ *Revista de História das Idéias*, Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras de Coimbra, 1996, v.8.

⁶⁹ Infelizmente não foi possível ler a documentação de que trata a súplica pois a mesma se encontra no Vaticano nos arquivos referentes a Portugal. Contudo sabemos do documento através de um artigo que enumerava a documentação entre o Núncio de Lisboa e o Papa. Tal artigo se encontra em ASV., S. S. Portogallo 195, f. 183-184v., Principi 230, f. 487-488, In: __ *Revista de História das Idéias*, Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras de Coimbra, 1996, v.8, p. 453-454. Felizmente alguns dos documentos foram em parte transcritos pelo autor, o que não é o caso deste que comentamos e por isso ele não pôde ser utilizado.

Até o momento as produções efervesciam tentando explicar a causa do terremoto. Dentre as várias teorias, é fácil compreender que a mais aceita era a de que Deus teria permitido e até mandado que o fenômeno acontecesse em punição aos homens que não cumpriam com os dogmas da Igreja Católica, como já exposto no tópico anterior.

De fato as orações do Papa de nada serviriam se o mesmo não as publicasse e fizesse saber aos demais que seu apoio estava com o Monarca português. É importante ressaltarmos também que as monarquias ibéricas tinham laços estreitos com a Igreja Católica, sendo as principais propagadoras dessa religião, especialmente após a reforma protestante. Como sabemos, essa reforma ocasiona uma rediscussão dogmática na Igreja Católica que reavalia alguns preceitos e que se une aos estados constituindo os tribunais da Inquisição Moderna, distintos dos tribunais do período medieval⁷⁰.

O papa Bento XIV demora um pouco para se pronunciar sobre o terremoto. Somente em Dezembro, próximo ao natal, é que o papa consegue se reunir com o alto clero para realizar as orações em prol da cidade de Lisboa, da Família Real e da nobreza e clero português⁷¹. Quando o papa envia a carta contando a notícia ao Núncio e ao rei de Portugal, um alívio parece tomar conta do Monarca. Até então, já havia produções escritas suficientes para resguardar o Rei e seu Secretário das palavras rudes que corriam pelo mundo. A censura promovida por Pombal na época aos escritos que chegavam ao reino que poderiam criticar a política vigente igualmente auxiliaram o secretário de Estado a manter a população sob seu controle.

A ajuda econômica do Papa Bento XIV viria em forma de um Breve datado de 19 de Agosto de 1756. A demora do envio do breve seguiu a mesma lógica da demora do envio das condolências, o que pode ter acarretado em uma insatisfação por parte da Coroa e do Secretário de Estado Sebastião José. Não podemos negligenciar, contudo, que a insatisfação do papado viria anteriormente, pois Pombal não admitia que qualquer poder interferisse nas suas práticas.

Segundo o documento, a terça parte de toda a arrecadação dos rendimentos eclesiásticos juntamente com outras verbas destinadas a realização de missas pelas almas no purgatório, seriam agora destinadas a reconstrução dos edifícios sagrados

⁷⁰ Não cabe aqui discutir a diferenciação entre a Inquisição Medieval e a Inquisição Moderna. Existem inúmeras produções que tratam dessa diferenciação, mas no caso da Modernidade, para um rápido olhar ver: FALCON, Francisco José C. e RODRIGUES, Antonio Edmilson M. Rodrigues. *Tempos Modernos: ensaios de história cultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁷¹ MONS, Arnaldo Pinto Cardoso, 1996.

como igrejas, conventos e mosteiros. Outro subsídio arrecadava o que cada igreja recebia para missas, aniversários, sacramentos, etc., para o reordenamento da mesma igreja.

Ao mesmo tempo, o documento permitia a construção de igrejas em locais distintos das fundações originais, caso se recebesse valor maior que o esperado pelos terrenos. Contudo o dinheiro sempre deveria ser destinado à compra de um terreno e à construção da igreja em outro local mais propício⁷². Por último, o papa concedia padroados aqueles que quisessem reconstruir as igrejas, o que proporcionaria o enobrecimento de alguns homens de negócios.

O auxílio papal, como o da França, foi negado em um primeiro momento. Pombal e sua política de centralização das decisões políticas corta relações com o papado. Somente em 1768 é que a sua aplicação vai de fato ser homologada, pois, ao mesmo tempo, houve uma tentativa de reatar as relações políticas entre a Coroa Portuguesa e o Vaticano. O donativo também era de extrema necessidade, já que as fundações religiosas eram as que mais demoravam para serem reconstruídas e a população precisava de templos religiosos em uma sociedade marcada pelo religioso.

A ajuda real para com os sobreviventes do terremoto parece ter sido uma inovação na história moderna europeia. Seus reais vassallos e súditos segundo a maioria da historiografia sobre o terremoto, não se sentiram desamparados pelo monarca, o que o ajudou a se reerguer e a manter as rédeas do poder⁷³.

Para Dynes⁷⁴, grande especialista no estudo de desastres naturais e suas repercussões, o terremoto de Lisboa foi o primeiro fenômeno da natureza em que o Estado chamou para si a responsabilidade de organizar a resposta de emergência. Dessa forma, o governo português teria introduzido um elemento de modernidade na gestão das catástrofes.

Como podemos perceber havia, como em todo regime político, aqueles que legitimavam e que confirmavam a situação, e os pensamentos dominantes. O auxílio das monarquias e das cidades, além das relações diplomáticas internacionais exigiam tal decoro com “nações” amigas, que possuíam alguma relação quer seja comercial,

⁷² ABREU, Laurinda. “O Terramoto de 1755 e o Breve do Papa Bento XIV (1756)”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007. PP. 237-245.

⁷³ Como veremos mais explicitamente no quinto item deste capítulo.

⁷⁴ DYNES, R. R.. *The Lisbon Earthquake in 1755: Contested Meanings in the First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 1997. (publicado em <http://www.udel.edu/DRC/>).

política ou familiar (exemplos claros da Inglaterra, França e Áustria) e que também podiam ser interpretadas como ajuda em caso da necessidade de uma troca. Nenhuma monarquia, nem nenhuma cidade estavam livres de sofrer um desastre como o que sofrera Lisboa.

Um dos donativos mais importantes foi o que caiu sobre os comerciantes através da alfândega de Lisboa. Tal donativo que era de 4% sobre todos os produtos que por lá passavam atingiam também indiretamente os habitantes da cidade cujo consumo havia aumentado enormemente com o intuito de recuperar o que fora perdido.

(...) este donativo, ainda que em parte haja de cair sobre os povos do reino, pelo consumo que farão de algumas das mesmas mercadorias, é bem evidente ser uma mínima parte a respeito do que ficará sobre o comércio dos suplicantes. (...) o real erário de vossa Majestade será constituído no Estado de suportar os grandes desembolsos, que faz indispensáveis a atual calamidade (...) ⁷⁵.

Como podemos observar, os comerciantes localizados em Lisboa, fossem lisboetas ou não, foram os grandes encarregados da reconstrução da cidade. Além do donativo pago pelos mesmos, foram responsáveis pelo surgimento de indústrias de construção civil, auxiliados logicamente pelos engenheiros militares e pela mão-de-obra da população local; pela dinamização dos sistemas de crédito para que os privados pudessem readquirir seus bens, e pelo auxílio prestado a Coroa dinamizando o mercado em um curto espaço de tempo depois do ocorrido ⁷⁶.

Em suma, foi possível identificar que muitas localidades se apavoraram com o que se sucedera em Lisboa. Em uma catástrofe daquela dimensão era extremamente difícil que Portugal, pela crise financeira ao qual passava, se reerguesse sozinho. O medo ⁷⁷ que um desastre natural aconteça em seus domínios também é um fator importante para que as diversas monarquias procurassem auxiliar a Coroa Portuguesa. Ao mesmo tempo, a diplomacia e uma tentativa de estabelecer relações políticas não podem ser negligenciadas.

É possível ainda, que outras localidades tenham auxiliado Portugal naquele momento tão trágico. Os domínios ultramarinos, por exemplo, não devem ter assistidos

⁷⁵ Marquês de Pombal, *Cartas e Outras Obras Selectas*, 5ª Ed., Vol. I, Lisboa, Tipografia de Costa Sanches, 1861, op. Cit. Por CARDOSO, José Luís. “Pombal, o Terramoto e a Política de Regulação Económica”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

⁷⁶ PEDREIRA, Jorge Luis, 1995.

⁷⁷ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – 1300-1800, uma cidade sitiada*, tradução: Maria Lúcia Machado, tradução das notas: Heloísa Janh, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ilesos a destruição da sede da Coroa. É provável que as regiões da África e Índias tenham igualmente sentido o mesmo pesar, não somente por constituírem parte do Reino de Portugal, mas por existirem inúmeros lisboetas em todos os domínios do ultramar. Não seria diferente na América, onde a consternação era grandiosa, como veremos a seguir.

4. Lisboa, o símbolo do Império Português a Deriva: Os discursos produzidos na América.

Por toda a América Portuguesa chegou a carta do Vice-Rei Conde dos Arcos com a cópia da correspondência régia noticiando o mais terrível acontecimento pelo qual a sede do Governo Português já havia passado. As notícias logo se espalhavam por toda a população e a comoção era geral. Missas foram feitas tanto para agradecer pela vida da família real, como pelas almas que foram mortas em tamanho desastre. Parentes de lisboetas procuravam descobrir notícias sobre seus entes queridos e choravam as perdas irreparáveis para todo o Império Português.

(...) Me pareceo participar vos logo este infausto successo por confiar da lealdade e honradez propensões dos meus Fieis vassallos dessa Cidade e da sua Comarca que não só tomarão huma grande parte então justificado sentimentos e nos louvores que se devem dar a Divina Mizericordia por haver suspendido o castigo, com que pudera ter-nos aniquilado, mas tambem que por aquella natural correspondência que todas as Partes do corpo Político tem sempre com a sua cabeça e pellos interesses que se lhes seguirão de ser promptamente reedificada a capital destes Reinos, e seus dominios, me hão de servir nesta urgente occasião com tudo o que lhes for possível. E nesta confiança, mando avisar ao Conde dos Arcos (...) que deixo ao arbítrio do vosso amor, e zelo ao meu Real Serviço, e do Bem Commum, a eleição dos meyoos que acham que podem ser mais próprios para se conseguir hum tão importante e glorioso fim (...)⁷⁸.

A carta do rei D. José I contando sobre o terremoto fora enviada para o vice-rei Conde dos Arcos que se encontrava na Bahia, ainda sede da governação portuguesa na América. O então vice-rei do Brasil fez cópias da carta e as enviou para as principais Câmaras da América Portuguesa com o intuito de comunicar sobre o terremoto e para

⁷⁸ AHU_Bahia, Cx. 126, Doc. 9866.

que as Câmaras pudessem socorrer a cidade de Lisboa e o rei, demonstrando seu “amor e zelo ao seu Real Serviço”.

Tal amor⁷⁹ é demonstrado no termo de vereação da carta pelas Câmaras espalhadas pela América. Ainda que o forte teor retórico possa ser percebido, como era comumente feito nas correspondências administrativas, podemos observar igualmente um poderoso laço entre os homens da elite das cidades e vilas da América e o Rei, bem como a oportunidade dos mesmos se mostrarem como reais vassallos, cumpridores do Bom Governo. Ao mesmo tempo é possível identificar que a cidade de Lisboa possuía uma importância simbólica para os portugueses de todas as localidades do Império, vista como cabeça do Reino de Portugal.

(...) junctos todos em presença de mim Escrivão (...) abrirão a carta de S. Majestade que Deus guarde registada (...) e vistos por todos os justos motivos que provocavao a hum geral sentimento com ternura, amor e fidelidade resolverão cumprir a dicta carta, cocordando ser esta a occazião de que os Vassallos desta Capital mostrassem o grande amor, que sempre consagrarão aos Seos Reys, e Senhores naturais, mandando dispor as ordens para a convocação do Povo as mesmas Cazas da Camara para que lida a carta do dicto senhor lhes movesse os ânimos a concorrerem com hum subsidio que correspondesse aos motivos da justa confiança com que o Nosso Serviço os poz a ajudar-se para a reconstituição da nobre cabeça Luzitana por ora avizada da Omnipotente mão de Deos com hum tão infausto e Lamentavel estrago⁸⁰. [grifo nosso]

A crise econômica que Portugal começava a passar com mais acometimento de sua fazenda também chegou a América com bastante força e o abastecimento fora comprometido. O terremoto não trouxe prejuízos somente para a metrópole, mas todo o Império se viu prejudicado financeira e psicologicamente. Os mercadores ou armazenavam os produtos vindos da metrópole para durarem mais tempo, ou inflacionavam o preço dos produtos de forma que a população tinha mais dificuldade de adquiri-los. A maioria deles fazia ambas as coisas. O ouro das minas estava diminuindo e o comércio com o nordeste e com o sul da América aumentava. Tais regiões começavam a se destacar como importantes pólos de produção de alimentos e abastecimento tanto interno como externo. As Minas, que a muito não produziam somente ouro, comercializavam com a Bahia, o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande de São Pedro e São Paulo, dinamizando economicamente a América que necessitava cada vez mais de produtos para consumo interno, já que sua população

⁷⁹ O Amor aqui é compreendido como demonstração de fidelidade, apreço, honra, fé, confiança, como nos demonstra o estudo de CARDIM, Pedro. *O Poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000.

⁸⁰ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 012, Doc. 2080.

também crescera de forma extraordinária tanto com a imigração portuguesa como com a africana.

Através da documentação da Câmara podemos observar vários aspectos da sociedade do Antigo Regime. Palavras como: Bem Comum, lealdade, amor ao Rei, faziam parte do instrumento de retórica dessa documentação oficial. Mas até que ponto esses significados eram meramente retóricos? Na documentação da resolução do auxílio que a Câmara de Salvador presta a Coroa Portuguesa podemos observar esses e outros aspectos.

(...) esperando dos seus fiéis vassallos desta Cidade e Sua Comarca que não só tomariam huma grande parte em tão justificado sentimento, e nos Louvores que se devião dar a Divina Mizericórdia por haver suspendido o castigo com que poderá totalmente ter aniquilado ao mesmo Reino, mas que pela natural correspondência que todas as partes do corpo político tem Sempre com a Sua Cabeça, e pelos interesses que se seguirão a todos de ser promptamente Reedificada a Capital do Reino e seus domínios o havião de servir em tão precisa occasião com tudo que lhes fosse possível deixando ao arbítrio de nosso amor e zello do Real serviço, e do bem comum a eleição dos meios que se achassem mais proporcionados para se conseguir hum acto tão importante como glorioso fim, e q por Virtude desta Carta fora chamada a nobreza e Povo desta Cidade (...) ⁸¹. [Grifo Nosso]

Fica comprovado que os habitantes, membros da elite na América viam o Reino como um corpo, e Lisboa como a cabeça, por ser o local onde o poder político mais importante, a Coroa e a Corte estavam instituídos.

A América Portuguesa era responsável pela principal receita de Portugal, e os impostos eram um martírio pelo qual os colonos tinham que contribuir. Contudo pela grandiosidade da tragédia, os colonos se uniram e, a pedido de Sua Majestade, estabeleceram um subsídio voluntário destinado à reconstrução de Lisboa, como veremos mais explicitamente no próximo capítulo.

Com relação à produção dos pesares e exaltação de Lisboa, estas se deram especialmente em forma de correspondência e tinham como objetivo principal demonstrar a lealdade dos reais vassallos a Sua Majestade.

Juntamente com a carta de 16 de dezembro do anno passado (em que V. Ex^a. me participa a triste notícia da calamidade, que affligio a essa Côrte e a todo o Reyno, no dia 1 de Novembro com hum successo tão infausto, que a não suspender a Omnipotencia Divina o castigo, com que ameaçou, podia ser de mais tristes conseqüências) recebi a carta para a Camara desta Cidade assignada pela Real Mão de S. M., na qual o mesmo Senhor lhe participa esta infeliz nova, por confiar da lealdade dos seus vassallos, que não só tomaram huma grande parte em tão justificado sentimento, mas que nesta vigente occasião o serviram com tudo o que lhe for possível, deixando ao arbítrio do seu amor e zelo do

⁸¹ AHU, Bahia, Castro e Almeida, Cx. 012, Doc. 2084.

Real serviço a eleição dos meyo, que achassem mais proporcionados para se conseguir o importante fim da reedificação dos edifícios públicos, sagrados e profanos da Capital deste Reyno e seus domínios.⁸²

O fragmento da correspondência acima citada fora produzida na Câmara de Salvador, pelos representantes mais importantes da Capitania da Bahia. Contudo é possível verificarmos uma regularidade discursiva em tais correspondências, por todo território americano, sobre o Terremoto. Todas as Câmaras que receberam a notícia possuem, com poucas alterações, as mesmas palavras e os mesmos objetivos que a cidade de Salvador. Dessa forma, consideramos representativa a correspondência por fazer parte da ainda capital governativa da América Portuguesa, uma das Câmaras mais importantes do período. Em um momento de crise financeira, política e religiosa, o Rei precisava saber que seus súditos o apoiavam e, mesmo distantes, se preocupavam com os rumos que a calamidade acarretaria.

Além das correspondências enviadas pela Câmara, foram realizadas missas pelas almas perdidas, pelos entes queridos e em agradecimento pela vida da Família Real que saíra ileso da catástrofe, pois não se encontrava na cidade.

Toda a população que aqui habitava fora avisada sobre o terremoto e as notícias correram com rapidez para o período. Com isso, não somente os homens leigos se propuseram a confortar o Rei D. José e sua família, como os religiosos aqui presentes assim o fizeram. Em correspondência do arcebispo da Bahia ao Secretário Diogo de Mendonça Corte Real, podemos observar que o religioso compartilhava da dor sentida por todos os portugueses.

(...) Como me conste, que nessa Corte se estendeo, que o honoroso terremoto, que nella houve, tivesse tão bem comprehendido esta America, dou mais parte a V. Ex^a., que supposto não houvesse novidade, que se contasse, nem em que se reparasse no dia primeyro de Novembro, contudo logo depois de chegarem dessa Corte lamentáveis e honorosas noticias do terremoto, que naquelle dia arruinou, se começou a publicar, que nella houvera alteração nos mares, e chegarão as suas agoas onde nunca se vira, como fora ao Cruzeyro da Boa Viagem, etc. O mesmo se conta por certo succedera no Bispado de Pernambuco, onde se diz levava algumas sandallas dos pescadores. Do Rio se publica o mesmo e que em certas prayas se houvia hum grande ronco, que dera o mar, de que os animais espantados fugirão sem parar athé o mais alto dos montes.⁸³
[Grifo Nosso]

A distância física é uma concretude para nós, mas a idéia de espaço era diferenciada no período. Como podemos observar mesmo homens letrados como os

⁸² AHU, Bahia, Castro e Almeida, Caixa 012, Doc. 2079.

⁸³ AHU, Bahia, Castro e Almeida, Caixa: 012, Doc. 2077.

religiosos entendiam que a América era continuação de Portugal, inclusive fisicamente. Lisboa, assim como o Rei era vista como a cabeça do corpo, e se a cabeça é comprometida, todo o corpo sofre igualmente. A Monarquia nesse momento devia ser preservada e as decisões respeitadas para manter a unidade do corpo político, indissociável do religioso. Obviamente no primeiro momento somente palavras positivas eram proferidas pela população.

Como já destacamos, o período do terremoto era de efervescência cultural, com discussões filosóficas importantes. Alguns homens, especialmente os letrados, começavam a ter uma noção mais apurada de espaço e uma certa “racionalização” da administração, muito por influencia do movimento das luzes. Em carta do Chanceler da Relação da Bahia, Manuel Antonio da Cunha Sottomaior para Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado juntamente com Sebastião José de Carvalho e Melo, o mesmo dá notícias sobre a situação da Bahia no dia primeiro de novembro.

Pella Mizericordia Divina não chegou a este Estado o estrago e ruína que experimentou este Reino no primeiro de Novembro do anno próximo passado⁸⁴.
[Grifo Nosso]

Ora, o terremoto teve proporções imensas, mas é sabido que não atingiu a costa do Novo Mundo. Ao mesmo tempo em que fez o comentário, o Chanceler pediu para retornar a Lisboa por ter terminado o seu tempo de serviço na Bahia. Mesmo com a cidade em desordem, muitos ainda preferiam ficar em Lisboa que na América Portuguesa, sobretudo os pertencentes aos mais altos cargos da Governação.

As embarcações que se encontravam na Bahia demoraram pelo menos seis meses para retornarem a corte após o terremoto. Em carta de 21 de Novembro de 1756, enviada pelo Conde dos Arcos a Diogo de Mendonça Corte Real, podemos observar essa demora que prejudicou a correspondência e, conseqüentemente, a administração e o comércio com a corte por conta do sismo.

(...) Depois que cheguei a esta cidade, he esta a primeira Embarcação. Que em direitura, parte para essa Corte, motivo porque me tenho Retardado o gosto, de ir a prezença de V. Ex^a. buscar novas suas, desejo eu, que ellas me venhão, não só com a certeza de que V. Ex^a. está convalecido do grande cuidado, em que nos poz o infausto successo; que experimentou essa Corte, no 1º de Novembro do anno passado, mas que está desfrutando, a melhor e mais perfeita disposição (...)⁸⁵.

⁸⁴ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 012, Doc. 2100.

⁸⁵ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 012, Doc. 2112.

Como podemos observar nas documentações apresentadas acima, o então Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real era o principal destinatário da correspondência que partia da América. Contudo, segundo José Subtil⁸⁶, Sebastião José ganha força com o terremoto por ter sido o único que se manteve firme, ao lado do rei, tomando as decisões mais emergenciais para controlar a catástrofe. Segundo o autor, Diogo de Mendonça Corte Real se recolhera a suas quintas fora de Lisboa, se preocupando mais consigo que com o Monarca. O outro Secretário, Pedro da Mota e Silva, estava acometido por uma doença, o que impossibilitou sua atuação nas decisões emergenciais, morrendo logo após 1755. Tais atos acabariam por fazer com que Corte Real perdesse seu cargo, e Sebastião José se tornasse o válido, o mais importante secretário e mesmo ministro do rei D. José I, em 1760, agora com muito mais poder, do que antes do sismo.

Na América é possível observar dois aspectos centrais na correspondência enviada para o Reino. O Primeiro deles diz respeito ao simbólico. Como Maria de Fátima Gouvêa demonstra, os habitantes dos mais diversos locais organizam missas, celebram e festejam em nome de Nossa Senhora com jejum em ação de graças à mesma⁸⁷. O segundo é a organização de um subsídio, estabelecido diferentemente por cada Câmara no Brasil, ao contrário do que alguns historiadores apontam⁸⁸ conforme veremos no próximo capítulo.

Rapidamente, com a nova conjuntura pombalina, e com a crise econômica que se agravava e padecera todo o Império Português, os discursos mudariam, especialmente com relação ao combate aos impostos, a um poder concentrado em Pombal e aos privilégios monopolistas.

5. A Política de Sebastião José de Carvalho e Melo e de D. José I pós-terremoto.

⁸⁶ SUBTIL, José. *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*, Lisboa, Edial, 2006.

⁸⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima. “O Impacto do Terramoto de Lisboa na Governação da América Portuguesa”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 247-256.

⁸⁸ Por exemplo, Nuno Gonçalo Monteiro.

O Império Português, na ocasião do terremoto, passava por uma grave crise financeira onde a queda da produção de ouro das Minas seria uma das grandes responsáveis, assim como os altos gastos da Monarquia, especialmente no período de D. João V. A receita portuguesa se encontrava sempre em déficit, o que era agravado pelo fato de Portugal não possuir ainda, ao contrário de outras monarquias, um planejamento dos gastos públicos, e regras de contabilidade bem estabelecidas.

A situação econômica da segunda metade do século XVIII do Império Português exibia conjunturas desfavoráveis em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o Brasil era a principal receita portuguesa e os impostos insidiavam cada vez com mais força sobre a população⁸⁹. Portugal nesse momento dependia diretamente da economia americana. Em segundo lugar a população que habitava a América não via retorno da sua contribuição aparecendo a relação pagamento de impostos e retorno em benefícios completamente dispare.

Este período foi marcado pelo declínio da importância dos Reinos Ibéricos e aumento da importância de potências como a França, os Países Baixos e principalmente, a Inglaterra. Essa decadência forçaria os governantes portugueses a adotarem medidas de modernização, elementos esses que dependiam da eficiência governativa e da consolidação do Império para a manutenção da importância e influência de Portugal em um mundo cada vez mais competitivo.⁹⁰

Com a morte de D. João V, e a posse de D. José I em 1750, essas modificações, consideradas necessárias ao desenvolvimento português começariam a ser mais explicitadas. D. José I nomeia Sebastião José, mais tarde Marquês de Pombal⁹¹, idealizador da política marcada pela historiografia de “Pombalina” para a execução das mudanças necessárias.

Sebastião José de Carvalho e Melo ainda não pertencia a mais alta nobreza portuguesa quando o Terremoto ocorrera. Em primeiro de novembro de 1755, Pombal era um dos dois secretários do Gabinete dos Secretários de Estado, responsável pelos Negócios Estrangeiros e pela Guerra, juntamente com Diogo de Mendonça Corte Real e

⁸⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães. *Finanças Públicas e Estrutura do Estado* In__ : *Ensaio II. Sobre História de Portugal*. 2ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 1978, pp. 51-52.

⁹⁰ MAXWELL, Kennett. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaio tropical*, Paz e Terra (s/d).

⁹¹ Pombal governou no período compreendido entre 1750 e 1777.

com Pedro da Mota e Silva⁹². Tomaremos liberdade aqui de chamá-lo Pombal conforme a historiografia o marcou, como fez Kenneth Maxwell⁹³, apesar de o mesmo somente ter recebido o título de Conde de Oeiras em 1759 e de Marques de Pombal em 1769.

Em maio de 1756, seis meses após o terremoto, Pombal se torna o chefe de Gabinete do Rei D. José I, o valido, o Conselheiro mais importante e mais influente e próximo de Sua Majestade. Todavia alguns estudiosos do período consideram que o mesmo já praticava essa função desde a coroação de D. José I. Já Nuno Gonçalo Monteiro⁹⁴ acredita que anteriormente ao terremoto, Pombal disputava com os demais secretários e com outras instituições da administração a atenção e o poder de mando da coroa portuguesa.

Segundo Falcon⁹⁵, e é o mais interessante no que diz respeito ao estudo proposto, o Terremoto de Lisboa foi um acelerador do processo da mudança política portuguesa. Com o ocorrido, foram postos em prática alguns atos dispendo sobre medidas para estabelecer a ordem pública em todos os âmbitos, social, econômico e político. O aparelho burocrático foi fortalecido, duplicando seus canais e as instâncias decisórias ou consultivas.

Renomados historiadores⁹⁶ acreditam que o terremoto de Lisboa possibilitou que Pombal tanto ascendesse politicamente e aumentasse seu poder, como tivesse sido fator crucial para tomada de decisões que o ministro propunha a Portugal e seus domínios quando ainda não fazia parte da alta burocracia interna.

Antes de adentrar a política em Portugal, Pombal servira ao governo fora do país como diplomata. Ainda no Governo de D. João V, Pombal havia sido embaixador na Inglaterra e na Áustria onde se casa com uma importante dama que abriu portas para seu relacionamento mais direto com o Rei D. José I, já que a rainha provinha dessa região. Assim que D. José I ocupou seu trono nomeou Sebastião José seu Secretário de Estado.

Neste meio tempo, Pombal conheceu algumas novas produções sobre economia, e questionava a subserviência em relação à Inglaterra. Pôde ter contato com as mais novas produções de idéias que perpassavam Inglaterra e França, mas podemos afirmar

⁹² SUBTIL, José. “A Arquitetura dos Poderes: Os poderes do Centro”, In: __ HESPANHA, Antonio Manoel (org.) *História de Portugal: O Antigo Regime*, Lisboa, Editora Estampa, volume 4, 1994.

⁹³ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

⁹⁴ MONTEIRO, Nuno. *D. José: na Sombra de Pombal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.

⁹⁵ FALCON, Francisco José C. *A época Pombalina: Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1983

⁹⁶ Dentre eles, Maxwell, Boxer, Falcon, etc.

que nem todas o apeteçiam. Era um homem religioso. Familiar do Santo Ofício, ao mesmo tempo em que questionava a influência e a presença dos jesuítas no Estado Português, soube utilizar a religião católica para seu proveito, especialmente com o Santo Ofício e com a questão jesuítica. Há quem diga, inclusive, que os jesuítas ajudaram Pombal a chegar ao cargo de Secretário de Estado⁹⁷.

Como demonstramos anteriormente, alguns homens daquela época chegaram a questionar o Rei e suas práticas sociais, políticas e religiosas como maléficas e causadoras da ira Divina, acarretando no Terremoto de Lisboa. A figura do monarca ficara fragilizada, pois o Bom Governo, aquele que respeita o direito, a religião, os costumes e a hierarquia, não estava sendo um fato concreto no pensamento daqueles que necessitavam de uma explicação religiosa. Tal fragilidade régia pode ter sido um dos fatores pelo qual D. José permitira que Pombal tomasse as rédeas das decisões mais emergenciais em um primeiro momento, e em um segundo momento, as disposições que ambos acreditavam que modernizariam o Estado, sem que a Monarquia sofresse qualquer tipo de retaliação. Assim sendo, logo após o terremoto de 1755, muitas transformações foram feitas pelo governo português. O Secretário de Estado, Sebastião José, ganha força, prestígio e um maior apoio do rei D. José I para tomar tais decisões que fossem cabíveis para alavancar o crescimento do Estado Português e reerguer a cidade de Lisboa.

Apesar de toda a influência de Pombal sobre a política e a sociedade portuguesa do período, os novos trabalhos sobre o reinado de D. José I vêm demonstrando que o Rei não pode ser colocado em segundo plano⁹⁸. A política ficara conhecida como Pombalina, mas D. José I não pode ser considerado um personagem secundário, participando ativamente das tomadas de decisões. Podemos considerar várias das atitudes pombalinas como despóticas. Contudo Pombal sabia que não poderia governar sozinho e de que necessitava de aliados. Pombal era um homem com perspicácia, capaz de trazer para si todas as atenções através da publicação de textos apologéticos⁹⁹ e de produções de homens que o execravam. Amado ou mal falado, Pombal foi o centro das atenções em Portugal do Período, especialmente após o terremoto.

Com relação às decisões tomadas posteriormente ao Terremoto de Lisboa devemos separá-las em dois blocos. O primeiro diz respeito às decisões imediatas ao

⁹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2006.

⁹⁸ MONTEIRO, Nuno, 2006.

⁹⁹ Como o de D. Luis da Cunha.

Terremoto que tinham como objetivo principal pôr ordem ao caos que se estabelecera. Grande parte das principais medidas se encontra em um livro produzido em 1758 por Amador Patricio de Lisboa¹⁰⁰. O segundo bloco diz respeito às medidas tomadas na governação de D. José I posteriormente ao Terremoto e que mudaram de maneira contundente a política do período.

As medidas tomadas em caráter emergencial foram, sobretudo, as que estavam ligadas diretamente à cidade de Lisboa, ou a locais de importância econômica e social consideráveis como Setúbal e o Algarve. Contudo, pelo caráter mercantil e cosmopolita da cidade que abarcava pessoas dos mais diversos locais do mundo, como já visto, tais medidas influenciaram os países, aos quais Lisboa comercializava, e os domínios ultramarinos.

Em primeiro lugar Pombal privilegiou os mercadores. O fortalecimento dos mesmos estava diretamente ligado à possibilidade de reerguer tanto Lisboa, como Portugal, já que a destruição da cabeça do reino trouxe inúmeros prejuízos para uma já frágil economia. Dentre as perdas materiais imediatas à catástrofe podemos citar a interrupção da atividade econômica, perda de mercados e oportunidades de negócio, perda da confiança de alguns agentes econômicos e o adiamento de eventuais investimentos¹⁰¹.

Com a carta branca para agir na reconstrução e no auxílio à população que Pombal recebera de D. José I, o mesmo procurou estabelecer o mais rápido possível o comércio com as coroas amigas e com os domínios ultramarinos. Em um primeiro momento transferira para Belém e Junqueira o principal porto, alfândegas e armazéns. Ao mesmo tempo reconstruía o aparato em Lisboa e os navios responsáveis pelas trocas intercontinentais.

No âmbito social, foram construídas inúmeras barracas de caráter emergencial para a população mais necessitada, já que Pombal proibira a saída de pessoas da cidade. Concomitantemente eram reconstruídas casas, ganhando os homens de negócio com os empréstimos realizados pelos lisboetas para reerguer o patrimônio perdido¹⁰². Foi

¹⁰⁰ *Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Ano de 1755, Ordenadas e Oferecidas à Majestade Fidelíssima de El-Rei D. José I, Nosso Senhor*, [s/i], 1758.

¹⁰¹ SERRÃO, José Vicente, 2007

¹⁰² PEDREIRA, Jorge Luis, 1995.

ordenado também que enviassem a Lisboa todo alimento que estivesse em excedente nas demais localidades de Portugal, sendo os mesmos vendidos a preços ordinários¹⁰³.

Os saqueadores, ladrões e incendiários eram punidos com rigor. Por outro lado, se havia desempregados em Lisboa, agora faltava mão de obra. Pombal ordenara a contratação de inúmeros braços para recolhimento do lixo e escombros, enterro dos mortos, bem como para a construção dos prédios públicos. A cidade necessitava manter seus habitantes para se reerguer. Assim sendo, Pombal instaurou a “lei dos falidos” dinamizando a economia e dando alicerces para que os homens que haviam perdido grande parte do seu patrimônio se levantassem.

Entre as demais resoluções, destacamos o rápido atendimento aos feridos em hospitais, enfermarias, caridades, a garantia da segurança da costa, o estabelecimento de tropas militares, o pronto restabelecimento dos cultos nas igrejas e o agradecimento a Deus através de procissões, sermões, e obséquios.

Já os fatos mais gerais e mais polêmicos que ocorreram no período pombalino datam de momentos brevemente posteriores ao terremoto. São eles a rebelião de 1757 contra a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto-Douro, o processo dos Tavora em 1758 e a expulsão da Companhia de Jesus em 1759. Tais acontecimentos produziram discussões acerca da política pombalina interna e externamente e puderam demonstrar algumas das características do governo e da reforma pombalina. É preciso destacar, entretanto, que outras atitudes reformadoras foram tomadas, contudo foi preciso escolher as mais representativas para este estudo.

A primeira delas diz respeito à punição rígida de uma revolta. Aos protestantes contrários à Companhia de Comércio supracitada fora decretado a morte por lesa majestade de dezessete pessoas, sendo outras centenas condenadas com outro tipo de sentenças. As companhias de comércio pombalinas demonstravam também a tentativa monopolista de preservar a economia portuguesa que se encontrava em déficit por muitos anos, sendo a principal credora a Inglaterra. Na América destacamos a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão que também suscitou a sublevação nos domínios ultramarinos, conhecida como Revolta de Beckman. E a instituição das Companhias de Pernambuco e Paraíba. Segundo Fernanda Olival¹⁰⁴ estas companhias tinham como objetivo, além dos econômicos, privilegiar os grandes comerciantes com o

¹⁰³ SERRÃO, José Vicente, 2007.

¹⁰⁴ OLIVAL, Fernanda. “O Brasil, as Companhias Pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos”, In__: *Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*, Évora, Universidade de Évora, 2001.

propósito de dinamizar a economia portuguesa garantindo a perda do estatuto de impureza de sangue e aumentando a possibilidade de enobrecimento dos mesmos.

Em um segundo momento o processo dos Távora, uma das mais altas casas nobiliárquicas portuguesas, demonstrou o poder que pombal estava exercendo. Membros de outras casas, inclusive parentes próximos do Rei também foram punidos. Tal tentativa de regicídio aconteceria com o propósito de conter os mandos e desmandos nas atuações governativas de Pombal, inclusive com a colocação de homens de sua confiança em cargos públicos importantes, o que trouxe descontentamento aos que eram excluídos dessa lista. Acusados de crime de lesa majestade, na inventiva de assassinato ao Rei, a casa dos Távora fora execrada e a maioria dos nobres se conteve por medo de que o mesmo acontecesse com eles. Podemos considerar esse fato como uma das maiores marcas do poder que Pombal estava conquistando, já que, segundo José Subtil¹⁰⁵, todos os ministros contrários a Pombal foram substituídos neste momento. Ainda segundo o autor, entre 1755 e 1760 houve em Portugal uma movimentação enorme das elites políticas dirigentes nunca antes vista.

Contudo não podemos afirmar que Pombal fosse anti-nobiliárquico. Além do mesmo atingir o título de Marquês, Sebastião José abriu o leque de nobres no período com a inserção especialmente dos grandes comerciantes. Mesmo que não fossem da mais alta nobreza, apesar de muitos deles ao poucos atingirem esse status, Pombal continuava garantindo e reafirmando os privilégios típicos de Antigo Regime. Como nos aponta Hespanha¹⁰⁶, o direito tinha que ser respeitado para que o pacto não fosse quebrado.

O terceiro e não menos importante acontecimento diz respeito à expulsão dos jesuítas de todo o território português, seguida da expulsão do núncio e o corte das relações com o Vaticano, ainda que retomado posteriormente, como já vimos. Como já analisado, os jesuítas criticavam com bastante veemência a política pombalina, como é o caso do Padre Gabriel Malagrida, e eram, como membros do clero, bastantes influentes em meio à população. Pombal entendia que os jesuítas eram os responsáveis pelos vícios que Portugal possuía chamando-os de abomináveis, inveterados, rebeldes, traidores, adversários e agressores. Na tentativa sistemática de abolição de qualquer tipo de oposição ao governo pombalino, Pombal age a favor de seus preceitos. Não podemos afirmar, entretanto, que Pombal fosse anti-clerical. Como foi possível observar, o

¹⁰⁵ SUBTIL, José, 2006.

¹⁰⁶ HESPANHA, António Manoel. *Guiando a mão invisível*, [s/d]

mesmo jamais pretendeu afastar a religião católica do Estado português não evitando assim que uma das características básicas para a composição da modernidade se concretizasse¹⁰⁷. Prova disso é a atuação do Santo Ofício que foi uma das armas que Pombal possuiu para fazer valer seus preceitos.

Dentre as demais práticas pombalinas destacamos uma política de eliminação sistemática de todas as formas de oposição ao poder, a tentativa de modernização da estrutura administrativa, uma centralização de decisões em escala crescente, uma supressão da oposição de setores contrários às novas diretrizes políticas e econômicas, reformas no sistema educacional, promoção da igualdade de jurisdição entre índios e cristãos-velhos, fortalecimento do papel dos mercadores, tentativa de reduzir a importação dos produtos manufaturados, etc.

Com relação à América Colonial, Fátima Gouvêa¹⁰⁸ salienta alguns acontecimentos que movimentam e modificam a política colonial na América, tais como: a existência de dois governos-gerais, um no Maranhão e Grão-Pará (que tinha jurisdição diretamente com a Coroa) e outro no centro-sul, a mudança do cargo de Governador-Geral para o de Vice-Rei, a nomeação dos príncipes herdeiros como Príncipe do Brasil, a representação do Brasil nas Cortes Portuguesas, etc.

Aliado a isso, Laura de Mello e Souza¹⁰⁹ demonstra a importante preocupação com a defesa externa do Brasil, que estava constantemente ameaçada especialmente por franceses e holandeses que sempre rondavam a costa da América lusitana, e interna com os perigos eminentes de revoltas. Dessa forma, ainda para a autora, era essencial que se mantivesse os súditos satisfeitos, pois com isso se conseguiria descartar a problemática interna e a monarquia teria auxílio e socorro caso houvesse invasões externas. Um dos piores problemas, ainda, era a concomitância entre questões internas e externas, que poderiam acarretar em mudança da Monarquia reinante, considerada pelos súditos praticante do mau governo¹¹⁰.

¹⁰⁷ FURET, François e OZOUF, Jacques, 1977.

¹⁰⁸ BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos (XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰⁹ SOUZA, Laura de Mello e. *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

¹¹⁰ Podemos observar tal preocupação no Parecer do Conselheiro Antonio Rodrigues da Costa, documento que Laura de Melo e Souza destaca em seu estudo. Tal documento fora citado por alguns grandes historiadores como Fernando Novais, Jaime Cortesão e Luciano Figueiredo, que possui um artigo específico sobre o tema em FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Parecer de Antonio Rodrigues da Costa*, In: __ NEVES, Guilherme Pereira; SILVA, Georgina e VAINFAS, Ronaldo. *Retratos do Império*, Niterói, EDUFF, 2007.

A política pombalina para a América, segundo José Borges de Macedo¹¹¹ se assentava em três pilares: a defesa do território, a expansão econômica e o fortalecimento do poder central. Entretanto, apesar do governo português necessitar cada vez mais da lealdade da população na América, ao mesmo tempo a política pombalina acirra os braços da administração sobre a mesma, aumentando consideravelmente o quadro tributário e visando reestruturar a administração fazendária (criou o Erário Régio e as Juntas de Fazenda Real). Ao mesmo tempo, Pombal procura cooptar essas elites locais, fortalecendo o caráter burocrático das funções administrativas e incentivando a posse de terras e a agricultura na América. Tais burocratas eram escolhidos segundo alguns critérios e especificidades comportamentais pré-estabelecidas. Além disso com a renovação da Universidade de Coimbra, não mais com a organização jesuítica, houve uma maior racionalização nas práticas administrativas.

Dispostas as características da política pombalina, partiremos para a análise de uma documentação que demonstra algumas mudanças e permanências imediatas das práticas de Sebastião José. Para Inês Amorim¹¹² o documento que ficou conhecido como “Inquérito Pombalino” teria sido articulado pela Academia Real de História, com o intuito científico e racional da resposta a calamidade e para organizar a ajuda necessária a população.

1º. A que horas principiou o terramoto do primeiro de novembro, e que tempo durou? / 2º. Se se percebeu que fosse maior o impulso de uma parte do que de outra? Vg. Do norte para o sul, ou pelo contrário, se parece que caíram mais ruínas para uma parte do que para a outra parte? / 3º. Que número de casas arruinaria em cada freguesia, se havia nelas edifícios notáveis, e em que estado ficaram? / 4º. Que pessoas morreriam, se algumas eram distintas? / 5º. Que novidades se viram no mar, nas fontes e nos rios? / 6º. Se a maré vazou primeiro, ou encheu, e quantos palmos cresceu mais do ordinário, quantas vezes se percebeu o fluxo, ou refluxo extraordinário, e se reparou quanto tempo gastava em baixar a água, e quanto em tornar a encher? / 7º. Que providências se deram imediatamente em cada lugar pelo eclesiástico, pelos militares, e pelos ministros? / 8º. Que terramotos têm repetido depois do primeiro de novembro, em que tempo, e que dano têm feito? / 9º. Se há memória de que em algum tempo houvesse outro terramoto, e que dano fez em cada lugar? / 10º. Que número de pessoas tem cada freguesia, declarando se puder ser quantas há de

¹¹¹ MACEDO, José Borges de. Portugal e a economia pombalina: temas e hipóteses, In: __ *Revista de História*, São Paulo, 1954, v.9, nº 19.

¹¹² AMORIM, Inês. “Para além do MEDO, TEMOR, SUSTO e PASMO: Resposta da Provedoria de Aveiro aos inquéritos de 1756”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, PP. 61-75.

diferente sexo? / 12º. Se experimentou alguma falta de mantimentos? / 13º. Se houve incêndio, que tempo durou, e que dano fez?¹¹³

Do texto acima citado podemos observar vários aspectos da sociedade da época, tanto características tradicionais como inovações na forma de agir do Estado Português. A primeira delas pode ser vista no documento como um todo. Segundo Dynes¹¹⁴, o terremoto de Lisboa fora o primeiro acontecimento natural em que o estado se vê responsável em chamar para si a organização e a resposta de emergência para a população em geral. Pombal, após o terremoto se preocupou não com os mortos, mas sim em cuidar dos vivos. Também decidiu rapidamente pela reconstrução da capital lisboeta contrariando, como já destacamos, alguns clérigos da época.

O segundo aspecto que rapidamente salta aos olhos é a manutenção da hierarquia. Através dele podemos afirmar que o Estado Português do período não perdera nem criticava jamais as categorias sociais estabelecidas pelo Antigo Regime.

O terceiro item diz respeito a *Historia Magistra Vitae*¹¹⁵. Como podemos observar, especialmente no trecho: *10º. Se há memória de que em algum tempo houvesse outro terramoto, e que dano fez em cada lugar?*, o secretário de estado procura exemplos no passado para aprender como lidar com um acontecimento do seu momento. A história ensinaria, ou instruiria como proceder ou não, em momentos similares.

Em suma, o quadro político do Império Português se modifica em muitas características após o terremoto de 1755. Tais medidas não foram projetadas especificamente por conta do terremoto, mas sim, pela conjuntura desfavorável pela qual Portugal passava, uma crise financeira, política e social. A preocupação com a América aumentou consideravelmente, implicando em uma maior centralização do poder, e elevada tributação. Não se pode afirmar que Pombal tenha solucionado os problemas portugueses, tão pouco tenha tornado Portugal novamente uma potência econômica. O que podemos sim afirmar, é que Pombal conseguira arditamente manter a fidelidade dos colonos e dos administradores a Portugal, bem como soube utilizar a religião para seu proveito.

¹¹³ Inquérito do Marquês de Pombal – retirado de: FONSECA, João Duarte. *1755: O terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum Ed., 2004.

¹¹⁴ DYNES, R. R.. *The Lisbon Earthquake in 1755: Contested Meanings in the First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 1997. (publicado em <http://www.udel.edu/DRC/>).

¹¹⁵ KOSELLECK, Reinhart, 2006.

* * *

Como foi possível observar, o Terremoto de Lisboa mexeu com os ânimos políticos, sociais e econômicos da segunda metade do século XVIII. Desta afirmação podemos concluir alguns aspectos. Lisboa há muito era vista como “cabeça” do reino português e era respeitada como tal por todas as coroas e domínios ultramarinos, ainda que alguns deles não concordassem com as práticas sociais por lá estabelecidas. Uma das maiores provas da importância da cidade foi a imensa quantidade de escritos, tratados, poemas, romances, etc., que procuravam explicar o terremoto ao mesmo tempo em que aproveitavam para enaltecer ou criticar os atos da Monarquia e do Secretário de Estado. Concomitantemente as críticas, os auxílios em forma de palavras e em espécimes foram grandiosos. Ainda que a Coroa não aceitasse alguns deles, por motivos diversos, mas principalmente políticos e econômicos, a solidariedade das Coroas e do Papado e o aproveitamento do acontecido para estabelecer relações com a Monarquia Lusa era um fato que não pode ser negligenciado pela historiografia.

Devemos perceber o quão importante e decisivo o terremoto foi na política do Império. É preciso ter em conta as mudanças nas práticas políticas que foram profundas e modificaram o pensamento e a conjuntura em Portugal e na América. Tal política pode ser demonstrada em várias instâncias da sociedade, e foi tão importante que levou o nome do seu principal idealizador, Pombal.

Por último, a América Portuguesa não pode jamais ser esquecida e nem analisada de forma separada do continente Europeu, de Portugal e dos Domínios Portugueses. Vimos que os portugueses estabelecidos na América demonstravam tanto pesar aos lisboetas e a Família Real quanto os estabelecidos em outras localidades, muitas vezes sentindo como se a América fosse uma continuidade física do território de Portugal. Este trabalho procura proporcionar uma pequena contribuição em uma área pouco explorada, a participação da América Portuguesa na reconstrução de Lisboa, e a insatisfação no pagamento de impostos, cada vez mais crescente, como parte da política pombalina, como veremos a seguir.

CAPÍTULO II

A BAHIA NO TEMPO DO
TERREMOTO: ECONOMIA,
SOCIEDADE E GOVERNAÇÃO

CAPÍTULO II

A BAHIA NO TEMPO DO TERREMOTO: ECONOMIA, SOCIEDADE E GOVERNAÇÃO

“Creio não ignoras, que das Capitánias em que estão divididos os Estados do Brasil, é reputada a da Bahia por uma das de mais atenção; não só pela sua antiguidade, e riqueza, como ter sido a sua capital por muitos anos a Côrte de todo o Brasil, mansão dos vice-reis, e Governadores Gerais de todo ele, e do seu prelado o Metropolitano, e Primaz do Brasil, e da maior parte das suas catedrais”¹¹⁶ [Luis dos Santos Vilhena]

Após estudarmos o contexto geral na Europa e na América, no tempo do Terremoto de Lisboa, é preciso situar a localidade onde a principal parte do trabalho se concentra, a capitania da Bahia, mais precisamente a cidade de Salvador. Sendo assim, começaremos o capítulo com um panorama geral da cidade, de sua sociedade e das

¹¹⁶ VILHENA, Luís dos Santos. “A Capitania da Bahia”, In: __ *A Bahia no Século XVIII*, Salvador, Editora Itapuã, 1968, p. 51.

principais instituições que lá se concentravam. Posteriormente faremos uma pequena discussão sobre os impostos no período proposto, bem como adentraremos especificamente no Donativo para reconstrução da cabeça do Reino.

Assim, é preciso demonstrar a maneira como o donativo fora estabelecido na Capitania da Bahia, as discussões na Câmara, e a forma final do estabelecimento. Por último, detalharemos o impacto do donativo na economia local bem como do terremoto de Lisboa e do novo imposto na vida dos comerciantes e da população da cidade capital da América Portuguesa.

* * *

1. A Bahia de Todos os Santos, a Câmara, a Sociedade e a Misericórdia:

A Capitania da Bahia foi uma das mais importantes de todo o período colonial. Como sede do Governo-Geral e posteriormente do Vice-Reinado do Brasil, possuía também outras capitanias, chamadas subalternas, sobre a sua jurisdição. No século XVIII as Capitanias de Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo e Sergipe d'El Rey tinham sua jurisdição sobre a alçada da Capitania da Bahia.

Sabe-se que poucas cidades e vilas foram estabelecidas no período moderno na América. Contudo com o advento do período do reinado de D. José I, houve uma considerável mudança neste paradigma. Inúmeras aldeias que antes eram habitadas majoritariamente por elementos indígenas, se elevam a categoria de vila e cidade, e conseqüentemente passam a ter uma Câmara. Na Bahia não fora diferente. Segundo Avanete Pereira¹¹⁷, surgiram cerca de dezenove vilas na capitania entre os anos de 1700 e 1799.

¹¹⁷ PEREIRA, Avanete. *Poder Político Local e Vida Cotidiana no Brasil Colonial: O Papel da Câmara Municipal na Organização Social da Cidade de Salvador no século XVIII e início do XIX*, Salvador, Dissertação de Mestrado apresentada a UFBA, 1996, (mimeo).

A cidade de Salvador, em 1755, era sede do governo Português na América e uma das mais importantes cidades do Império Português¹¹⁸. Também era um dos poucos lugares¹¹⁹ que havia um Tribunal da Relação, criado para se fazer presente a justiça régia sem que fosse preciso dirigir-se ao Reino em todas as questões, sobretudo as emergenciais, o que demandaria um tempo grandioso. A cidade possuía também um arcebispado, o único do período colonial. Como podemos observar, a cidade de Salvador era a sede do poder, da justiça e da Igreja, sendo assim, peça fundamental para a compreensão da sociedade luso-americana.

Ainda segundo Avanete¹²⁰, o centro político e administrativo se concentrava na Praça do Palácio e o centro religioso no Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco. Em termos numéricos, Vilhena nos apresenta cada tipo de construção que compunha aquela cidade. Existiam então no século XVIII, sete paróquias, três grandes praças, edifícios nobres, grandes conventos, etc. Existiam ainda seis bairros, o de São Bento, considerado por Vilhena o mais nobre, o bairro da Praia conhecido pela prática mercantil e presença dos comerciantes e os bairros da Palma, do Desterro, da Saúde e o de Santo Antonio.

Em relação aos edifícios públicos e privados mais suntuosos destacam-se a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, a Catedral, o Senado da Câmara, o quartel do 1º Regimento de Linha, a Casa da Alfândega, o Celeiro Público, dentre outros¹²¹.

A composição social de Salvador era bastante diversificada, o que contraria a visão de cidade estática que Sérgio Buarque¹²² apresenta. Contudo não podemos deixar de ressaltar que o número de cidades na América era pequeno, e que nem todas possuíam a importância que Salvador tinha enquanto sede da governação, e como importante porto comercial tanto para Portugal¹²³ como para os demais domínios ultramarinos¹²⁴.

¹¹⁸ Manteve esse status até 1763 quando a sede passa a ser a cidade do Rio de Janeiro. Salvador contudo não perde em importância econômica e política.

¹¹⁹ Somente o Rio de Janeiro possuía um outro Tribunal da Relação que era bastante novo naquele período (1752). O Tribunal da Relação da Bahia, segundo Graça Salgado teria sido constituído em 1609. para mais informações ver: SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

¹²⁰ PEREIRA, Avanete, 1996.

¹²¹ VILHENA, Luís dos Santos, 1968.

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹²³ Especialmente os portos de Lisboa e da cidade do Porto.

¹²⁴ Citamos aqui as regiões da Costa da Guiné, com importante tráfico de escravos, as índias orientais, e a região leste da África, com produtos diversificados. Através do porto de Lisboa, vinham também produtos

Ao contrário de outras cidades na América, a cidade de Salvador possuía uma população bastante ativa economicamente, politicamente e socialmente. Em 1759, havia cerca de quarenta mil habitantes encontrados nas mais diversas atribuições. Dentre os homens que tipicamente habitavam e freqüentavam as cidades estavam os artesãos, comerciantes, administradores lusitanos e vereadores luso-brasileiros, escravos, marinheiros, membros das tropas, clérigos e etc. Com o passar dos anos, a cidade de Salvador aumentou consideravelmente e, no momento do estabelecimento do subsídio, era a maior cidade em proporção e habitantes na América Portuguesa.

Com isso podemos afirmar que é consenso, entre os especialistas da sociedade baiana dos setecentos, mesmo os mais tradicionais, que a sua população era heterogênea e complexa. Apesar de eles distinguirem as pessoas em diferentes grupos, e com metodologias diversas, é possível reconstituirmos um panorama geral dos habitantes de Salvador.

Kátia Matoso¹²⁵, apesar de priorizar a sociedade baiana do século XIX, nos auxilia bastante no estudo da população baiana de fins do XVIII. A autora separa a população da cidade de Salvador em quatro grupos, levando em conta aspectos econômicos, sociais e do poder. Assim sendo, é possível observarmos a diversidade da população baiana.

O primeiro grupo era composto por altos funcionários da administração, bem como oficiais das patentes mais elevadas, os grandes comerciantes, o alto clero secular e os grandes proprietários de terra, tanto senhores de engenho como de fazendas de gado. Deste primeiro grupo, que seria considerado a elite baiana, devemos destacar alguns aspectos. O Primeiro deles, é que segundo a autora, eles faziam parte também de uma elite econômica, tendo ganhos anuais que ultrapassavam um conto de réis. Outro aspecto importante é que essas distinções não se excluem. Um senhor de terras podia ao mesmo tempo ser um oficial militar e/ou um grande comerciante, por exemplo. Ainda que as funções fossem separadas, esse grupo da elite possuía relações de parentesco e compadrio. Como aponta Rae Flory¹²⁶, os grandes comerciantes aos poucos se inserem nessa elite composta de homens considerados como os “melhores da terra”, casando

provenientes de outras localidades como madeiras da Holanda e Dinamarca, lã e trigos ingleses, etc. Para maiores informações, ver: MACEDO, Jorge Borges de. *A Situação Económica no tempo de Pombal*, 2ª Ed., Lisboa, Testemunhos Portugueses, Moraes, 1982.

¹²⁵ MATOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.

¹²⁶ FLORY, Rae. *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*, Austin, Tese de Doutorado apresentada a University of Texas at Austin, 1978.

com as filhas de grandes proprietários muitas vezes endividados, e se inserindo na lógica dominante. Muitos deles ainda procuram comprar terras, e alguns deixam a praça mercantil para viver em sua propriedade e das rendas da lavoura canavieira. Contudo ao deixar as práticas comerciais, esses homens procuram por um funcionário de sua confiança para controlar os negócios, aumentando o círculo de influências e sua capacidade de estabelecer as mais diversas relações sociais, políticas e econômicas.

Um segundo grupo apontado por Kátia Matoso¹²⁷ era formado pelos que compunham o quadro médio de funcionários régios, os donos das propriedades médias, os demais membros do clero, os comerciantes de lojas, os profissionais liberais, como os advogados, as pessoas que viviam de renda e os mestres-artesãos dos ofícios mais importantes. Tal grupo receberia entre 500\$000 mil réis e um conto de réis ao ano. Os membros deste grupo eram também considerados Povo da cidade e podiam se candidatar a um cargo na vereança, bem como votar nas decisões mais importantes do Senado da Câmara. Possuíam relativa influência sobre a população e eram os mais enraizados.

O terceiro grupo era de pessoas que viviam de certa forma com alguma renda. Em sua maioria eram trabalhadores da cidade, nos diversos cargos que a sociedade possuía, como barbeiros, pilotos de navios, músicos, vendedores, etc. Tal grupo teria rendimento de até 500\$000 réis e compunha uma parte considerável da população.

Por último, o quarto grupo era o mais marginal daquela sociedade composta por escravos urbanos, mendigos e vagabundos. Homens que não possuíam qualquer rendimento e viviam à custa de trabalhos temporários.

Já Russel-Wood separa diferentemente a população da Bahia. Em número de cinco, os habitantes foram agrupados segundo uma lógica piramidal demarcada pelas características de Antigo Regime, porém levando em conta uma das características mais importantes da sociedade americana, o escravismo. Assim sendo, o autor diz não levar em conta as relações de mesclas étnicas e sociais. No topo dessa hierarquia se encontrava um pequeno grupo composto pela aristocracia rural, sendo muitos deles descendentes dos primeiros conquistadores. O segundo grupo era formado pelos altos funcionários da Coroa, bem como pelos membros do alto clero e o que o mesmo chama

¹²⁷ Idem, 1992.

de “principais cidadãos da Bahia¹²⁸”. Posteriormente viriam os artesãos mais importantes e os membros das corporações de ofício. Abaixo, os homens brancos pobres e os mestiços e na base da pirâmide uma enormidade de escravos que compunham a maioria da população e estavam mais a margem daquela sociedade.

Outros historiadores da sociedade baiana¹²⁹ procuraram separar essa população em grupos sociais ou classes, conforme a referência teórica e metodológica de cada um. Contudo para fins didáticos, este trabalho compartilhará com Kátia Matoso a separação da sociedade baiana.

Foi possível, entretanto, verificar que não há um consenso e uma única forma de agrupar os habitantes da Bahia e principalmente da cidade de Salvador. Todavia esse fato só nos faz crer que aquela sociedade era bastante complexa, sendo difícil criar tipos ideais. Stuart Schwartz¹³⁰ demonstra que a sociedade baiana tinha uma concepção mais fluida do que aquela estabelecida, convivendo os mais diversos grupos em relativa harmonia. Tal harmonia, contudo poderia ser quebrada a qualquer momento, quando os interesses de uma parte da população estavam em jogo. Assim sendo, um dos locais mais propícios para as discussões políticas do período moderno é a Câmara.

Estudos como os de Maria Fernanda Bicalho¹³¹ e Evaldo Cabral de Mello¹³² trazem importante contribuição para a análise da composição da elite, de suas possíveis disputas, e do papel marcante das Câmaras. Seria injusto, no entanto, relegar que a importância dessa instituição teria sido analisada somente por esses estudos mais recentes. Caio Prado Jr.¹³³ já analisava a sua composição e destacou seu papel de representante do “povo” (aqui entendido como a elite), e organismo responsável pela ligação da população com os demais estratos da administração. Igualmente, Raymundo Faoro¹³⁴ destaca o papel das Câmaras, contudo este autor as analisa em um contexto de centralização do poder, vendo-as não de forma autônoma, mas sim como um elo e como representante da malha administrativa na colônia.

¹²⁸ RUSSEL_WOOD, *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 383. É importante destacar que o autor não faz menção ao que seria este conceito.

¹²⁹ Como exemplos podemos citar István Jancsó, Afonso Rui, Thales de Azevedo, etc.

¹³⁰ SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹³¹ BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

¹³² MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

¹³³ PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

¹³⁴ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, Porto Alegre, Globo, 1975.

Segundo Charles Boxer¹³⁵, a Câmara, juntamente com a Misericórdia, podia ser considerada um dos alicerces da sociedade colonial, bem como estas instituições que, segundo o autor, permitiram que os diferentes espaços ultramarinos se mantivessem unidos. O estudo desta Instituição Governativa mostra-se de suma importância neste estudo, já que a maioria da documentação analisada provém da Câmara de Salvador, e o donativo voluntário é estabelecido pela mesma.

A Câmara de Salvador fora fundada em 1549¹³⁶, a primeira a ser estabelecida em solo Americano. Pela sua antiguidade e pelo seu caráter central na administração local, essa instituição fora de suma importância para a população da cidade de Salvador e era uma das poucas que tinha o status de Senado, ainda que algumas se intitulassem como tal durante o período moderno. Durante quase todo o século XVII houve uma grande concentração no poder que as Câmaras por toda a América possuíam. Contudo, em 1696, e especialmente com o estabelecimento do cargo de juiz de fora, substituindo o de juiz do povo, as Câmaras aos poucos vão perdendo a sua força política, em uma tentativa crescente de centralização do aparato governativo. Entretanto o que verificamos na prática é que, muitas vezes, esses juizes se enraizavam com a elite local e acabavam praticando a mesma política que as relações sociais e as redes clientelares praticavam.

A Câmara de Salvador possuía uma das maiores arrecadações dentre todas da América, mas seus gastos também eram grandiosos. Como salientamos, a jurisdição das Câmaras apontava que elas deveriam socorrer a cidade e todo o território de sua circunscrição com relação às obras públicas, pagamento dos funcionários necessários ao funcionamento da administração e à defesa, às festas que eram em grande número, especialmente as religiosas, dentre outras coisas. Era responsável também pela sua própria manutenção, pela manutenção da cadeia, da cidade limpa, do preço da carne e outros artigos de consumo, etc. Além disso, a Câmara de Salvador chega a socorrer outras Câmaras do Império Português que tiveram problemas no período, especialmente com relação à defesa do território¹³⁷.

¹³⁵ BOXER, C. R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa, Edições 70, 1981.

¹³⁶ SOUSA, Afonso Rui. *História Política e Administrativa da Cidade de Salvador*, Salvador, Tip. Beneditina, 1949. O Autor apresenta um importante aparato de informações essenciais para o estudo da Câmara de Salvador, bem como daquela sociedade.

¹³⁷ Amaral Lapa nos mostra os enormes gastos que a Câmara de Salvador tinha, especialmente com a Carreira da Índia em: LAPA, Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1968.

Como sendo responsável pelas mais diversas práticas na urbis, a Câmara necessitava de fontes de arrecadação para poder realizar as modificações, melhorias e implementar as necessárias obras, as quais era responsável. Assim, além dos impostos comumente cobrados a população, a Câmara pedia socorro orçamentário através de subsídios voluntários em prol do bem comum dos habitantes da cidade e do Bom Governo. Além das obras, e melhorias da cidade, outra urgência orçamentária era a despesa com a defesa, tanto interna quanto externa, pois Salvador, sendo considerada pela Coroa uma das cidades mais importantes na América, era bastante visada por outras coroas e “repúblicas”. Segundo Luciano Figueiredo¹³⁸, a possibilidade das Câmaras criarem impostos foi um importante precedente na política fiscal do período, já que o estabelecimento de novos impostos era uma premissa régia. Ainda que, aos poucos, a gestão dos impostos ficasse a cargo da Fazenda Real, a Câmara continuou tendo muita importância no âmbito fiscal, o que é demonstrado através do pedido para o estabelecimento do subsídio, onde o Rei permite que a Câmara estabeleça a melhor forma de arrecadação. Afinal, nenhuma instituição superior conheceria tão bem a situação dos habitantes de dada cidade.

A importância da Câmara também pode ser destacada no seu caráter simbólico. Enquanto símbolo do poder local, a Câmara era comumente atacada pelos rebeldes em seus rituais de protestos contra o governo local. Dessa forma, na grande maioria das vezes o Rei era poupado e a disputa se concentrava em âmbito local.

Ao mesmo tempo, a Câmara de Salvador se via como uma das principais do Reino. Por diversas vezes remontava ao seu caráter exploratório, e aos seus atos como sendo sempre fiel a Sua Majestade para tentar adquirir os privilégios que outras Câmaras da Coroa portuguesa possuíam. De fato a Câmara de Salvador consegue os mesmos privilégios da Câmara do Porto, tais como imunidade quanto a tortura judicial, menos em alta traição ou equivalentes, seus funcionários eram tidos por nobres, assim como seus filhos, isenção do serviço militar (menos em épocas de grande perigo, ou por ordem da Coroa) para eles e seus filhos; não podiam ter seus bens confiscados para uso de funcionários nos negócios do governo, etc.¹³⁹

¹³⁸FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, Tese de Doutorado apresentada a USP, São Paulo, 1996, (mimeo).

¹³⁹ É preciso destacar que outras Câmaras da América Portuguesa conseguiram este mesmo privilégio como a de São Luís no Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo.

Inúmeros funcionários trabalhavam na Câmara, como o porteiro, o escrivão, almotacés, tesoureiros, etc. Contudo os mais importantes são de número reduzido: um juiz de fora, três vereadores e um procurador. O Juiz de fora era um bacharel em direito, normalmente formado em Coimbra que servia temporariamente na Câmara e que não pertencia à região a qual iria trabalhar. Esse letrado possuía um grande prestígio entre os locais e devia trabalhar por um período de três anos. Na prática e na maioria das vezes esse funcionário régio ficava mais que o esperado se inserindo cada vez mais na sociedade local. Outro fator importante a ser destacado, é que fazia parte da carreira de um bacharel em direito ocupar cargos como o de juiz de fora e de ouvidor, para no futuro angariar postos nos tribunais régios como a Relação e o Desembargo do Paço.

Já os vereadores e o procurador eram membros da elite local, composta pelos Homens Bons da cidade, ou seja, os que podiam ser eleitos para o cargo. A eleição dos vereadores na segunda metade do século XVIII se dava de forma distinta de períodos anteriores. Anteriormente, acontecia o chamado “pelouro”, que consistia em uma bola de cera na qual continha uma lista de homens que poderiam ocupar os cargos, escolhidos pelos e dentre os homens bons da cidade. Assim, uma criança de sete anos era designada para sortear a bola de cera com a lista vencedora. Todavia no período proposto para o estudo, e com a prática de centralização do poder, as listas passaram a ser enviadas aos Desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia, que escolhiam os camarários. Posteriormente era enviada uma lista tríplice ao Vice-Rei que então escolhia os nomes. É importante salientar que os vereadores não recebiam salários, mas somente algumas fintas pelos trabalhos realizados como funcionários régios. Podemos afirmar que o prestígio social e os privilégios que a situação da vereança trazia para o indivíduo que a ocupava eram mais importantes que os rendimentos que o mesmo recebia. Ainda assim, não é possível desprezarmos tal finta a ser recebida.

Em uma população de estimativa de quarenta mil habitantes, poucos eram aqueles que podiam ser considerados homens bons da cidade. Quando a Câmara chama ao som de sinos os principais da terra, para que se votassem os árbitros do povo que decidiriam sobre o donativo, somente noventa pessoas aparecem. Obviamente o número de homens bom devia ultrapassar essa estimativa, todavia parece não ter ultrapassado o número de quatrocentos, ou seja, cerca de menos de 1% da população local¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Tal estimativa pode ser verificada na Tese de Avanete que faz um estudo detalhado sobre os membros da Câmara de Salvador na segunda metade do século XVIII. A autora disponibiliza ainda o nome dos

Assim sendo, segundo Avanete Pereira¹⁴¹, a maioria dos cargos de vereadores e procuradores era composto por senhores de engenho do Recôncavo e de fazendeiros de gado. A autora chama atenção ainda, para um grupo que se insere na ordem da elite: os Comerciantes de Grosso Trato. Constituído por grandes negociantes, que viviam de seus cabedais, segundo Vilhena¹⁴² eram os únicos que possuíam alguma honra. Dos nomes dos comerciantes de grosso trato que ocuparam a Câmara, a maioria era português, especialmente das regiões do Porto, Braga, Nogueirinha e Vianna.

Esses homens não eram, contudo, somente senhores de terras ou grandes comerciantes da praça baiana. Muitos deles tinham hábitos das Ordens de Cristo, Santiago e de Avis. Outros mantinham também o título de familiar do Santo Ofício e alguns ainda possuíam um dos títulos mais importantes no período, o de Fidalgo da Casa de Sua Majestade. Muitos deles eram membros das Irmandades Religiosas, e alguns ainda compunham o quadro de oficiais militares. É possível assim verificar que havia muitas pré-condições para ser funcionário da Câmara de Salvador.

Outra conclusão é a de que muitos desses homens ocuparam o cargo de vereador e de procurador mais de uma vez. Rocha Pitta, por exemplo, ocupa o cargo da vereança duas vezes consecutivas, contrariando a legislação das Ordenações Filipinas que proibia tal ato. Dessa afirmativa podem-se tirar duas conclusões. A primeira é que o personagem possuía grande importância e prestígio social, pois fora eleito tanto pelos homens bons da cidade como escolhido pelos Desembargadores do Tribunal da Relação. A outra conclusão é que, como não havia muitos homens bons a serem eleitos, e muitos deles, conforme o século XIX se aproxima, estão mais preocupados com seus rendimentos e com as suas fazendas, muitos dos elegíveis aos cargos da Câmara são escolhidos diversas vezes para os cargos.

Quando se identifica a importância e a qualidade dos homens que compunham o quadro de funcionários da Câmara de Salvador, é preciso ter em conta que as conclusões não podem ser verificadas em todas as partes da América. Como foi dito anteriormente, com a propagação de cidades e vilas no período Pombalino e mesmo posteriormente, houve um aumento do número de Câmaras, pois cada cidade ou vila deveria possuir a sua instituição administrativa. Ora, com tantas Câmaras sendo criadas, não havia homens com o prestígio social dos que compunham a sociedade baiana em

vereadores, e procuradores do povo, identificando quem eram esses homens bons da Bahia. Tal estudo foi de suma importância para o presente trabalho.

¹⁴¹PEREIRA, Avanete, 1996.

¹⁴²VILHENA, Luís dos Santos, 1968.

todas as partes do Brasil. Assim sendo, quanto mais nova a cidade ou vila e mais fronteira a região, menos homens da Nobreza compunham os cargos da vereança, ainda que a distribuição de hábitos tenha aumentado consideravelmente no período¹⁴³.

Pode-se concluir que o Senado da Câmara de Salvador era composto por homens de suma importância política e social da América Portuguesa. Mesmo com a mudança da sede da Governação para a cidade do Rio de Janeiro, e ainda que Salvador tenha perdido um pouco de sua luz, a cidade ainda era a mais importante politicamente e economicamente da região Nordeste da América.

No estabelecimento do donativo, como veremos ainda neste capítulo, a Câmara de Salvador pode ser considerada uma das mais organizadas, com uma preocupação burocrática de explicitar a forma pela qual o subsídio fora estabelecido.

2. Os Impostos d'El Rei e o Donativo Voluntário:

Dentre a enormidade de cargos e aparato administrativo compreendidos entre a Igreja, a Defesa, a Fazenda e o aparelho governativo, destacamos para este trabalho a questão Fiscal, diretamente ligada à justiça, e a questão governativa, especialmente as Câmaras. Estas duas premissas são as principais agentes deste estudo.

A Fazenda era encarregada dos tributos, subsídios e doações arrecadados pela Coroa e que serviam tanto para a manutenção da mesma e da corte, como para pagamento dos ofícios que nos são caros nesse estudo. Hespanha¹⁴⁴, quando trabalha com a questão tributária chama atenção que o estabelecimento de novos impostos e subsídios deveria seguir uma ética aliada à política do Império. Os impostos comumente

¹⁴³ OLIVAL, Fernanda. *Honra, Mercê e Venalidade: As Ordens Militares e o Estado Moderno*, Lisboa, Estar, 2001.

¹⁴⁴ HESPANHA, Antonio Manoel. *História de Portugal – Antigo Regime*, vol. 4, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

possuíam um caráter odioso, pois o retorno em benefícios muitas vezes não acontecia, sendo os impostos temporários, na grande maioria das vezes, prorrogados. Com o passar da modernidade, eles incidiam cada vez com mais força sobre a população, e no período Pombalino vai servir de alicerce para as modificações na estrutura da administração em busca de uma maior racionalização da mesma.

Em resposta a isso ocorreram inúmeras revoltas contra a fiscalidade (Como exemplo podemos citar o trabalho de Luciano Figueiredo – Tese de Doutorado sobre Revoltas na América Portuguesa¹⁴⁵) somada às tentativas por parte dos membros da elite local em conseguir privilégios que garantiam a isenção do pagamento de certos tributos.

Segundo o livro organizado por Graça Salgado¹⁴⁶ a administração fazendária só vai se estabelecer de fato quando se organiza na América o primeiro Governo-Geral em 1548. A administração fiscal percorreu constantes mudanças e se complexificou durante todo o período colonial já que no século XVIII, a principal receita do Império vinha da América.

Dentre os principais cargos e Instituições fazendárias destacamos o papel do Provedor-Mor (instância superiora) e dos provedores que atuavam em cada capitania. Abaixo, e subordinados a eles estavam os almoxarifes, os contratadores, escrivães, juízes dos feitos da fazenda, procurador da coroa, porteiro e guarda da alfândega, etc. Aos poucos, outras instituições são fundadas como a de administrador das minas, cujo principal funcionário era o provedor das Minas, mais tarde chamado superintendente e o Conselho da Fazenda, composto pelo governador-geral, provedor-mor, o juiz dos feitos da fazenda, o procurador da fazenda e dois desembargadores do Tribunal da Relação da Bahia. Com a descoberta do ouro, a preocupação com a fazenda aumentou consideravelmente, pois os descaminhos eram grandiosos.

Os governadores e, mais tarde, os vice-reis possuíam também autoridade fiscal através das Juntas de Fazenda que tinham jurisdição direta ao Erário Régio, Instituição máxima da Fazenda Portuguesa, criado no período Pombalino. Outras instituições surgiam conforme as necessidades como as Intendências do ouro e dos diamantes. Esse aparato administrativo culmina com a abolição dos cargos dos provedores e com a criação da Intendência da Marinha e Armazéns Reais.

¹⁴⁵ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida, 1996.

¹⁴⁶ SALGADO, Graça, 1996.

Contudo a questão fiscal não pode ficar delimitada ao aparato governativo e institucional. Os impostos sempre foram um problema, especialmente com o fortalecimento das monarquias na Modernidade¹⁴⁷. Como destacamos, muitas revoltas e protestos foram realizados onde um dos motivos quer fosse o principal quer não, era a questão fiscal. A preponderância do direito costumeiro em detrimento das ordenações e das leis escritas fazia com que os protestos fossem legítimos¹⁴⁸. Ao mesmo tempo o período barroco mudou a forma como o rebelde era visto, positivando sua ação¹⁴⁹.

O estabelecimento de novos impostos era uma questão também de justiça. Segundo Alain Guery¹⁵⁰, o imposto era visto como degeneração do dom. O bom soberano deveria praticar a doação de riquezas aos seus vassallos e não exigir tributos injustos. Já para Magalhães Godinho¹⁵¹, todos os atos eram justificáveis em nome do Rei. Entretanto o Estado moderno, para o historiador, teria como premissa a organização para pagar as despesas fiscais. Inicia-se a separação entre os gastos do Governo, do Estado e do Monarca, antes vistos como um bloco homogêneo.

A Justiça, exercício fundamental das monarquias européias na modernidade, é entendida como premissa régia. Ao Rei, segundo Norbert Elias¹⁵², cabe a responsabilidade do arbítrio da Justiça, e é o que os vassallos e súditos esperam do monarca que lhes é fiel e que conserva o Bom Governo. Os membros da burocracia régia, representantes de Sua Majestade, devem seguir o exemplo de temperança do Rei. Norbert Elias aponta ainda, a fiscalização dos diversos âmbitos sociais, o que o autor chama pelo conceito de interdependência. Os homens das elites eram comumente observados por eles mesmos, criando uma rede de intrigas, onde podemos observar que o público e o particular eram indissociáveis no período. Da mesma forma que acontecia na sociedade de corte em Lisboa, na América Portuguesa essas relações se davam com importância considerável, demonstrada principalmente nas cidades e vilas e através da administração, títulos, benefícios, cargos e privilégios.

¹⁴⁷ BOURDIEU, “Esprits d’Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique”, In: __ *Actes de la recherche en sciences sociales*, 96-97, mars 1993, pp. 49-62.

¹⁴⁸ SCHAUB, Jean-Frédéric. “Conclusion Générale”, In: __ *Le Portugal au temps du Comte-Duc D’Olivares (1621-1640): Le conflit de Juridictions comme exercice de la politique*, Madrid, Casa de Valázques, 2001, p. 385-406.

¹⁴⁹ VILLARI, Rosario. “Capítulo V. O Rebelde”, In: __ *O Homem Barroco*, Lisboa, Editora Presença, 1994, p. 95-114.

¹⁵⁰ GUÉRY, Alain. “Le roi dépensier. Le don, la contrainte et l’origine du système financier de la Monarchie française d’Ancien Regime”, In: __ *La Revue de M.A.U. S. S.*, 1983.

¹⁵¹ GODINHO, Magalhães. “Finanças Públicas e Estrutura do Estado”, In: __: *Ensaio II. Sobre História de Portugal*. 2ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 1978.

¹⁵² ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Segundo Hespanha¹⁵³, a justiça era a premissa fundamental para se estabelecer um tributo na modernidade. Algumas questões são centrais com relação a essa problemática. A primeira delas era a de como aumentar a riqueza do reino de modo que aumentasse, mas não injustamente, a carga fiscal. A segunda questão era que o tributo deveria ser cobrado pelos meios mais justos e menos opressivos possíveis. Hespanha fala sobre uma ética fiscal que estaria aliada a uma ética política.

Devido a essa ética da fazenda portuguesa moderna, o cálculo das finanças do Estado deveria passar por constrangimentos morais e religiosos, intelectuais e políticos. O tributo, para ser aceito, devia ser considerado legítimo e lícito dentro de um conjunto jurídico concreto cujo cargo chefe seria as ordenações. Com relação a essa afirmação é preciso relativizar a questão do direito escrito, pois o direito costumeiro prevalecia para essa população que estava mais afastada da margem do escrito. Ainda assim, os impostos tinham um caráter odioso e a coroa encontrava limitações doutrinárias para aumentar sua receita.

Dentre as disposições tomadas posteriormente ao Terremoto de 1755 se encontra a lei que cria os cargos de Tesoureiro-mor do reino e de Inspetor-geral do Tesouro além de instaurar técnicas contábeis como a escrituração por partidas dobradas. Antes dessa renovação na fazenda portuguesa, os gastos do Reino não eram previstos e comumente se gastava mais do que se arrecadava ocasionando endividamento. A mudança não ocasionou finalização da dívida portuguesa, especialmente com a Inglaterra, mas possibilitou um maior controle sobre os gastos. A dívida com este país também aumentou com o terremoto, pois a Inglaterra fora a principal financiadora dos materiais de construção para a reedificação de Lisboa segundo Boxer¹⁵⁴.

Existem vários tipos de tributos, entretanto no caso específico, tratar-se-á somente do tipo “subsídio”. Os pedidos de subsídios se tornam mais frequentes a partir de 1620-1630 e são normalmente dirigidos aos eclesiásticos ou a grupos possidentes como os mercadores. Foi o que aconteceu no caso específico estudado, já que o subsídio incidiu sobre os comerciantes de grosso trato, e sobre os eclesiásticos que tinham isenção do imposto do gado, mas que precisaram pagar o tributo para a reconstrução de Lisboa incidido sobre essa mercadoria. Tal subsídio era estabelecido como uma ajuda

¹⁵³ HESPANHA, António Manuel. (coord). *História de Portugal – Antigo Regime*, vol. 4, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

¹⁵⁴ BOXER, Charles, 2000.

ao Rei e ao Reino em casamentos de príncipes, ajuda de dotes, urgências orçamentárias, etc..

O caso apresentado era de extrema gravidade, pois a “mui leal cidade de Lisboa”, sede do Império Português e cabeça do corpo havia sido destruída. Simbolicamente a destruição através do terremoto abalou as estruturas mentais dos súditos e dos principais pensadores da época, como já mencionado no primeiro capítulo.

Apesar de ser um subsídio, imposto estabelecido pelos mesmos que irão sofrer a taxação, as contestações não cessam. Como bem lembra Antonio de Oliveira¹⁵⁵, o fisco era o principal motivo das revoltas e contestações. A elite baiana do século XVIII, que via seus privilégios diminuírem a cada dia, tenta garantir os poucos direitos que lhe sobraram na prática. A reivindicação era legitimada quando se descumprisse o pacto social demarcado entre o monarca e o povo¹⁵⁶, símbolos da injustiça e do mau governo.

* * *

Por toda a América Portuguesa circulava a carta do Rei D. José I relatando brevemente a lástima que se sucedeu em Lisboa e contendo o pedido para que cada Câmara do Império estabelecesse um subsídio que auxiliasse na reconstrução da sede do Império Português, casa do tão estimado Rei e de seus mais próximos e melhores.

Não havia sido definido, em teoria, que Lisboa deveria ser reconstruída. As discussões acerca da possível reconstrução ou não da cidade real se encontravam no auge de suas produções. Alguns diziam que a cidade não deveria ser reconstruída, pelo perigo de ser destruída novamente por outro terremoto. Outros criticavam o rei D. José I por não ter prontamente decidido que a capital seria restabelecida.

¹⁵⁵ OLIVEIRA, Antonio. *Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1640*. Portalegre, 1989.

¹⁵⁶ Povo aqui é entendido como aqueles que possuem direitos. Excluem-se os escravos, pardos, cristãos-novos, índios, etc. Mais tardiamente Pombal diminui essas diferenciações dos indivíduos como, por exemplo, iguala a jurisdição dos índios com a dos cristãos velhos.

Por Alvará de 1758, D. José I regulamenta a reconstrução de Lisboa e se iniciam as obras definitivas¹⁵⁷. Entretanto, muito antes do Alvará ser de fato homologado, Pombal já tomava a iniciativa da reconstrução. O Rei pede auxílio a seu Império com a pretensão de construir novamente a cidade devastada. Na América, a carta chega para o Vice-Rei Conde dos Arcos, que se encontrava na sede do Império Português, a cidade de Salvador. Devido a isto, esta localidade fora a primeira a receber a notícia do terremoto, bem como a se organizar para estabelecer o subsídio voluntário.

(...) Me pareceo participar vos logo este infausto successo por confiar na lealdade e honradez propensões dos meus Fieis Vassallos dessa Cidade e da sua Comarca que não so tomarão huma grande provizão então justificado sentimentos e nos louvores que se devem dar à Divina Mizericordia por haver suspendido o castigo (...)e pellos interesses que se lhes seguirão de ser promptamente reedificada a capital destes Reynos, e seus domínios, me hão de servir nesta urgente occasião com tudo o que lhes for possível: E nesta confiança, mando avisar ao Conde dos Arcos (...), que deixe ao arbítrio do vosso amor, e zelo ao meu Real Serviço, e do Bem Commum, a eleição dos meyoos que acham que podem ser mais próprios para se conseguir hum tão importante e glorioso fim (...)¹⁵⁸.

Como podemos observar na carta enviada ao Vice-rei do Brasil Conde dos Arcos pelo Rei D. José I, a reedificação de Lisboa era uma certeza, ao contrário do que alguns historiadores apontam¹⁵⁹. O Rei D. José I faz um pedido e um apelo ao Vice-Rei. Observamos que não é estabelecido nem o que seria taxado, nem a porcentagem do tributo. O Rei permite ao Conde que ele estabeleça o valor que melhor condissesse com “*vosso amor, e zelo ao meu Real Serviço, e do Bem Commum*”. Na maioria das vezes, o fato do vassalo poder estabelecer o subsídio é ainda pior do que se o mesmo fosse arbitrário, sem discussão prévia. Quando tratamos da lealdade dos Vassallos ao Rei e do amor que os mesmo sentem pelo monarca, obviamente grandes somas seriam estabelecidas, pois quanto maior a verba enviada, maior seria simbolicamente a dedicação que esses homens prestavam ao Rei.

Logo, o Vice-Rei Conde dos Arcos escreve cartas para as sedes das capitánias no Brasil, juntamente com uma cópia da carta régia para que cada Câmara estabelecesse a melhor forma de ajudar o Rei e a cidade de Lisboa. Assim que as principais Câmaras receberam a notícia e o pedido de ajuda, se organizaram juntamente com os principais de cada cidade e vila e estabeleceram o novo subsidio que incidiria sobre uma

¹⁵⁷ Até então as obras que haviam sido feitas eram de cunho temporário e emergencial para abrigo da população. O rei D. José I e sua família, e os nobres que tiveram seus castelos destruídos e o alto clero português viveriam em Belém (cidade próxima a Lisboa) por um longo período em tendas luxuosas.

¹⁵⁸ AHU_ACL_CU_005 - Bahia, Cx. 126, Doc. 9865.

¹⁵⁹ Por exemplo, Rui Tavares.

população que já pagava inúmeros impostos para a Coroa. Abaixo, foi organizada uma tabela com características do auxílio de cada capitania com relação à duração do subsídio, a taxação, se houve ou não prorrogação, como fora estabelecido, se houve pedido de suspensão, se houve protesto contra o subsídio, se houve atraso no pagamento, se houve aumento do valor estabelecido previamente ou se houve remessa emergencial. A tabela fora constituída com os dados coletados na documentação encontrada no Arquivo Histórico Ultramarino disponibilizada em CD-Rom nas principais bibliotecas e arquivos públicos do Brasil.

Tabela sobre o Subsídio do terremoto na América:

Capitania	Duração	Taxação	Prorrogação	Estabelecimento	Pedido de Suspensão	Protesto ou pedido de cessar o donativo	Atraso no pagamento	Aumento do subsídio ou envio de remessa emergencial
Minas Gerais ¹⁶⁰	De 1756 à 1832. A primeira por 10 anos.	Escravo novo – 4\$800; Besta nuar nova – 2\$400; cavalo ou égua nova – 1\$200; cabeça de gado vacum – 450; barril de vinho ou aguardente do reino ou cada frasqueira dos gêneros – 300 réis e venda de aguardente fabricada no	Sim, por 3 vezes.	Cada Câmara tinha autonomia para decidir a melhor forma de arrecadação, nas diferentes vilas de Vila Rica, Mariana, Vila Nova da Rainha, Sabará, Pitangui, São José d’ El Rei, Vila do Príncipe e Bom sucesso de Minas Novas. ¹⁶¹	Sim, sempre que expirava o prazo.	Sem informação.	Sim ¹⁶²	Sim ¹⁶³

¹⁶⁰ Parte das informações podem ser encontradas em: BESSA, Antônio Luiz de. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*, vol. 1, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.

¹⁶¹ AHU_Cons. Ultram. Brasil/MG – Cx. 70, Doc. 15; AHU_Cons. Ultram. Brasil/MG – Cx. 70, Doc. 18; Cx. 70, Doc. 37; Cx. 72, Doc. 70 e Cx. 96, Doc. 51.

¹⁶² AHU_Cons. Ultram. Brasil/MG – Cx. 94, Doc. 32.

¹⁶³ AHU_Cons. Ultram. Brasil/MG – Cx. 70, Doc. 10.

		Brasil – 1\$200 por mês.						
Bahia ¹⁶⁴	De 1756 à 1806(?) ¹⁶⁵ A primeira por 30 anos.	Arroba de carne de vaca – 160 réis; água ardente da terra em cada canadá – 160 réis; azeite de peixe – 80 réis; azeite doce que vem do reino a barril – 6 tostões, pipas – 3 mil réis; escravos da Costa da Mina, Cacheu, Ilhas de São Tomé e do Príncipe – 3 mil réis. ¹⁶⁶ - A princípio o valor era de 3 milhões nos 30 anos, sendo 100 mil por ano. ¹⁶⁷	Sim duas vezes por 10 anos cada ¹⁶⁸	Dividido pelas Câmaras conforme sua riqueza, sendo a de salvador a mais rica e a que mais contribuiria. Salvador: 29.166\$660, Sergipe d’El Rey e demais vilas: 325 contos – 10.833\$333.	Sim, pedido feita pela Câmara da Villa de Cachoeira em 07/06/1780 por já ter pago o valor destinado a ela de 46.500\$000 ¹⁶⁹ . Pedido feito em 1806.	- Sim, primeiro pronunciamento contrário em 07/09/1761, pela Vila de Itabaiana de Sergipe d’El Rey ¹⁷⁰ . - Segundo, Protesto com recolhimento de assinaturas contrárias ao estabelecimento do subsídio ¹⁷¹	Não	Sim, ainda na primeira vez que foi estabelecido ¹⁷²
São Paulo	10 anos iniciais, mais prorrogação de 10 anos ¹⁷³	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Queixa quanto ao imposto e pedido de suspensão ¹⁷⁴ . Desvio do subsídio para o pagamento de soldos ¹⁷⁵	Atraso no envio do subsídio emergencial, carta explicativa ¹⁷⁶	Sem informação

¹⁶⁴ AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 60, Doc. 11500. e Cx. 12, Doc. 2079 e 2084.

¹⁶⁵ Até onde se tem informação pelo documento AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 144, Doc. 28851

¹⁶⁶ AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 60, Doc. 11500. e Cx. 12, Doc. 2079 e 2084.

¹⁶⁷ AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 60, Doc. 11500. e Cx. 12, Doc. 2079 e 2084.

¹⁶⁸ AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 84, Doc. 16509 e Doc. 16716.

¹⁶⁹ AHU_ACL_CU_Bahia, Cx. 84, Doc. 10622.

¹⁷⁰ AHU_ACL_CU_Bahia,, Cx. 07, Doc. 62.

¹⁷¹ AHU_ACL_CU_Bahia, Cd. 02, nº 3035, contendo 4 documentos.

¹⁷² AHU_ACL_CU_Bahia, cx. 16, Doc. 2850 a 2852.

¹⁷³ AHU_ACL_CU_023-01, São Paulo - Cx. 25, Doc. 2398.

¹⁷⁴ AHU_ACL_CU_023-01, São Paulo - Cx. 25, Doc. 2368.

¹⁷⁵ AHU_ACL_CU_023-01, São Paulo - Cx. 24, Doc. 2352.

¹⁷⁶ AHU_ACL_CU_023-01, São Paulo - Cx. 21, Doc. 2099.

Rio de Janeiro	Por pelo menos 10 anos ¹⁷⁷	Envio de 70.133\$835 réis pela nau Nossa Senhora de Brotas sendo 25.555\$754 de ouro em pó, 597\$080 réis de ouro em barra, de Minas Gerais e 43.981\$000 réis da alfândega. ¹⁷⁸	Sem informação.	Sem informação	Sem informação.	Sem informação.	Sem informação	Sem informação.
Goiás e Mato Grosso	Primeiramente por 10 anos com prorrogação de mais 10. ¹⁷⁹	Sem informação	Sim, prorrogação por 10 anos ¹⁸⁰	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Pernambuco	A documentação se encontra ilegível nessa parte. ¹⁸¹	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Envio de remessa emergencial retirada de gêneros secos e molhados. ¹⁸²
Paraíba	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Sem informação	Envio imediato de 100 mil réis ¹⁸³

Como podemos observar na tabela, as somas mandadas para Portugal foram grandiosas. Não podemos, no entanto, descartar o desvio da arrecadação do subsídio para outros fins que não o da reedificação de Lisboa, como no caso de São Paulo que o utiliza para o pagamento do soldo das ordens militares. Tal pagamento era a cargo das Câmaras que, por muitas vezes, se assoberbavam de responsabilidades fiscais. Outras Câmaras também desviavam para aquele ou para outro fim. Amaral Lapa nos demonstra

¹⁷⁷ AHU_ACL_CU_010, Rio de Janeiro - Cx. 9, Doc. 544

¹⁷⁸ AHU_ACL_CU_010, Rio de Janeiro, Cx. 79, Doc. 31 e Cx. 70, doc. 66.

¹⁷⁹ AHU_ACL_CU_010, Goiás e Mato Grosso, Cx. 10, Doc. 572.

¹⁸⁰ AHU_ACL_CU_010, Goiás e Mato Grosso, Cx. 13, D. 774.

¹⁸¹ AHU_ACL_CU_015, Pernambuco - Cx. 81, Doc. 6701.

¹⁸² AHU_ACL_CU_015, Pernambuco - Cx. 81, Doc. 6706.

¹⁸³ AHU_ACL_CU_014, Paraíba - Cx. 19, Doc. 1488.

que não somente o Donativo Voluntário, como o Donativo para a Paz de Holanda e o Subsídio Literário eram comumente desviados para o auxílio nos reparos e construções da Carreira da Índia¹⁸⁴. Além desses fatores, os donativos eram também desviados para construção de pontes, de chafarizes, melhoramento dos prédios públicos urbanos e construção de melhorias nas cidades como no caso da Vila de Jacobina que necessitava de melhoramentos na cadeia.

(...) Ainda que ignoro as obras que desejão fazer, por V. Mag. Senão dignar remeter-lhe o Auto de Vereação com tudo como o Ouvidor daquela Comarca que acabou de servir (...) me representou vivamente a urgente necessidade que havia de se concertar e reparar a Cadea da Villa de Jacobina, que por várias vezes tem sido arrombada pela pouca, ou nenhuma segurança que tem, lembrando a aplicação da dita quantia para este fim me persuado por esta obra de que tratam os oficiais da Câmara (...) ¹⁸⁵ [Grifo Nosso]

Assim, a Câmara de São Paulo também o faz:

(...) Que concluídos os ditos Dez annos, recorrerão os Povos para que o ditto imposto se levantasse, mas que o Ouvidor Salvador Pereira da Silva o não quis concentrir, e que determinando a Câmara recorrer a Sua Mag. Chegava a ordem para que assim Ella, como as mais Camaras, daquella Comarca satisfizessem pelos seus rendimentos os soldos dos sargentos mores, ajudantes das tropas auxiliares; e não tendo as dittas Camaras Rendimentos a esta satisfação, resolverão que continua-se o referido Imposto, para delle se pagarem os sobre dittos sargentos mores e ajudantes enquanto a Camara de São Paulo recorria a Sua Magestade, para livrar aquelles Povos de tão pezada contribuição (...) ¹⁸⁶.

A tabela apresentada nos traz uma importante conclusão. É impossível negligenciar o auxílio que a América Portuguesa presta a Lisboa em seu momento mais difícil. Os valores enviados foram muito maiores do que os apresentados se levarmos em conta o longo período pelo qual o donativo fora prorrogado, chegando pelo menos ate a vinda da família real. Lisboa demorou décadas para ser reconstruída, e também por isso, o donativo continua. Entretanto quando a construção não era mais a justificativa, a afirmação era que o Rei necessitava da ajuda dos vassallos, e assim o donativo perdura por toda a segunda metade do século XVIII.

Outro fator importante a ser destacado é a continuidade do pagamento. Ainda que uma Câmara tivesse terminado de pagar a quantia a que lhe fora devida antes do período determinado, a Coroa mandava que continuasse a recolher o donativo. Assim sendo, os valores acabavam sendo muito maiores. Isso acontecia especialmente em

¹⁸⁴ LAPA, Amaral, 1968.

¹⁸⁵ AHU_ Bahia _ Avulsos, Cx. 213, Doc. 15027.

¹⁸⁶ AHU_ São Paulo _ MGOUVEIA, Cx. 25, Doc. 2398.

Câmaras pequenas, mas com poder econômico razoável como o caso da Câmara de Cachoeira que era composto por muitos comerciantes abastados.

Nas Capitâneas e Câmaras que encontramos documentação sobre o estabelecimento do subsídio, quase todas, com exceção da Bahia, o constituíram pelo período inicial de dez anos. Podemos também observar que os produtos taxados eram diferentes em cada localidade, demonstrando que a produção colonial era diversificada e específica em cada parte da América. Na documentação observamos também que cada Câmara de cada Capitania, apesar de ter seu montante estabelecido pela Câmara principal, tinha autonomia para taxar os produtos de onde saíria o donativo.

Em praticamente todas as capitâneas, o subsídio teve prorrogação, chegando em Minas Gerais a ultrapassar o período pós-independência¹⁸⁷. Segundo Bessa¹⁸⁸, o subsídio somente cessaria quando os deputados do I Reinado se preocuparam em discutir a despesa e a fazenda do Estado do Brasil, contudo a documentação encontrada nos remete somente até 1798. É provável que Bessa tenha tido acesso a outros documentos que se encontram nos arquivos públicos mineiros. Este trabalho, por priorizar a capitania da Bahia se concentrou na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino.

Dentre os produtos taxados destacam-se tanto aqueles produzidos na América, como aqueles que vêm do reino. Os produtos que vêm do reino pagam a taxaço ainda na Alfândega, e a Câmara fica responsável pela arrecadaço. Já os produtos internos, normalmente eram arrecadados em forma de contrato, sendo escolhidos entre os comerciantes mais abastados, já que o contratador fazia parte da elite mercantil¹⁸⁹.

Por último, é possível observar na tabela um detalhe que não acontece em todas as capitâneas, um envio emergencial para ajudar Lisboa. Enquanto algumas capitâneas, como é o caso da Bahia, somente se preocupa em estabelecer o Donativo Voluntário, outras, como Minas Gerais, Pernambuco e Paraíba arrecadam fundos a serem enviados em imediato para Lisboa. Em Minas Gerais somente temos notícia de que houve arrecadaço desse fundo, contudo não sabemos as espécies que foram arrecadadas. Já em Pernambuco e na Paraíba, conseguimos detalhar os produtos, sendo a primeira capitania responsável pelo envio de gêneros alimentícios e a segunda que arrecadara cem mil cruzados para auxiliar a cabeça do Reino.

¹⁸⁷ Isto ocorreu em 1832.

¹⁸⁸ BESSA, Antônio Luiz de, 1981.

¹⁸⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Aspectos da Influência dos Homens de Negócios na Política Comercial Ibero-Americana – Século XVII*, [s/i], 1963, (mimeo).

O momento que a população mais contestou contra o donativo, com exceção da Bahia, foi na sua prorrogação. Nenhuma Câmara queria pagar mais do que o tempo estabelecido, entendendo que a contribuição era suficiente para demonstrar o amor e o zelo, e dando a justificativa da pobreza dos povos da América que já pagavam muitos impostos. Contudo a Capitania de São Paulo pode ser considerada uma exceção. O povo paulista contesta desde o princípio o estabelecimento do Donativo.

A pesar de comumente haver pedidos para cessar o pagamento do subsídio, as elites na América, em sua maioria, aceitaram de bom grado o estabelecimento do novo imposto. Acreditamos que esse fato se deve a importância simbólica de Lisboa, cabeça do Reino e ao pedido como resposta do amor e zelo que os habitantes da América possuíam por seu Rei, que mesmo distante fisicamente, se fazia presente através dos braços da administração.

3. O Donativo na Bahia de Todos os Santos

A Capitania da Bahia era o centro político da América Portuguesa em 1755, ano do sismo. Ainda que o Rio de Janeiro fosse um dos pólos econômicos mais importantes no período, especialmente por conta do ouro das minas, a Bahia também possuía grande importância nas finanças para Portugal. Tal importância pode ser validada quando analisamos o número de navios que se encontravam em Lisboa no ano de 1755 provindos do Ultramar. Destes navios, 29 eram do Rio de Janeiro, 20 da Bahia e 13 de Pernambuco¹⁹⁰.

¹⁹⁰ CARDOSO, José Luís. “Pombal, o Terramoto e a Política de Regulação Econômica”, In: __ ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José

Para além da importância econômica, a Bahia era a sede do Vice-Reinado na América. Foi também para onde a carta do rei D. José I foi enviada primeiramente contando o ocorrido e pedindo que fosse encaminhada para cada Capitania. Como demonstramos anteriormente, cada Capitania estabeleceu de uma forma o donativo, sendo a capitania da Bahia a responsável pelo maior montante inicial.

A capitania da Bahia era responsável pelas Câmaras nas principais vilas e cidades da Bahia como Salvador, Jacobina, Cachoeira e pelas comarcas de Sergipe d'El Rey, e posteriormente também Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, todas essas capitâncias subalternas. Assim sendo, o estabelecimento do Donativo que a Câmara de Salvador irá resolver será igualmente dividido entre as primeiras supracitadas.

Tudo começa com a chegada da notícia do Terremoto de Lisboa à Câmara de Salvador, trazida pelo Vice-Rei Conde dos Arcos. Como já demonstramos anteriormente, a carta do Rei pedia que cada Câmara estabelecesse um subsídio que melhor condissesse com o amor e zelo ao monarca e a cabeça do Reino.

(...) mandando dispor ordens para a convocação do Povo as mesmas Casas da Câmara para que lida a carta do dicto senhor lhes movesse os ânimos a concorrerem com hum subsídio que correspondesse aos motivos da justa confiança com que o Nosso Serviço os poz ajudarse para a reconstituição da nobre cabeça Luzitana por ora avizada da Omnipotencia mão de Deos com hum tão infausto e Lamentável estrago(...)¹⁹¹.

O primeiro documento é o termo de vereação da carta encaminhada pelo Vice-Rei ao Senado da Câmara. O Presidente da Câmara, o Juiz de fora João Ferreira Bettencourt e Sá, juntamente com o procurador Antonio Duarte Silva e os vereadores Capitão Antão José Leite de Vasconcelos, Pedro Albuquerque da Camara, ambos Fidalgos da Casa de Sua Majestade e Francisco Gomes de Abreu Lima Corte Real, acharam por bem comunicar o Povo e Nobreza da cidade de Salvador para que se escolhessem os procuradores que decidiriam o valor, os produtos e a forma que iria ser taxado o Donativo.

Assim sendo, os vereadores chamaram o povo e nobreza da cidade através do ritual comumente realizado em momentos em que era preciso tomar alguma decisão importante. Ao som dos sinos, foram chamados à Câmara tais homens mais importantes da capitania para resolverem como fariam para concretizar o pedido de Vossa Majestade, o rei D. José I.

Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 165-181.

¹⁹¹ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2080

A escolha do montante escolhido pela Capitania da Bahia se iniciou com uma discussão na Câmara de Salvador com a convocação da *Nobreza e Povo* da cidade para eleger os árbitros e procuradores do povo. Foram eleitos oito homens com o intuito de organizarem a melhor forma para estabelecer o subsídio. Foram votados e escolhidos pelos principais da terra os nomes do Capitão José Pires de Carvalho, André de Britto de Castro, o Coronel Jeronimo Velho de Araújo, o Doutor Francisco da Cunha Torres, Pascoal Marques de Almeida, Lourenço da Silva Niza, Thomaz da Silva Ferraz e Simão Gomes Monteiro, todos da “Nobreza desta cidade e do seu Governo econômico”¹⁹².

Nobreza porque existiam na época alguns cavaleiros, especialmente da ordem de Cristo, e alguns habitantes eram inclusive Fidalgos da Casa Real, como comprova a documentação da Câmara. O Povo eram os considerados *Homens Bons* da cidade, aqueles que eram elegíveis aos cargos da governação da Câmara, bacharéis, membros da governação, senhores de engenho, clérigos e neste período também grandes comerciantes que podiam agregar diversas dessas características anteriormente citadas.

No dia 30 de março de 1756, reuniram-se na Câmara os procuradores do povo e demais membros da burocracia camarária para que o donativo fosse estabelecido. Na Conferência da quantia a ser contribuída, entretanto não houve consenso.

(...) e pelo dito Doutor Juiz de Fora lhes fora proposta a matéria para que votassem na quantia, e modo, com que se devia satisfazer a dicta carta, e logo portada asentarão, com que fosse trez milhõens pagos na forma do Donativo passado e consta do Livro das Vereações nº 18F. e foram todos de voto dos trez milhõens prometidos excepto os vereadores Pedro de Albuquerque da Camara e Francisco Gomes Moreira Lima Corte Real, e o procurador o Doutor Antonio Duarte Sylva votaram na quantia de milham e meyo pela Razão de se achar este Povo em mais decadência e pobreza da em que estava no tempo do outro Donativo, em que se oferecerão trez milhõez (...) ¹⁹³.

Algo começava a sair errado no estabelecimento do Donativo na Bahia. Nas demais Capitânicas da América o subsídio fora estabelecido sem maiores problemas e sem discordância entre as partes. Contudo na Bahia a discordância entre os membros da elite se iniciou ainda no estabelecimento do imposto. Os homens que discordaram do valor de três milhões representavam não somente os seus interesses, mas o de uma outra parcela daquela população que já estava sobrecarregada de tributos. Talvez a origem do protesto do donativo começasse a pulular na mente desses homens.

Várias reuniões foram feitas até que se acertasse em definitivo o Donativo para a reconstrução de Lisboa. Na Segunda Conferência, realizada no dia primeiro de abril de

¹⁹² AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 12, Doc. 2081

¹⁹³ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 12, Doc. 2082.

1756¹⁹⁴, os procuradores resolveram os produtos que seriam taxados para arrecadar o fundo de auxílio. Tais produtos, como já demonstrado anteriormente na tabela apresentada neste capítulo, foram a carne de vaca, a água ardente da terra, o azeite doce, o azeite de peixe e os escravos que vinha da Costa da Mina. Nesta conferência, contudo, ainda não havia sido estabelecido os valores e a forma da arrecadação.

Somente na Resolução do Senado de 7 de abril de 1756, é que os alicerces da cobrança seriam explicitados. Neste documento, composto por oito fólios escritos frente e verso, podemos verificar o cuidado que se deve ter quando se estabelece um novo tributo. Problemas como descaminhos, tentativa de fugir do pagamento, demora do envio do dinheiro ao cofre da Câmara, problemáticas na arrecadação, etc. podem ser consideradas práticas freqüentes naquela sociedade.

Como explicitamos anteriormente, a Câmara de Salvador ficara responsável por estabelecer os valores referentes a cada localidade que estava sob sua jurisdição.

“(…) e que ficarião Carregados a esta cidade, e seo termo a quantia de oitocentos e setenta e sinco contos pagos a razam de vinte e nove contos cento e secenta e seiz mil seizcentos e secenta e seiz reis cada anno, e que trezentos e vinte e sinco contos q faltão para ajustar os trez milhoenz se carregariam sobre a cidade de Sergipe d’El Rey com toda a Sua Comarca, e sobre as mais capitánias pertencentes a esta Bahia, e que os dictos trezentos, e vinte e sinco contos serião pagos a dez contos oitocentos, e trinta e trez mil e trezentos e trinta e trez reiz e cada anno, ficando desta sorte inteirada a quantia de cem mil cruzados, de pagamento em cada hum anno até ser S. Magestade satisfeito dos dictos trez milhoenz prometidos (...)”¹⁹⁵.

A cidade de Salvador, como sempre, ficara responsável pelo maior montante. Isto se deve não somente a importância desta instituição, mas, sobretudo ao poder de arrecadação da alfândega de Salvador, bem como aos altos rendimentos que o comércio desses produtos trazia para quem os comercializava naquela cidade populosa.

Colocado então o montante referente à cidade de Salvador e às demais localidades da jurisdição da Capitania da Bahia, era preciso explicitar os produtos, os homens responsáveis pela recolhimento, e a Instituição que se comprometeria a guardar e fiscalizar o montante e a arrecadação.

Começando por essa última proposição, a responsável pela fiscalização e armazenagem era a Câmara de Salvador, o que comprovava seu poder para estabelecer e fiscalizar os tributos, como foi observado no tópico anterior. É possível verificar

¹⁹⁴ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2083.

¹⁹⁵ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2084.

também, que o homem responsável para superintender a administração do subsídio era o Juiz de Fora, presidente do Senado:

(...) e também Requererão os dictos vereadores, e adjunctos, q enquanto tirasse a cobrança do dicto prometimento seria a execução della administrada pello mesmo Senado da Câmara superintendendo nella com o seo Prezidente e Executor (...)¹⁹⁶

Com relação aos produtos a serem taxados, eles eram explicitados conjuntamente com a forma pela qual seria cobrada a tributação. Assim, com relação à carne de vaca:

(...) em toda a carne de vaca que se cortar nesta cidade e seo termo, se lhe lance imposto de cento e secenta reiz por arroba com condiçam q durando a dicta contribuição conservará nos asougues o preço de seiscentos e quarenta reis por arroba, sem alteração algua mais (...)¹⁹⁷

Como pudemos verificar, além do valor a ser retirado por cada arroba de carne, o preço da mesma devia ser fixado para que a população não sofresse com um possível aumento, o que acarretaria uma diminuição do poder de consumo e da alimentação deste item indispensável na dieta da época. Era possível vender a menor preço, contudo era estritamente proibida a venda a preço superior do estabelecido, tendo o rematante que pagar uma multa, ou mesmo uma pena, caso isso acontecesse. Ao mesmo tempo, outras premissas deveriam ser estabelecidas, como por exemplo, as isenções.

(...) nem por isso serão obrigados a pagarem o dicto imposto, e ficaram logrando da mesma liberdade qualquer vitella, vaca, boy ou quarto d'elle que mandarem de mimo pra esta cidade e só em cazo que constar que vendeo em fraude da Referida contribuição ficará encorrendo nas pennas de cem milhoenz, e nas mais que forem impostas (...)¹⁹⁸.

Outro “produto” taxado fora o escravo. Contudo, somente o eram aqueles de regiões específicas, delimitadas pela documentação.

E serão obrigados todos os Donos ou Procuradores das Embarçaçoenz que vierem de qualquer porto da Costa da Mina, Cacheo, Cabo Verde, Ilha de Sancto Thomé e do Príncipe quer tenham sahido desta cidade, ou não a pagar por cada cabeça de Escravo macho ou fêmea que vierem nas suas embarçaçoenz a trez mil reis por cabeça na forma do estillo da mesma Alfândega com os direyos della cujo imposto, e Sua importância será pago a pessoa que o Senado determinar, e eleger para a dita cobrança, o qual será obrigado a trazer logo ao cofre do dinheiro da mesma arrecadação a quantia que cobrar de cada navio cobrando conhecimento em forma para sua descarga (...)¹⁹⁹.

¹⁹⁶ Idem, Doc. 2084.

¹⁹⁷ Idem, Doc. 2084.

¹⁹⁸ Idem, Doc. 2084.

¹⁹⁹ Idem, Doc. 2084.

O escravo provindo de outras regiões, que não aquelas encontradas na documentação acima, não era taxado pelo donativo. Assim sendo, é possível que o tráfico africano com outras localidades da África tenha aumentado na Bahia, especialmente com Angola, por hora dominada pelo tráfico estabelecido pelos comerciantes do Rio de Janeiro.

O azeite de peixe foi o terceiro produto taxado. Era preciso muito cuidado no estabelecimento dessa mercadoria, pois era arrematada por contrato, sendo o contratador responsável por apresentar os livros de contabilidade para se fazer a cobrança. Assim sendo era proibida a taxaço de quaisquer outros azeites, bem como aqueles que se embarcavam pela barra a fora eram isentos de tal tributo.

Que em todo azeite de peixe q se vende nesta Cidade na Villa de Itaparica por seo termo della lance sitenta reis por canada e para cobrança e arrecadação deste imposto será obrigado o contractador do dicto azeite a apresentar na forma das ordens de S. Magestade annualmente os livros dos seos contractos para por elles legitimamente se veriguar a quantia que toca a Contribuição (...)²⁰⁰.

Posteriormente ficou a água ardente, importante produto de comércio local. Tal produto, quando consumido no Brasil, não tinha isenção de nenhuma forma, sendo cobrada tanto aquela que entrava como a que era fabricada na Bahia, desde a venda no alambique, até a venda no comércio corriqueiro. Contudo, quando era enviado para Angola, o produto ficava isento de impostos. O Produto consumido em Angola tinha dois destinos: o primeiro era o consumo local e o segundo era para conseguir escravos. Dessa forma, podemos verificar novamente um incentivo ao tráfico africano angolano.

Que em toda a Agoa ardente da terra q entrar nesta cidade, e seo termo, e a que se fabrica no destricto della e se vende a quartilhada quer seja ao pé do Lambique quer seja nas vendas pague de imposto para esta Contribuição cento e Secenta reis por Canadá, que vem a ser nove mil e seis centos reis a pipa, e ficará izenta de pagar a dicta contribuição toda a q se embarcar para o Reino de Angolla²⁰¹.

Por último, ficara o azeite doce. Tal produto não era produzido na Bahia, sendo assim o pagamento do imposto tinha que ser efetuado na alfândega da cidade. Como era realizado no porto da cidade, o cobrador vai ser o mesmo selecionado para arrecadar o tributo relativo aos escravos.

Que cada barril de azeite doce por entrada nesta cidade pagará seiscentos reiz por barril, e vendo em pipa a três mil reis cada hua cuja cobrança se encarrega

²⁰⁰ Idem, Doc. 2084

²⁰¹ Idem, Doc. 2084.

ao mesmo sujeito, a quem se incumbir a arrecadação do producto dos Escravos²⁰².

Estabelecidos os produtos taxados, cujo rendimento iria para a Câmara de Salvador, foi preciso identificar como se arrecadaria o montante necessário para completar os cem mil cruzados prometidos anualmente pela Câmara. Assim, o Senado estabeleceu que o valor que correspondia a trezentos e vinte e cinco contos de réis iria ser pago pelas demais cidades e villas que se encontravam pela jurisdição da Capitania da Bahia no período.

(...) se repartiram os dictos trezentos e vinte e cinco contos pela forma e maneyra seguinte a saber. A cidade de Sergippe de El Rey e Villas de sua jurisdição dois contos oito centos e vinte mil reis cada anno, e que a Camara da dicta Cidade o reparta por sy, e mais villas anexas ou nos gêneros, ou como melhor lhes parecer e mais conveniente for ao serviço de Sua Magestade (...). A Villa de Cachoeira e seo termo por sy só hum conto e oito centos mil Reiz cada anno (...). A Villa de Maragogipe, e seo termo seis centos e secenta e seiz mil seizcentos e secenta e seis reis por anno (...). A Villa de Jaguaripe e seo termo quatro centos e secenta e secenta e seis mil seiscentos e secenta e seis reis cada anno (...). A Villa de Sam Francisco de Sergippe do Conde e seo termo quatro centos e sincoenta mil reis cada anno (...). A Villa de Santo Amaro da Purificação e seo termo oito centos mil reis cada anno (...). A Villa do Camamu (...) quatro centos mil reis cada anno (...). A Villa do Cairu (...) cento e secenta e seis mil seis centos e secenta e seis reis cada anno (...). A Villa de Boipeba e seo termo sincoenta e três mil trezentos e trinta e três reis casa anno (...). A Villa de Sancto Antonio de Jacobina e seo termo quinhentos mil reis cada anno (...). A Villa de Nossa Senhora do Juramento e seo termo quatro centos mil reis cada anno (...). A capitania de Porto Seguro cento e vinte mil reis cada anno (...). A Villa de Sam Jorge dos Ilheos, e seo termo cento e secenta, e tres mil trezentos e trinta e três reis cada anno (...). A Villa de Abbadia per sy só e seo termo cento e trinta mil trezentos e trinta e trez reiz cada anno (...). A Villa de Agoa fria per si só e seo termo, trezentos, e trinta e três mil trezentos e trinta e trez reis cada anno (...). A Villa de Itapicurú per si só e seo termo cento e sincoenta mil reis cada anno (...). A Villa de Nossa Senhora do Bom Secesso das Minas Novas e seo termo trez mil cruzados cada anno (...). A Villa Orubu (?) e seo termo duzentos mil reis cada anno (...)²⁰³.

Podemos verificar no documento acima, que a Câmara de Salvador separou pelas demais câmaras de sua jurisdição o montante ao qual cada uma deveria contribuir para o Donativo Voluntário. Nesta separação, é possível identificar que o Senado estabeleceu alguns critérios para a escolha dos valores. O primeiro critério foi o do poder econômico que cada câmara possuía. Destaque-se aqui o papel da Câmara de Cachoeira, conhecida por seus administradores serem comerciantes. Ela era uma Câmara de suma importância para a Bahia, assim, fica responsável por um grande valor, perdendo apenas para Sergipe que possuía várias outras vilas sob sua jurisdição. O

²⁰² Idem, Doc. 2084.

²⁰³ Idem, Doc. 2084.

segundo critério fora o tamanho das vilas. Entendendo que os produtos taxados eram de comércio e de bens essenciais para a população, aquela vila que tivesse maior número de habitantes poderia pagar mais do que as que tinham um número menor.

Foi estabelecida por último a punição ao qual ficariam responsáveis os homens da Câmara que não contribuíssem com o valor estabelecido anualmente. Caso a cobrança não fosse efetuada, aqueles homens pagariam de suas próprias fazendas, até que o montante fosse completado. Tal pena forçava as Câmaras a escolherem com cautela os produtos taxados e a imposição do subsídio, o que por muitas vezes acarretava em uma arrecadação maior que a esperada.

Com declaração que além da obrigação, que devem ter todas e cada huma das Câmaras das mesmas Villas de fazerem cobrar promptamente as quantias em que vão multadas com pena de se haver toda a perda e falta das cobranças que Resultar das suas omissões das suas próprias fazendas e em todas que houver Ministro de vara branca com o cargo de juiz de fora, ou ouvidores se dará conta a sua Magestade para que se lhes imponha a pena de se lhes não sentenciarem suas rezidencias e haverem-se porsoens sem cada hum delles apresentar certidão (...)

Por último, em 22 de abril de 1756, houve a declaração do Novo Donativo, onde se anexava uma cópia de toda a documentação e se estabelecia o novo tributo. Como foi possível ver, os funcionários da Câmara e os procuradores do povo tiveram que se reunir numerosas vezes para estabelecer o subsídio, ao contrário do que comumente acontecia, já que as reuniões na Câmara eram mais freqüentes no início do ano para resolver questões orçamentárias.

Como foi possível observar também, desde a primeira verificação, não houve, por parte dos homens bons da cidade de Salvador, um consenso no estabelecimento do Donativo. Assim, mesmo após um ano do recolhimento do tributo, ainda havia discussão na Câmara para renovar o que fora estabelecido. Nesse meio tempo um abaixo assinado recolheu assinaturas entre importantes homens da cidade com o intuito de ser encaminhado a Sua Majestade para modificar a cobrança. Algo mudou após o abaixo assinado que fora descoberto pela Câmara e estabelecida uma devassa no Tribunal da Relação da Bahia. Todavia veremos esse movimento social no próximo capítulo.

4. O Impacto econômico do Donativo e os comerciantes:

Como já descrevemos, o estabelecimento de um novo imposto gera discussão e apreensão por parte da população. Assim sendo, podemos afirmar que qualquer taxaço tem impacto econômico, social e político na localidade.

O impacto econômico está diretamente ligado ao impacto social. A Bahia da segunda metade do século XVIII perdera seu status de principal pólo econômico para a cidade do Rio de Janeiro com a descoberta das Minas. Contudo, como já destacamos, não podemos negligenciar o papel dos baianos na política mercantilista do período. Alguns historiadores chegam a falar de uma queda considerável da econômica açucareira. Todavia, outros especialistas como Stuart Schwartz²⁰⁴ falam em um aumento no número de engenhos de açúcar concomitantemente a descoberta do ouro e diamantes mais ao sul da América.

Tal aumento do número de engenhos pode ter acontecido por conta da queda do preço do açúcar, que estava em disputa com o antilhano, e a conseqüente desvalorização do engenho em detrimento de outras práticas comerciais e produtivas. Ainda assim, o açúcar era o segundo produto mais exportado da América. Ser proprietário de engenho também era um fator nobilitador daquela sociedade, pois demandava além da posse da terra, a propriedade de escravos, uma relativa autonomia de mando em sua propriedade, um status de principal da terra, e a possibilidade de conseguir prestígios, foro de alguma ordem de cristo, ou familiar do santo ofício.

Além da produção de açúcar, a Bahia se destinava a produção de água ardente, e de tabaco, especialmente para o comércio do tráfico de escravos da África. Aos poucos a água ardente foi perdendo espaço para o tabaco, por dois motivos. O primeiro era que a cana-de-açúcar deveria ser destinada mais a produção do açúcar do que aos demais produtos que poderiam ser retirados da cana como a rapadura, o melaço e a água ardente. Ao mesmo tempo, a água ardente era um produto que disputava na América com o vinho português, sendo por diversas vezes proibida a sua fabricação.

²⁰⁴ SCHWARTZ, Stuart. “A ‘Babilônia’ Colonial: A Economia Açucareira”, In: __ BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 213-231 e SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

Logicamente o consumo de água ardente não cessara, mas sua produção, ao longo do século XVII e XVIII diminuía. Em segundo lugar e conseqüentemente a primeira proposição, o tabaco era um produto muito apreciado pelos africanos. O tabaco da Bahia não era o de melhor qualidade. Mesmo assim, segundo Pierre Verger²⁰⁵, fora um produto privilegiado para o tráfico negreiro, sendo bastante produzido na Bahia.

Para além dos produtos de exportação de caráter mercantilista, a Bahia necessitava de produtos para o abastecimento local, principalmente aqueles que não eram fornecidos pela Metrópole. Assim sendo, a produção de mandioca, milho, carne de gado e gêneros agrícolas de primeira necessidade eram outros dos produtos comercializados na capitania. Para isso, existiam outras formas de propriedade da terra para além do engenho açucareiro. Havia uma considerável quantidade de pequenas e médias propriedades com até três escravos, onde a economia familiar produzia e comercializava os gêneros de primeira necessidade. Outrossim, a Bahia comercializava com demais territórios da América como por exemplo a região do Rio Grande de São Pedro com relação as carnes.

Outra forma de produção um pouco negligenciada pela historiografia são as fazendas dos religiosos. Carmelitas, franciscanos, mercedários e jesuítas se revezavam na produção de gêneros cuja mão de obra principal era o ameríndio. Tais clérigos também praticavam o comércio se privilegiando de isenções fiscais as quais condiziam com sua status clerical. Como citamos anteriormente, quando se trata de um donativo, os religiosos devem pagar igualmente como os demais. Contudo o valor, em regra, é devolvido ao final de cada ano, pois os eclesiásticos eram isentos de quaisquer impostos.

O tráfico negreiro era uma das principais atividades econômicas. As minas necessitavam cada vez mais de mão de obra, pois, devido às condições insalubres da produção mineira, os escravos tinham uma perspectiva de vida muito baixa em comparação àqueles que trabalhavam a terra. Sendo assim, muitos escravos que trabalhavam nos engenhos baianos, aproveitando a queda dos mesmos, foram vendidos para a região mineradora lucrando com a alta dos preços da mercadoria humana. Tal ausência de mão-de-obra na Bahia alavancou o comércio de escravos para as regiões que os necessitavam. Muitos escravos que tinham como destino as Minas vinham do comércio entre Rio de Janeiro e Angola. Contudo a Bahia continuou fornecendo

²⁰⁵ VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: Do tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)*, Salvador, Corrupio, 2002.

escravos tanto para as minas, como para as regiões fronteiriças a jurisdição da Capitania da Bahia e a da Capitania do Rio de Janeiro e para as demais regiões que compõem o atual Nordeste.

Nem só de gêneros de primeira necessidade viviam os baianos. O consumo na Bahia, especialmente dos homens que queriam viver ao modo da nobreza, mesmo que não fazendo parte dela, era grandioso. Os navios da Carreira da Índia, ainda que impedidos na teoria pela Coroa de comercializar diretamente com tal capitania, comumente realizavam trocas de mercadorias. Assim sendo, especiarias, porcelanas, tecidos e mercadorias ditas luxuosas provindas das Índias eram comercializadas na Bahia. Ao mesmo tempo, madeiras dos mais variados tipos e para as mais variadas necessidades como construção, pinturas, tinturas, produção de mobílias, etc., bem como os demais artigos comumente produzidos pela Bahia como o açúcar e a água ardente, eram comercializados diretamente com as Índias e com a África, montando um importante aparato comercial que ia além de um “pacto colonial” estabelecido entre Portugal e seus domínios ultramarinos onde deviam seguir as regras do centro.

Como nos aponta Maria José Mascarenhas em seu estudo sobre a elite baiana da segunda metade do século XVIII²⁰⁶, diversos artigos de luxo compunham o inventário e os testamentos das consideradas as principais famílias baianas. Dentre os artigos mais importantes podemos citar: jóias, objetos sacros, utensílios de prata, fazendas de tecidos, diversos móveis, etc.

Como pudemos notar, variados eram os produtos comercializados na Bahia setecentista. É preciso afirmar sobretudo, que grande parte desses produtos não eram produzidos naquela capitania e dependiam do comércio entre essa localidade e o Império Português. Entretanto, qual o impacto que o Terremoto de Lisboa e posteriormente o estabelecimento do donativo trouxe para a população baiana? Veremos agora um pouco da reação dos comerciantes e da população local.

* * *

²⁰⁶ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*, São Paulo, Tese de Doutorado apresentada a USP, 1998, (mimeo).

É provável que a primeira reação da população tenha sido de espanto, de tristeza e de agonia. Não somente porque a sede do Governo Português estava em ruínas, mas pela quantidade de almas perdidas no desastre. A cidade de Salvador possuía muitos habitantes que haviam nascido em Portugal, bem como homens que possuíam parentes na cidade e nos arredores onde o sismo também aconteceu. Assim sendo, houve a procura por notícias dos parentes, amigos e parceiros de negócios que os baianos mantinham com a sede da Coroa.

Em um segundo momento, veio a preocupação no âmbito local. Por conta das relações entre locais periféricos e o centro, a Bahia era impedida de produzir inúmeros produtos que deviam ser comercializados diretamente com Lisboa. Alguns desses produtos eram essenciais para alimentação daquela população, e o pavor da carência dos mantimentos ocasionou pânico.

Alguns comerciantes, especialmente aqueles que trabalhavam nas lojas, diretamente com o público, tentam se aproveitar do momento para lucrar com o desespero da população. Assim, eles aumentam os preços dos produtos ou seguram a mercadoria para venderem posteriormente a um preço melhor.

(...) Pelas Notícias, que nesta cidade se tem recebido pela Frota de Pernambuco do infausto, e lamentável successo da Corte, e Cidade de Lisboa, e o muito que tem padecido seus moradores, em que supondo os desta como scientes daquella infelicidade haver alguma falta de todos os gêneros de fazenda assim secas, como molhadas dos do Reyno, e fora d'elle, vão dando na industria de esconderem, e levantarem de preço os mesmos gêneros, que tem em suas cazas com gravissimo prejuízo do Bem Comum, e outros tambem uzam da industria de os passarem para fora da Cidade, e alguns da Barra em fora, em cujos termos brevemente ficará esta Cidade mais que carecida padecendo pelos ditos gêneros grandes faltas(...) ²⁰⁷.

Tal ato era altamente condenável pela população do período, tendo a Câmara da cidade que intervir para que os comerciantes fossem punidos. No mesmo documento, a Câmara da Bahia pede ao Vice-Rei Conde dos Arcos:

(...) e para estas se poderem prevenir com tempo suplicamos a V. Ex^a. seja servido mandar publicar com as penas que forem justas aos Mercadores, e Negociantes dos referidos gêneros para não alterarem os preços das fazendas assim secas como molhadas, conservandosse no estado em que dantes estavam, e da mesma sorte não sayão para parte alguma fora desta Cidade, nem os occultem maliciosamente com a ambição de vencerem mayores ganancias a custa do Povo (...) ²⁰⁸.

²⁰⁷ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2069.

²⁰⁸ Idem, doc. 2069.

Segundo a própria correspondência do Vice-Rei, a Câmara da Bahia possuía jurisdição para apreender os produtos considerados de primeira necessidade para os povos, em prol do bem comum. Contudo, segundo o Conde dos Arcos:

(...)Hé sem dúvida que pela administração econômica, que a Ley concede as Camaras tem estas toda a jurisdição para poderem pegar ou ocultarem-se os gêneros, e a extracção dos que são precisos para as abastancias dos Povos, porém como os Officiaes da Camara desta Cidade julgarão que não serão tão poderozas as suas ordens, que podessem conter a desordem da ambição dos negociantes, recorrerão a mim, em que rezide o mesmo poder com mayor jurisdição (...) que nas circunstancias presentes poderia ser necessária para ficar mais rigoroza qualquer prohibição (...)²⁰⁹.

No dia 26 de março do mesmo ano, dos documentos passados, foi mandado publicar na Bahia as providências que o Vice-Rei resolvera com relação ao ocorrido. Nelas, ficava proibido o aumento dos preços dos gêneros secos e molhados, bem como o envio dos produtos para fora da cidade de Salvador e a especulação dos mesmos. Assim, além da publicação escrita que fora enviada para o Ouvidor Geral do Crime e ao Juiz de Fora, a Secretaria do Estado fez saber a resolução a todos os habitantes:

(...)E para que venha a notícia de todos; e se não possa allegar ignorância, se publicará a som de caixas pellas ruas públicas desta Cidade e Praya della na forma do estylo (...)²¹⁰.

A partir do comunicado, os comerciantes seriam punidos e não poderiam alegar que não tinham conhecimento das providências. A punição era rígida e caso, o autor do crime rescindisse, podia ser ainda pior.

(...) e havendo pessoas negociantes, que de hoje em diante obrem o contrário, e sejam denunciadas pelas mesmas pessoas, a quem com excesso venderem os gêneros, ou conste por outro algum modo que seja verídico, serem prezas por tempo de três mezes, e os gêneros, em que cometterem a transgressão deste bando, serem dados os mesmos denunciantes por preços muito inferiores, e serem obrigados os vendedores a repor da prizão o excesso do preço aos Compradores denunciantes. Outrosy determino, que havendo alguns negociantes, que sejam comprehendidos na malicia e ocultarem os gêneros, e de os passarem na Barra para fora, ou também para fora desta cidade, por qualquer destes cazos fiquem incursos na pena de seis mezes de prizão(...)²¹¹.

É importante destacarmos que estes comerciantes não compunham o quadro mais importante dos Homens de Negócios da Bahia do século XVIII. Os Grandes comerciantes não trabalhavam diretamente nas lojas, pois não era dignificante. Ao mesmo tempo eles controlavam inúmeras atividades, e eram responsáveis pelo grande

²⁰⁹ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2068.

²¹⁰ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2070.

²¹¹ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2070.

comércio inter-continental. Obviamente estes comerciantes mais abastados foram diretamente prejudicados pelo Terremoto de Lisboa. Como já citamos, grande parte dos produtos que provinham da Bahia estavam armazenados ainda nos armazéns da cidade de Lisboa, pois as frotas vindas da América a pouco haviam chegado. Ao mesmo tempo, estes comerciantes mantinham relações e negócios com os que se encontravam em Lisboa. Além dos estudos sobre os comerciantes baianos como os de Rae Flory²¹² e Catherine Lougar²¹³ que nos demonstram a existência de uma elite mercantil na Bahia da segunda metade do XVIII, e de Kátia Matoso no século XIX, uma documentação da Câmara de quando o donativo fora estabelecido explicita as perdas dos negociantes mais importantes.

(...) ficando-lhes o sumo pezar de não poderem converter o Sangue das próprias Vias em abundantes cabedais para todos offerecerem espontaneamente nesta occazião a S. Magestade em signal da grande fidelidade, amor e zello de Leais Vassallos, e por attenderem as grandes mizerias, e calamidades em que se acha esta Capitania, e perdas conhecidas que havião experimentado nos annos preteridos, e experimentou também na occazião presente com muito effeitos, e cabedais, que perdeu na mesma cidade de Lisboa (...)²¹⁴.

Todavia, quais as características principais de um grande negociante? É importante destacar que cada local da América possuía a sua especificidade quanto a relação social que grandes proprietários de terras possuíam com os Grandes Comerciantes. Os estudos generalizantes nos dão a idéia do todo, mas não nos demonstram os pensamentos mais arraigados em localidades tão diferenciadas como as que pertenciam ao vasto Império Português. Levando-se em conta que a América Portuguesa não é um todo homogêneo e que cada região tinha sua especificidade, sua relação com a metrópole e suas elites formadas de maneiras distintas, procuraremos compreender os principais interessados no abaixo-assinado contra o donativo voluntário, os comerciantes de grosso trato.

No caso específico delimitaremos a região da Bahia, na segunda metade do século XVIII, conjuntamente com o grupo de comerciantes que consegue importância localmente, se inserindo cada vez mais na elite local e nos cargos disponíveis aos melhores da terra. Sua inserção é completada pelas redes que são criadas, pelos casamentos realizados e culmina na obtenção de hábitos das ordens as quais eram

²¹² FLORY, Rae, 1978.

²¹³ LUGAR, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia: 1780-1830*, A Dissertation presented for the degree of Doctor of Philosophy in History, State University of New York, New York, 1980, (mimeo).

²¹⁴ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Cx. 12, Doc. 2084.

cedidas pelo Rei, passando então a pertencer à nobreza, mesmo que em sua base, comparativamente com toda a nobreza portuguesa, incluindo a corte. Localmente, entretanto, pertenciam aos mais nobres, já que nas regiões mais afastadas do Império, poucos eram os que tinham o privilégio de obter um dos hábitos das ordens de Cristo, Santiago ou de Avis.

É importante relatarmos em princípio que tipo de comerciantes pode galgar os títulos que somente o monarca pode dispor. O Grupo de comerciantes não é coeso. Dentro deste grupo há também uma forte hierarquia que separa aqueles que realizam grandes feitos comerciais, tais como o comércio entre espaços longínquos do Império, e os que trabalham em pequenos comércios nas cidades ou como caixeiros viajantes no comércio interno de um território.

No princípio da modernidade, alguns comerciantes, especialmente aqueles que lidavam com a expansão marítima, ou seja, aqueles que tinham condições de se arriscarem em viagens perigosas, e possuem naus para vencê-las, conseguiram galgar importantes honras e mercês dos monarcas da Dinastia de Avis. Como aponta Fernanda Olival²¹⁵, o impedimento de sangue que era comum aos grandes mercadores do século XVI, em sua maioria cristãos novos, não era tão importante quanto vai ser com a União Ibérica e principalmente no pós-restauração. É importante salientarmos que o estatuto de pureza de sangue se dá em 1570. Assim sendo, grandes comerciantes foram capazes de pertencer a alta fidalguia portuguesa, fato que dificilmente vai ocorrer durante o restante da modernidade, com exceção do período pombalino e posteriormente, onde a venalidade dos cargos nobiliárquicos vai aumentar consideravelmente em Portugal e por todo o Império, especialmente no reinado de D. João VI.

Durante o período que principia no pós-restauração e termina na ascensão de D. José I ao poder e conseqüentemente o ministério pombalino, os comerciantes, mesmo os mais enriquecidos, tiveram muitas dificuldades em ascender socialmente. O fato de serem comerciantes acarretava a impureza mecânica de sua profissão. O agravante se dava quando o mesmo ainda era impuro de sangue pelo fato de ser cristão novo.

Contudo, segundo Rae Flory e David Smith²¹⁶, grande parte dos grandes mercadores portugueses ou luso-brasileiros não eram mais cristãos novos já no final do século XVII e durante todo o século XVIII para a localidade analisada. Logo, o impedimento mecânico que somente poderia ser dispensado pelo Rei, era um dos

²¹⁵ OLIVAL, Fernanda, 2005.

²¹⁶ FLORY, Era e SMITH, David, 1978.

principais obstáculos que esses homens possuíam para ascender socialmente. Ainda que o monarca, para aumentar suas redes clientelares, fizesse promessas de conceder as mercês tão esperadas pelos comerciantes, o órgão máximo da análise dos processos, a Mesa da Consciência e Ordens, vetava a mercê dos hábitos das ordens àqueles que não provassem a pureza de sangue e mecânica de sua linhagem. A Mesa de Consciência e Ordens nada mais era que o organismo que garantia os direitos e privilégios da elite nobiliárquica e que impedia que essa elite crescesse, pois não era interessante a mesma que seu grupo fosse estendido.

Para esses dois autores ainda, o que em alguns locais era caracterizado como dicotomia entre mercadores e senhores de terras - como era o caso de Pernambuco, por exemplo, como bem analisa Evaldo Cabral de Melo²¹⁷ - para a Bahia e para o Rio de Janeiro, como analisa João Fragoso e os demais historiadores supracitados²¹⁸ essa afirmação deve ser relativizada. O espaço social que antes opunha comerciantes e proprietários, aos poucos fora ocupado pelo que os autores chamam de uma forma híbrida de “mercadores-proprietários”. Esses grandes comerciantes conseguem aos poucos transpassar as barreiras da elite local enquanto a maioria da população continua *outsider*²¹⁹.

O fato marcado pela historiografia do fechamento da aristocracia para quaisquer aspirações de ascensão social dos setores mercantis, pelo menos em âmbitos locais, cai por terra quando observamos as conexões por casamentos, interesses por terra e diversas atividades sócio-políticas, as quais os comerciantes conseguem se inserir, tais como sua presença na Misericórdia, nas Câmaras e nas ordens religiosas, especialmente a dos Franciscanos e dos Carmelitas para o caso específico da Bahia. É preciso antes de tudo, levarmos em conta as relações sociais, políticas e os interesses econômicos que se encontram por trás das alianças locais. Tais análises são tão importantes quanto possíveis disputas que os tais grupos possam ter.

²¹⁷ MELO, Evaldo Cabral de, 1995

²¹⁸ FRAGOSO, João, 2000. Os demais historiadores são Rae Flory, David Smith, Catherine Lougar e mais recentemente a historiadora Avanete Pereira dos Santos tem alavancado na pesquisa dos grandes comerciantes baianos. É importante sinalizar que outros historiadores baianos ou não tem mencionado o papel dos comerciantes, mesmo que este não seja o foco principal do seu trabalho co o Rusell-Wood, Boxer e Schwartz.

²¹⁹ ELIAS, Norbert. “Introdução: Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders”, In: __ *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 19-50.

Tais homens se inseriram mais facilmente na lógica ideológica dominante. Eles procuravam ascender socialmente seguindo a aristocracia, especialmente tentando adentrar em suas instituições. Se por um lado, a participação dos comerciantes nas irmandades, ordens religiosas, encontros públicos e Conselhos Municipais possibilitou sua ascensão social local, por outro auxiliaram o crescimento econômico e o enriquecimento da aristocracia.

A elite mercantil aos poucos, e principalmente após 1750, passa a se ver como melhor que os demais mercadores componentes de tal sociedade. Segundo Fernanda Olival, com o auxílio da Coroa agregado aos investimentos em Companhias de Comércio, Junta de Comércio, onde somente homens com importantes capitais poderiam investir, os grandes comerciantes conseguem o perdão da impureza mecânica. O perdão de tal defeito não garantia a posse de um hábito ou títulos quaisquer. Contudo, aliado aos serviços prestados a Coroa, especialmente com relação a ajudas financeiras quando a mesma necessitava, no caso dos Comerciantes, e a pureza de sangue, já que muitos desses homens eram cristãos velhos e agora a pureza mecânica, o número de comerciantes que consegue ascender socialmente passa a ser muito maior que o de outrora. Para adiantarem a prova de que eram puros de sangue, ou mesmo para possuírem um certo status localmente, Daniela Calainho²²⁰ aponta que os comerciantes almejavam serem familiares do Santo Ofício. Mesmo em períodos mais tardios, quando a Inquisição já não possuía a mesma força e importância para os homens daquela época, o fato de serem familiares tanto os diferenciava dos demais, que poderiam ser impuros de sangue, como era facilitador para que a Mesa de Consciência e Ordens averiguasse a pureza de sangue do indivíduo que requisitava a mercê de um hábito.

Em períodos anteriores ao pombalino, era através do aparelho administrativo local que esses homens da periferia conseguiam adentrar e se inserir como membros da elite. As Câmaras Municipais eram espaços privilegiados para a ação das elites locais. Deveriam ser membros das Câmaras aqueles mais nobres e melhores das terras que a sua jurisdição confiava. Em tese, deveriam ser homens nobres, com pureza de sangue e mecânica, o que como sabemos, não acontecia na prática.

Para Nuno Gonçalo Monteiro²²¹, as oligarquias locais sempre mantinham os mesmos homens na administração camarária. Tais homens pertenciam a redes

²²⁰ CALAINHO, Daniela Buono. “Agentes Inquisitoriais no Brasil”, In: __ *Agentes da fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*, São Paulo, EDUSC, 2006, p. 69-120

²²¹ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 2003

familiares e clientelares daqueles que possuíam maior poder político e muitas vezes econômico do local. Sendo assim, em Câmaras mais distantes do centro – Lisboa – mantinham homens com defeitos mecânicos e de sangue que, só pelo fato de pertencerem à administração, passavam a possuir um status privilegiado, mesmo que localmente reconhecido. Não podemos com isso comparar o status de um vereador de uma pequena vila na América com um vereador de uma das principais Câmaras do Reino, como a do Porto, por exemplo. Contudo, o significado sociológico e a demonstração da presença de estruturas mentais do centro do Império são umas das maiores demonstrações de força do mesmo. Afinal, como aponta Norbert Elias²²², é a união do grupo dos estabelecidos que faz com que haja os outsiders e que os mesmos se sintam menores em relação aos estabelecidos. Não havia interesse em mudanças de estruturas. Pelo contrário, havia afirmação do que era passado pelas elites e vontade dos homens que ascendiam economicamente e localmente de manter os paradigmas, pois almejavam fazer parte do topo da hierarquia social.

O reconhecimento local era de suma importância. O pertencimento a administração garantia não somente o status de elite política, bem como conseqüentemente esses homens adquiriam os privilégios de se pertencer ao aparelho burocrático da Coroa. As Ordenações Filipinas chamam os homens que se encontram na Câmara de “homens bons”, que seriam aqueles que respeitariam o regimento e eram considerados cidadãos, pessoas da governança, ou mesmo membros do quadro dos principais da terra. Logicamente algumas Câmaras possuíam mais privilégios que as outras, bem como tais privilégios não são os mesmos durante toda a modernidade. Uma Câmara normalmente consegue privilégios quando os membros da elite auxiliam o Rei, especialmente em batalhas importantes para a manutenção do Império, quer com auxílio financeiro, quer com braços militares nas guerras contra outras nações²²³. Se compararmos, a Câmara acabava recebendo a concessão de privilégios como se fosse um indivíduo que lutara em batalhas importantes e por isso conseguira seu título de nobreza, sempre concedido pelo Rei.

Como foi possível observar, os grandes comerciantes da segunda metade do século XVIII tinham um status diferenciado dos demais períodos. Pedreira²²⁴ nos deixa a par da situação dos comerciantes, especialmente no período pós-terremoto de Lisboa,

²²² ELIAS, Norbert. 2000

²²³ Nação aqui entendido como outros estados da modernidade.

²²⁴ PEDREIRA, Jorge Luis, 1995.

dizendo que os mesmos tanto ascenderam socialmente como economicamente, muito por conta da política econômica que Pombal procurava fazer para alavancar Portugal da crise ao qual passava. Assim, se o paradigma da visão dos grandes comerciantes é modificado ao longo da segunda metade do XVIII, as práticas da governação Pombalina vão precisar e priorizar esses personagens sociais.

* * *

No presente capítulo obtivemos um panorama geral da sociedade Baiana do período, a mesma que vai protestar contra o Donativo Voluntário. Tal panorama é essencial para o estudo, sem o qual jamais entenderíamos a importância dos objetos centrais, o imposto e o protesto. Vimos que a sociedade baiana é extremamente complexa e heterogênea, e que sua importância não diminui em detrimento do deslocamento do principal foco econômico na segunda metade do século XVIII e mesmo anteriormente.

Foi possível, através da pesquisa na documentação do Conselho Ultramarino, identificarmos o estabelecimento do Donativo em diversas partes da América Portuguesa. Infelizmente não encontramos documentação de outras capitânias da América igualmente importantes, bem como não possuímos notícia se houve ou não o mesmo pedido de auxílio pelo rei Português para outros domínios Ultramarinos. É possível que tal subsídio tenha sido pedido por todo o Reino, contudo esta afirmação ainda está no âmbito da suposição. Tal pesquisa compõe parte da historiografia que ainda não foi estudada e sequer é comentada pelos estudos sobre a repercussão do terremoto de Lisboa nos principais trabalhos sobre o tema.

Sobre o estabelecimento do donativo, verificamos ainda a importância da instituição fazendária e da justiça régia no estabelecimento de novos impostos. A ausência do que era considerado justo pelos vassallos do rei podia acarretar em protestos, em revoltas e sublevações onde muitas vezes toda a população, composta pelos mais diferentes grupos sociais, se reunia por um fim comum, a cessação do imposto indevido,

os a diminuição do mesmo, bem como uma melhor forma de estabelecê-lo e/ou cobrá-lo.

Por último foi possível verificar um pouco da economia baiana no século XVIII, demonstrando a sua dinâmica Imperial e local. Assim, verificamos que o Terremoto acarretou prejuízos para os comerciantes baianos mais abastados que mantinham tratos em Lisboa, bem como comercializavam com a cidade e tiveram parte de suas rendas perdidas com a catástrofe. Em segundo lugar, os comerciantes menores, ou menos dignos, que trabalhavam diretamente nas lojas estabelecidas na cidade se aproveitaram do momento para angariar algum lucro com um comércio que, acreditavam eles, iria ser cessado com o sismo.

Dispostas as bases sociais e econômicas da Bahia de Todos os Santos, podemos compreender melhor o caráter da população da cidade de Salvador e especialmente dos membros das elites. Assim sendo, o próximo capítulo procurará compreender o protesto contra o Subsídio Voluntário em meio ao panorama já apresentado até o momento nesta dissertação.

CAPÍTULO III

O PROTESTO CONTRA O DONATIVO

CAPÍTULO III

O PROTESTO CONTRA O DONATIVO

“Naquela mesma ocasião avizei a V. Ex. de algumas providencias, que me pareceram necessárias para que a arrecadação desta mesma contribuição, fosse feita sem se experimentassem as fraudes antecedentes, nem tivessem lugar, os empenhos dos poderosos, a favor de reos com prejuízo notável a fim da Fazenda Real como do Bem Commum dos Vassallos de S. Mag.”²²⁵

²²⁵ AHU_Bahia (Castro e Almeida), Cx. 12, D. 2100. Cd. 2

O estudo dos protestos, revoltas, motins e contestações na época moderna não pode ser analisado separadamente dos respectivos contextos locais e gerais. Sendo assim, este último capítulo somente pôde ser pesquisado após o entendimento dos anteriores.

Existem inúmeras formas de se protestar a favor do que os reivindicadores exigem. Podemos dizer que a forma pela qual um dado grupo se manifestava vai depender de diversos fatores, alguns deles como: a heterogeneidade do coletivo, o poder dos mesmos, seja político e/ou econômico, e a conjuntura propícia, tanto em âmbito micro, como em macro.

Assim, ao invés de uma revolta com o típico teatro barroco, ou um motim onde, em geral, o governo local sofre uma pressão mais direta, chegando mesmo à substituição de um governador geral, à destruição de alguma instituição pública, e a tomada do prédio da Câmara pelos amotinados, o protesto que aqui apresento possui algumas características específicas, que se diferenciam das demais rebeliões da época moderna.

Não quero dizer com isso que a singularidade e a especificidade do protesto sejam únicas no tema analisado. Era bastante comum que se recolhessem assinaturas em prol de alguma reivindicação. Tal estratégia política se deu tanto na América, com inúmeros requerimentos dirigidos quer ao Rei, quer aos membros da governação local, como na Europa, estas também com o mesmo caráter e práticas semelhantes.

Sendo assim, este capítulo dividido em quatro partes procurará, em um primeiro momento, retomar algumas revoltas que ocorreram na região da Bahia de Todos os Santos, berço do protesto aqui estudado. Através delas, podemos ter o panorama de uma cidade bastante ativa, com uma população presente não somente nas festas santas, mas durante todo o ano, uma típica sociedade urbana. Através da retomada dos protestos que já haviam passado pela Bahia, podemos chamar atenção para o estudo, comparando e demonstrando suas especificidades e suas continuidades nos rituais que já eram bem conhecidos por aquela população.

No segundo tópico do capítulo, procuraremos reconstituir a organização do protesto, como ele se deu, que grupo social estava envolvido, quem eram estes homens e sua importância naquela sociedade, qual a reivindicação, o que os motivou a protestar, finalizando com as consequências de tal ato. Assim, a terceira parte do capítulo complementa a segunda, pois trata da descoberta do protesto pelas autoridades competentes, fala do inquérito para averiguar quem eram os culpados, da prisão do

único homem que fora considerado responsável pela reivindicação e seu envio para Lisboa, diretamente do Tribunal da Relação da Bahia para o Desembargo do Paço, onde ele deveria ser julgado em última instância pelos seus magistrados.

A última parte mostra os resultados e as conseqüências do protesto contra o Donativo Voluntário. Fala das mudanças estabelecidas por Sua Majestade, o Rei D. José I, juntamente com seu Secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, naquele momento o homem que se tornara mais influente junto ao Rei, em meio ao caos pelo qual Portugal passava após o Terremoto que acometeu Lisboa.

Um estudo diferente, um tema novo, mas repleto de reflexões que pululam atualmente na historiografia. Este trabalho, longe de ser altamente original, faz parte de um aglomerado de questões sobre o período do reinado de D. José I, a instigante governação de Sebastião José de Carvalho e Melo, e sobre a sociedade da segunda metade do século XVIII, momento de mudanças no pensamento, na ciência, e nas artes de governar.

1. Revoltas, Motins e Protestos na América: Uma Tradição Rebelde na Bahia?

A Bahia de Todos os Santos, como já vimos, era a principal capitania no período do Terremoto de Lisboa. Desde sua mudança de Capitania Hereditária para Capitania Real²²⁶ em 1548, ela se torna o centro administrativo mais importante da América Portuguesa. É estabelecido o Governo Geral. Para a América, inúmeros colonos partem em busca de melhorias nas condições de vida, enriquecimento, religiosos vem para propagar a fé Católica, especialmente com a Reforma protestante e as novas premissas do Concílio de Trento no que diz respeito a angariar novas almas para a Igreja.

Consequentemente ao estabelecimento de pessoas cuja cultura era bem diferente da qual os ameríndios que aqui se encontravam estavam acostumados, veio a

²²⁶ TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. São Paulo, Editora UNESP; Salvador, 2001.

insatisfação dos primeiros habitantes da América. Muitos índios eram aldeados pelas irmandades religiosas que aqui se estabeleceram, sobretudo pela Companhia de Jesus. Ao mesmo tempo, os colonos que aqui se estabeleciam viam na mão-de-obra indígena a solução para seus problemas, já que o tráfico negreiro ainda não ocorria com tanta força, e a mão de obra indígena era muito mais barata. Assim, muitos índios começaram a ser aprisionados nos primeiros anos, e mesmo durante todo o século XVI na Bahia de Todos os Santos, como também em diversas outras regiões da América.

A cultura ameríndia era muito diferente, e é lógico que a animosidade inicial dos colonos com os índios não durou muito com a o trabalho compulsório. Assim sendo, nas primeiras décadas de colonização, inúmeras foram as revoltas indígenas contra seu aprisionamento. Dentre as práticas mais comuns destas contestações eram as fugas em massa, já que aqueles homens conheciam muito bem a terra, os seus perigos e as suas virtudes, queima da lavoura, suicídio coletivo, etc.

Muitas vezes, os missionários se juntavam a esses indígenas contra os colonos, fazendo assim com que eles tivessem uma força a mais tanto localmente como frente à Coroa. O fato de a Coroa modificar as suas decisões sobre a escravização indígena, oscilando sempre entre a permissão e a total proibição deste tipo de escravização, também fazia com que aqueles índios e aqueles missionários se unissem em protesto. Esses protestos eram bastante freqüentes, mas tinham um caráter muito diferenciado daqueles comandados por colonos portugueses. Os objetivos também eram claros, nenhum homem queria ser escravizado. Na maioria das vezes a escravização indígena era feita entre membros da mesma tribo, e que possuíam o mesmo idioma. Assim, diferentemente das revoltas escravas, era muito mais fácil para os ameríndios se unirem contra uma pequena parcela da população portuguesa que se encontrava ainda nos primórdios da ocupação do território americano.

Diferentemente dessas manifestações sem caráter de organização mais efetiva, existiu no final do século XVI na Bahia, uma contestação com características muito peculiares. Dentro de uma fazenda canavieira, os índios que lá se encontravam como trabalhadores formaram uma religião própria baseados tanto nos ritos católicos como nos ritos indigenistas.

A Santidade de Jaguaripe na Bahia criou uma liturgia própria e tinha a proteção do senhor de engenho que abrigava aqueles homens, Fernão Cabral, que era fidalgo.

Segundo Ronaldo Vainfas²²⁷, as cerimônias eram regadas a ervas aromáticas, chás alucinógenos e transes espirituais. Estátuas de barro foram feitas, imitando os santos católicos. Elas eram adoradas e a elas era pedido que esses homens alcançassem a “Terra sem mal”, um local onde só haveria bonança, fartura e não haveria escravização. Tudo cairia bem se a seita ficasse restrita a fazenda na qual ela começara. Contudo, muitos índios escravizados fugiam para aquela fazenda, bem como os membros da seita começaram a praticar o vandalismo na área rural e posteriormente na área urbana. Queimaram roças, saqueavam e atacavam lojas. Começaram a crescer absurdamente, abrigando também escravos africanos fugidos. Para eles, dentro da fazenda não havia escravidão.

Obviamente essas últimas observações trouxeram insatisfação para os outros senhores de engenho vizinhos. Assim, os donos de terras e escravos e os membros da administração local se reuniram para repreender a seita. Muitos índios morreram, inclusive o “papa” da religião dele, um índio chamado Antonio, que teve ensinamentos jesuíticos. Fortemente repreendidos, foram considerados hereges e os mais importantes membros daquele clero foram mortos enforcados.

Mas nem somente de revoltas contra os colonos vivia a Bahia de Todos os Santos. No momento de maior crise política para Portugal durante a modernidade, os colonos na América defendiam seu território a todo custo. Inúmeros homens provenientes de outros territórios e vassalos de outros reis queriam garantir seu pedaço de terra e riquezas do novo mundo. Assim, mas diferentemente de Pernambuco, a Bahia fora ocupada pelos Holandeses que pretendiam criar uma colônia neerlandesa em terras americanas. Chegaram a se estabelecer, mas os colonos, juntamente com as primeiras tropas de linhas que se instalaram na América, se juntaram e guerrearam entre 1624 e 1625. Vitoriosos, expulsaram os holandeses do território, dando vivas a Sua Majestade, e reafirmando a lealdade do território ao rei espanhol.

Outro tipo de revolta muito importante no período e que causava um medo espantoso nos membros da administração local e na Coroa era a revolta de soldados dos terços. Na Bahia existia o Terço Velho e o Terço Novo. Os soldados deveriam ser pagos em parte com os impostos arrecadados pela câmara, e em parte pela Coroa. O pagamento dos soldos sempre estava atrasado, mas muito pior que os salários, era a falta de ração para alimentar aqueles homens. Outro fator que ajudava

²²⁷ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

na insatisfação era a falta de armamento e de fardas para que aqueles homens trabalhassem. Andar com uma farda do Terço de sua Majestade era dignificante e muitos homens, apesar de tentarem fugir do recrutamento obrigatório, viam no serviço militar uma das poucas chances de viver conforme as premissas daquela sociedade. Entretanto há momentos em que a fome fala mais alto. Especialmente quando se estava em paz, aqueles soldados eram esquecidos por grande parte da população. Seu principal objetivo era proteger o território do perigo externo, mas garantiam também a proteção de perigos internos que pudessem ocorrer, tais como revoltas de índios e escravos africanos, ou mesmo colonos.

Houve na Bahia duas importantes revoltas do Terço Velho, uma em 1688 e outra em 1720. Segundo Fernando Pitanga²²⁸, os membros do Terço Velho, insatisfeitos com o atraso de nove meses dos seus soldos, se aproveitaram da doença do Governador Matias da Cunha para se amotinarem, pois os membros considerados mais importantes daquela sociedade estavam em uma reunião para decidirem quem iria substituí-lo. Assim, os soldados se armaram e ameaçaram a população local. Eles prometiam saquear a cidade, especialmente a casa dos membros da Câmara, caso não recebessem o soldo em um prazo máximo de um dia. Eles não foram atendidos, e a violência se instaurou. Durante três dias a cidade foi saqueada, as mercadorias apreendidas, e vinte homens foram mortos em conflitos. A Câmara então decide pelo pagamento dos soldos e promete o perdão a todos os envolvidos. O perdão não é cumprido, e o então Governador, Câmara Coutinho, castigou severamente os envolvidos.

Já o motim de 1720 teve o apoio também dos membros do Terço Novo, mas além dos motivos já existentes da carência pela qual viviam, protestavam contra o rigor do Ouvidor do Crime e da Justiça Militar. A disciplina implementada nos soldados de patentes menores se resumia à violência gratuita por parte do oficialato. Mais de 300 soldados se reuniram para atacar o magistrado. O Governador tentou persuadi-los, mas suas reivindicações eram firmes. Eles exigiam a libertação dos soldados presos, e a absolvição de todos, inclusive dos sublevados. Mais uma vez o governador promete mais não cumpre. Assim, infiltrando espiões dentro do Terço Velho, os oficiais prenderam diversos suspeitos, sendo vinte e três deles condenados severamente, e dez deles condenados à morte.

²²⁸ PITANGA, Fernando. Gente de pés ligeiros A situação de penúria das tropas coloniais multiplicava as deserções e justificava rebeliões como as do Terço de Salvador nos séculos XVII e XVIII, In: Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, nº 13, 2006.

Outro tipo de Revolta bastante freqüente foi a revolta escrava. Como exemplo podemos citar a revolta dos Jejes em 1691, e os motins de negros em Camamu e Maragugipe. Com relação a esses últimos, os habitantes dos quilombos invadiram a vila de Camamu, na Bahia. Segundo Lara de Melo dos Santos²²⁹, os saques, as invasões e os roubos foram grandiosos e atraíram outros escravos que lá se encontravam. Assim, o tamanho do protesto aumentou consideravelmente com novos adeptos inesperados, já que se uniram escravos africanos, e escravos nascidos na América, os chamados criolos. Infelizmente as etnias se desentenderam quanto a resolução da liderança, e o perdedor denunciou o levante às autoridades. Assim, elas promoveram o desarmamento dos escravos, e acabaram com os quilombos.

As revoltas contra os impostos também eram velhas conhecidas dos baianos. A Revolta do Maneta, por exemplo, protestava contra o tributo do sal, e dos escravos africanos. Assim, o comerciante João de Figueiredo da Costa – o maneta - e Lourenço de Almada – Juiz do Povo comandaram a sublevação que se iniciou com a distribuição de cartazes pelas ruas de Salvador. Como nas demais revoltas, houve saque, depredação de patrimônios, em especial daqueles que detinham o monopólio do contrato do sal. Com final feliz, a revolta teve suas reivindicações atendidas. As taxas sobre o sal e sobre os escravos voltaram ao antigo valor.

Empenhados com a vitória, os mesmos homens da revolta do maneta um pouco depois, constituíram o “motim dos patriotas”. Através dele, aqueles homens reivindicavam a ajuda baiana aos cariocas contra a invasão dos corsários franceses. O Governador desta vez não perdoou o motim, e a punição fora muito mais grave. Os principais membros da contestação foram açoitados em praça pública, pagaram multas e sofreram o degredo para a África.

Podemos citar ainda outras revoltas na Bahia, tais como a Revolta contra o Ouvidor e a cobrança do Quinto em Jacobina, em 1725, os Furores Sertanejos que chegaram a alcançar a parte sul da Bahia, em 1736, e inúmeras outras guerras bárbaras que se sucederam. A escolha pelas revoltas aqui explicitadas teve como objetivo principal explicitar os diversos tipos de contestações e as diversas práticas que aquela população conhecia.

Outras inúmeras rebeliões vão conhecer o palco da Bahia após o período estudado nesta dissertação, como, por exemplo, a muito conhecida Conjuração Baiana.

²²⁹ SANTOS, Lara de Melo dos. *Resistência Indígena e escrava em Camamu no século XVII*, Salvador, UFBA, Dissertação de mestrado, s/d, (mimeo).

Contudo é importante salientarmos que este tópico procurou adentrar somente nas revoltas anteriores ao estabelecimento do subsídio. Acreditamos que os exemplos das conspirações passadas, agregadas a novas práticas e concepções de reivindicação, inspiraram aqueles homens a instituírem um abaixoassinado ao invés de um dos outros quaisquer tipos de disputas políticas. Assim, verificaremos a seguir a tão esperada contenda.

2. O abaixo-assinado contra o Donativo:

Ainda no tempo do estabelecimento do donativo para a reconstrução de Lisboa, foi possível identificar uma não concordância com o alto valor a ser pago, principalmente pelos grandes negociantes da Bahia. Como demonstrado no capítulo anterior, os próprios procuradores, escolhidos pela “nobreza e povo” de Salvador discutiram e discordaram do valor de 3 milhões de cruzados. Tal descontentamento representava a opinião de uma parte muito importante daquela população, os Homens de Negócio.

Através da Devassa, foi possível reconstituirmos o passo a passo da fabricação do abaixo-assinado contra o valor do Donativo. É o que procuraremos demonstrar neste tópico. Esta é uma parte extremamente importante da análise historiográfica. Admitimos que o método de análise vai ao encontro do demonstrado por Hansen²³⁰, especialmente no que diz respeito à retórica barroca. Não é nada fácil reconstituir os fatos históricos através de depoimentos de pessoas que estão envolvidas diretamente com a questão, ou que conhecidos estão envolvidos. Sabemos que diversos são os argumentos para escapar de uma condenação, entretanto ainda sim, acredito ser possível reconstituir o palco do levantamento de assinaturas.

O advogado Pedro Nolasco Ferreira foi considerado o principal culpado pelo que os membros da administração chamaram de “papel sedicioso”. Sendo assim, é de fácil compreensão que este personagem tenha tido papel central na arrecadação de

²³⁰ HANSEN, João Adolfo. “A Murmuração do Corpo Místico”, In: *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004

assinaturas contra o Donativo Voluntário. Como vimos no capítulo anterior, Pedro Nolasco estava presente no momento em que se votou nos procuradores do donativo, homens responsáveis pelo estabelecimento do mesmo. Assim sendo, o bacharel fazia parte dos elegíveis para a Câmara, e sua atuação era presente na cidade de Salvador.

Entretanto, como parece, a idéia não partiu do bacharel em direito. O Homem de Negócio Salvador Pereira Santos, fabricante de água-ardente, um dos produtos taxados pelo donativo, começou a pensar em uma forma de se ver livre, ou de diminuir tal tributação. Conversando com seus pares, chegou à conclusão de que deveria fazer uma petição e enviá-la diretamente ao Rei. Tal petição teria a assinatura dos Homens de Negócio mais importantes da Bahia Setecentista, bem como de alguns outros homens importantes daquela sociedade. Seus amigos também lhe aconselharam a procurar um homem letrado, capaz de escrever um documento digno da importância do remetente. Indicaram Pedro Nolasco Ferreira, pois este:

(...) que sendo chamado a Câmara dez assim cidadãos por cartas, havia de impor o donativo, Lá se lhe não declarar o fim para que erão chamados, sahindo eleitos com o sairão aquellez que havião de obdecer como obedecerão a qualquer superior impulso, e isto mesmo disse o dito adeogado Pedro Nolasco A elle testemunha prezente outras pessoas de que se não lembra, em cuidar o (?) que foi a sua Caza a ver Se eu havia feito o dito papel ou Requerimento, mostrandosse escandalizado do que se havia passado na Câmara, e que como Lá lhe não havião dito o que querião, porque elle lá também se havia achado, lhe viera como dito Requerimento a cahir a sopa no Mel, e que por isso fazia Gosto em fazer o tal Requerimento²³¹

Dentre seus amigos, estavam Pedro Alvarez da Silva e Francisco Gomes Lopez, os dois também fabricantes de água-ardente. O mais interessante no que diz respeito ao depoimento de Salvador Pereira, é que seus comparsas não têm seus nomes no abaixo-assinado e tão pouco eles são chamados a depor. Dois poderiam ser os motivos. O primeiro é que Salvador queria se livrar da acusação de ser o único mandante do papel sedicioso, e o outro motivo é que eles poderiam ser inimigos do autor, e desta forma ele denunciava aqueles a quem não queria bem.

Salvador Pereira vai de casa em casa buscar assinaturas dos homens que ele acreditava que contribuiriam com o protesto. O advogado Pedro Nolasco acompanhava o homem de negócio baiano. Não somente porque estava sendo pago, no valor de oito mil cruzados, mas também porque, segundo as testemunhas, era contrário a arrecadação.

O abaixo-assinado seria mandado através da nau da Licença ao reino, diretamente ao Rei D. José I. Aqueles homens acreditavam na lealdade e bom governo

²³¹ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 17, Doc. 3039

de seu Rei. Segundo os mesmos, os homens errados eram os procuradores, e não o Rei por ter pedido o donativo, afinal, o Rei não tinha como saber a situação “precária”, segundo os comerciantes, ao qual a população americana passava.

Ao mesmo tempo, eles se contentavam com uma diminuição do donativo, caso não fosse possível a abolição do mesmo. Sentiam profundamente as perdas irreparáveis da cidade de Lisboa e do Monarca, mas também se preocupavam com o seu futuro econômico, já que as transações comerciais poderiam parar, e haveria uma escassez de mercadorias, de bens, de dinheiro em espécie e uma crise econômica forte com o advento do sismo e com a diminuição da produção de ouro das minas, que já se mostrava.

Uma das coisas mais importantes a se ressaltar é que havia um grupo social específico trabalhando no movimento, ou seja, seu caráter não era popular. Dos vinte homens que assinam o documento, dezoito deles são Homens de Negócio estabelecidos na praça de Salvador, uma das mais importantes do período. Ser “Homem de Negócio” significava muito naquele período, pois nem todos os comerciantes poderiam ser chamados desta forma. Esses homens eram os detentores do comércio ultramarino. Normalmente eles eram possuidores dos seus próprios navios, o que demandava um custo imenso, ou seja, eram muito ricos e dispunha de enormes somas a serem aplicadas antes do recebimento do lucro provindos das trocas comerciais. Também eram homens de investimentos, usurários que emprestavam dinheiro aos senhores de engenho, e a outros comerciantes, mercadores, caixeiros, etc.

Na Bahia de Todos os Santos, como nos aponta Rae Flory²³², estes comerciantes comumente compravam engenhos. Além de constituir mais uma fonte de renda, a posse de terras era um importante fator nobilitador. A grande maioria era português, proveniente de Braga, do Porto, e vinham para fazer carreira no ultramar. Procuravam se casar com filhas dos senhores de engenho a fim de fazer alianças tão comuns na modernidade. Caso não casassem, a herança ficava com um protegido, que comumente era um sobrinho e que também vinha do reino. A carreira do sobrinho muitas vezes se iniciava como caixeiro viajante, passando a Homem de Negócio no momento do recebimento da herança. Após a subida no patamar hierárquico desse grupo social, a retomada ao patamar inferior era considerada uma perda irreparável.

²³² FLORY, Rae. 1983.

Abaixo organizei uma tabela com os nomes dos homens que assinaram a petição, sua profissão, se possuíam ou não algum título de nobreza, se eram membros da governação, se possuíam uma importante influencia local e a idade dos mesmos.

Participantes do Protesto	Profissão	Nobreza	Membro da Governação	Nível de influência local	Idade
Salvador Pereira Santos	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	42
Manoel Antunes de Abreu	Homem de Negócio	Não possui	Revisor geral dos Contos	Alto	37
Francisco Vieira da Silva	Militar	Privilégios de militar de alta patente	Capitão	Alto	34
Francisco Gomes Lourez	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	52
Jacomo José de Seixas	Homem de Negócio	Privilégios de militar de alta patente	Capitão da Coroa	Alto	57
Manoel João Vianna	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	50
Manoel Diaz	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	60
Franco di Senna Ferreira	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	49
Antonio Ribeiro	Advogado	Não possui	Juiz de Fora	Alto	36
Ignácio José Cardial de Figueiredo	Advogado	Não possui	Não, mas elegível	***	37
João Diaz Guimarães	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	68
João Baptista de Faria	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	50
Manoel de Almeida	Militar	Cavaleiro da Ordem de Cristo	Capitão	***	44
João Manoel de Souza Lobo	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	34
Francisco Ribeiro Mendes	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	53
Pedro Gomes Caldeira	Homem de Negócio	Privilégios de militar de alta patente	Capitão	***	50
Domingues Rodrigues da Costa Braga	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	53
José da Costa Braga	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	57
Manoel Ferreira dos Santos	Homem de Negócio	Não possui	Não, mas elegível	***	46
Pedro Nolasco Ferreira	Advogado	Não possui	Homem Bom	***	35

Como podemos observar na tabela acima, apesar de o Homem de Negócio Salvador Pereira procurar angariar assinaturas nos mais diversos estratos da sociedade baiana, foram sobretudo os Grandes Comerciantes que aceitaram assinar a petição. Eles sempre foram os principais responsáveis pela arrecadação de impostos, sustentando a malha administrativa e doando remessas emergências em troca de favores, reconhecimento e, quem sabe, um título ainda que nos menores patamares do segundo estado.

3. A Devassa: inquérito, prisão e envio do Advogado Pedro Nolasco para Lisboa:

Descoberto o abaixo-assinado pelo Vice-rei Conde dos Arcos, o mesmo pede para que o Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, o Doutor Sebastião Francisco Manoel, abrisse inquérito para descobrir os culpados pela sedição. Vários eram os motivos para que se encontrasse o culpado e punissem os responsáveis.

A devassa sobre o subsídio se inicia com a acusação prévia do Advogado Pedro Nolasco. É interessante como o juízo de valor sobre o bacharel em direito é uma constante. O que a documentação aparenta é que somente Pedro Nolasco tinha “maquinado” contra o donativo sendo, portanto, o único que pagaria tal abuso.

(...) constar a Sua Magestade que hum adevogado desta Cidade, chamado Pedro Nolasco, mosso inquieto, intrépido e atrevido, tinha nella maquinado, Contra o Donativo Real imposto nesta mesma Cidade e Sua Capitania com hum papel decisivo, que ando publicando e assinando pela Coroa e para se averiguar este facto (...)²³³

Pedro Nolasco não participa dos inquéritos da Devassa, sendo que a única informação que obtivemos sobre seu paradeiro no momento era de que ele se encontraria na prisão da cidade.

Exactamente, Seo dito Pedro Nolasco, tinha com efeito maquinado com o dito papel sedicioso, contra o Real Donativo, e se andava preso, ou por interpostar pessoas, publicando e assinando pelas cazas, com todas mais circunstancias e factos, que vale feito desta matéria tivesse ouvido.²³⁴

Conforme os depoimentos são registrados, se observa que os homens que tentavam escapar da acusação de participantes do abaixo-assinado citavam o advogado como sendo o único responsável pelo documento com relação à taxaço da água ardente da terra. Não encontramos referência que afirme com certeza que o advogado possuía negócios relacionados a tal produto. No entanto é fácil observarmos que havia uma ligação entre o mesmo e os homens de negócios do local, demonstrando as redes de amizade presentes na sociedade de Salvador.

(...) e disse que a respeito do Requerimento para as agoas ardentes que se fizera o adevogado Pedro Nolasco Ferreira, entre outras pessoas a quem elle testemunha o levou para asinarem como dito vem, o levou também ao Coronel João Mello de Araújo e (?restante do sobrenome), (?) depois de ver, não quis asinar, desculpandose de estar doente, a que primeiro queria falar ao seu (...)²³⁵

Além do abaixo-assinado contra o imposto da água-ardente, há indícios que outro documento fora maquinado contra a taxaço da carne de gado. Esse produto era bastante comercializado pela Igreja na América, especialmente pelos jesuítas, que devido a sua condição privilegiada tinha isenções fiscais sobre tal comércio. Como já tratamos no tópico sobre fisco, o subsídio podia ser estabelecido inclusive entre os

²³³ Idem.

²³⁴ 03/11/1757, Bahia, Auto da Devassa feito para averiguaço dos fatos de que era acusado o advogado Pedro Nolasco, cx. 017, Doc. 3039 (anexo ao 3035), cd: 002 – Castro e Almeida.

²³⁵ Idem.

setores sociais que eram isentos de tributos, devido ao seu caráter emergencial. Contudo, podemos notar, que por mais que o abaixo-assinado contra o tributo das carnes tenha de fato ocorrido, os clérigos não chegaram a ser responsabilizados por tais atos, e o documento jamais chegara às mãos do monarca (talvez pela conjuntura de perseguição aos homens de negócio que a justiça de Salvador estabelecera, os clérigos tenham tido receio de continuar a empreitada do abaixo-assinado).

(...) virão a esse respeito hum papel ou Requerimento na mão de Seu amo Mauro Fernandes Maciel cujas letras lhe parecia ser Franco de Senne, ou serião também do escrevente do adevogado Pedro Nolasco por serem as letras dele e outro muito semelhantes, e entende elle testemunha que a materia do dito papel, ou Requerimento foi em parte definida pelo dito seu amo disse que no tempo que o anno pasado se estabeleceu o Donativo, ouviu somente dizer que os Padres da Companhia fizeram um papel ou Requerimento a Respeito do Donativo que se impunha nas carnes (...)²³⁶

A proposta do abaixo-assinado era de encaminhar ao rei as assinaturas dos homens de negócios de Salvador que entendiam que o estabelecimento do subsídio havia sido injusto. Isto não significa que esses homens não tinham consideração pela capital do Reino e pelo Monarca, mas como já salientamos, o valor incidido era grandioso, e o tempo estabelecido não favorecia a aceitação dos membros da elite local. Pedro Nolasco serviu de bode-expiatório, como comumente acontecia na punição das revoltas e contestações do barroco. Certamente não tinha sido somente ele que encabeçava o protesto contra o valor do subsídio, mas como demonstramos, foi considerado o único culpado. O fato de apenas um indivíduo ser punido pelo documento é de fácil compreensão. Se partirmos do pressuposto de que os assinantes pertenciam à elite local, e de que a sociedade do Antigo Regime era marcada pela diferenciação dos homens enquanto sua importância (com relação a sangue, e nessa época também à riqueza), caso todos os componentes tivessem sido punidos, haveria uma grande crise na Bahia setecentista. Não somente esses homens iriam se revoltar, mas com eles, iriam todos aqueles que de certa forma possuíam privilégios adquiridos há gerações. Tão pouco, deixariam de participar os clérigos, já que sua presença nas revoltas era muito mais freqüente do que se imagina.

As testemunhas da devassa sempre tentam se salvar de uma possível condenação.

²³⁶ Idem.

Todavia, algumas cautelas podem ser observadas. A primeira cautela diz respeito a tentativa de se livrar de uma possível acusação. Assim, se o nome delas constar no abaixo-assinado, comumente eles afirmam não saber do que se tratava o papel sedicioso, ou então que não vira maldade alguma na elaboração do pedido a Sua Majestade.

Como exemplo veremos:

E perguntado elle testemunha pello conteúdo no auto desta diligencia disse que só sabe que o advogado Pedro Nolasco Ferreira fez hum Requerimento escrito por Letras do Seu escrevento a respeito do Donativo das agoas ardentes no qual assinarão alguas pessoas que têm alambiques e assinou também e elle testemunha pella razão de o ter elle dado o dito Requerimento para o assim o Sr. Salvador Pereira Santos o qual lhe disse que o mandaria para Lisboa, porem não sabe porque via (...) ²³⁷.

A testemunha do documento acima era Manoel Antunes de Abreu, importante negociante e mais que isso, era Revisor Geral dos Contos de Salvador. Este homem possuía uma influência incrível na sociedade daquele período. Uma acusação daquela gravidade poderia ocasionar não somente a perda do seu cargo de Revisor, como a ruína de seus negócios, muitos deles feitos através do próprio cargo. Ao mesmo tempo, quanto maior a influência dos homens naquele período, mais eles precisavam de suas relações pessoais. Assim, ele acusa diretamente o advogado Pedro Nolasco, e diz ter assinado por influência direta de outro homem importante no período, o Negociante Salvador Pereira Santos. Desta forma ele se livrava da responsabilidade de ter mancomunado juntamente com os outros negociantes, bem como tira sua capacidade de análise do documento, já que uma pessoa próxima o teria influenciado.

Assim como Manoel Antunes de Abreu, outros muitos o fizeram, tirando a responsabilidade de participar de uma “conspiração” contra o Donativo que seria entregue para Sua Majestade, a pedido da mesma.

A segunda cautela, bastante utilizada por aquelas testemunhas era a afirmação de que nada sabiam. Muitos homens importantes inclusive negaram que a assinatura que constava no abaixo assinado fosse sua. Muitos deles falavam que ouviram dizer, mas que não tinham exatidão de nenhuma noticia sobre o pedido de cessar o pagamento do donativo.

Manoel João Vianna, um dos mais influentes negociantes de Grosso Trato da Bahia setecentista foi uma das assinaturas que negou sua presença. Segundo o

²³⁷ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 17, Doc. 3039

negociante: “disse que não sabe nem ouvirão dizer couza alguma do que cotem o auto²³⁸”. A influência deste personagem era tão grande no período, que o mesmo não fora chamado novamente para depor, sendo inocentado no mesmo momento ao qual prestou depoimento.

Outra forma de fugir de uma acusação era afirmar que o texto que pediu para cessar o pagamento do donativo e que se encontrava juntamente com as assinaturas poderia ter sido colocado após aqueles senhores terem assinado.

A devassa é finalizada com a resolução de encaminhamento do bacharel Pedro Nolasco Ferreira para Lisboa, onde o mesmo seria encaminhado ao Desembargo do Paço. Assim:

Recebi a bordo da Nau de guerra Nossa Senhora das Brottas a Pedro Nolasco Ferreira Peres prezo por ordem de Sua Majestade e conduzido pello Juiz de Fora da cidade da Bahia João Ferreira Bittencourt e Sá, o qual entregarei na cidade de Lisboa a Ordem de Sua Majestade²³⁹

O advogado fora preso por e em nome de Sua Majestade o rei D. José I. Mas a que conclusões o rei chegou quando soube do ocorrido na Bahia? Veremos a seguir.

4. Resultados: Entre Mortos e Feridos, Salvaram-se todos:

Com a Devassa estabelecida e com os depoimentos das testemunhas juramentadas com as mãos nos Santos Evangelhos, um responsável foi encontrado. O advogado Pedro Nolasco Ferreira fora preso, julgado e condenado como responsável pelo abaixo-assinado contra o Donativo para reconstrução da Mui Leal cidade de Lisboa. Muito mais que ser responsabilizado, a condenação do bacharel representou um exemplo a não ser seguido.

²³⁸ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 17, Doc. 3039

²³⁹ Idem.

O Exemplo era muito comum nas conclusões das sedições e revoltas da época moderna. Era através de um “bode expiatório” que se punia um individuo para que os demais não repetissem os protestos.

Remetto a V. Ex^a a diligencia incluza que me foi possível fazer na forma da portaria de V. Ex^a. e cópia do Cap. Da carta do Secretario de Estado Thomé Joaquim da Costa Corte Real, que vão “enfrentada” na mesma deligencia, sobre o haver maquinado o Advogado Pedro Nolasco, contra o Donativo, com hum papel sedicioso q andava publicando e assinando pellas cazas.

Como nota pela referida deligencia que o dito adevogado fizera com hum papel, ou requerimento sobre o Donativo da agoas ardentes da terra e que por varias pessoas o andava assinando e Salvador Pereira Santos, este que he hum das testemunhas que depõem em duas partes e veyo “della” “favorecia” em outra (?) que procurava (?) Advogado para ho fazer que nelle se erguê a de menos livre a imposição do mesmo Donativo e que (?) advogado se mostrava escandalizado do q (?). se havia passado Câmara, e que por isso fazia gosto em fazer o tal requerimento. Há também indícios de que o mesmo advogado compozera, ou concorrera para a fação de outro (?) do dito Donativo. Também carta (?) Victoriano Barboza Real depõem que conhecera o dito advogado bem escandalizado do estabelecimento do dito Donativo ou forma com que simpoz mostrandose gostoso e empenhado em fazer ou requerimento ou requerimentos. (?) Pedro Barboza Pereira assenta em que o dito Advogado faria outro papel segundo ouvio, por ser o que conhece mais ezato para essas couzas. He o que em sustencia alcanço de (?) a q me remetto V. Ex^a. mandará o que for servido.²⁴⁰

Enquanto os Homens de Negócio da Bahia se livraram das acusações o advogado Pedro Nolasco era enviado a Portugal. Contudo algo mudou profundamente após o envio do preso para Lisboa.

O rei D. José I resolve que o donativo na região da Bahia deve ser estabelecido de outra forma para que os seus súditos mais fieis não passassem por necessidades. Assim, escreve uma ordem para que a Câmara da Bahia abrandasse a taxaço do donativo. É importante salientar que o valor grandioso, de 3 milhões de cruzados não é modificado. Essa informação é bastante frisada na documentação. Contudo a forma de arrecadação é modificada, passando a ser cobrado um valor menor anual.

Ora, sabemos através do documento de D. João VI, quando o mesmo vem para o Brasil, que o donativo para reconstrução de Lisboa ainda era cobrado no ano de 1808. Portanto, o valor de 3 milhões de cruzados foi somente uma parte da imensa arrecadação que este tributo proporcionou. Ao mesmo tempo, os comerciantes pagavam a reconstrução de Lisboa duas vezes, pois tinham que pagar nas alfândegas da América

²⁴⁰ AHU_ Bahia_ Castro e Almeida, Caixa 17, Doc. 3038.

e pagar novamente por qualquer entrada nas alfândegas de Portugal, os 4% sobre qualquer produto que entrasse em terras portuguesas, estabelecido por Pombal.

Como sempre foram os Grandes Comerciantes os grandes responsáveis pela arrecadação do tributo. O fato de o rei ceder em certo ponto às reivindicações dos Homens de negócios baianos e ao mesmo tempo não voltar atrás na resolução do valor estabelecido pelos procuradores eleitos demonstra a imensa habilidade política do período. Ele soube arditamente contentar ambos os grupos que estavam em disputa, e isso em um período de fragilidade extrema. É provável que Pombal tenha aconselhado o rei para que desse algum benefício para os grandes comerciantes. Prova disso está na instituição da Real Junta de Comércio, onde pelo menos cem dos Homens de negócios mais importantes da Bahia fizeram sua matrícula.

Como verificamos neste último capítulo, não é nada fácil estabelecer um novo imposto na época moderna. Diversas revoltas que perpassaram a América Portuguesa tinham como principal reivindicação a diminuição e/ou a supressão de um tributo. Não foi de forma diferente com o estabelecimento do Donativo para reconstrução de Lisboa.

Apesar do seu caráter temporário, ele durou muito mais que os 30 anos estabelecidos.

Como pudemos observar neste capítulo, seu estabelecimento também não foi de fácil aceitação, e os grandes comerciantes se reuniram para protestar contra tal taxaço

que eles consideravam abusiva pelo contexto de crise econômica pelo qual passava todo o território português.

Verificamos também que, apesar das disputas políticas locais, do estabelecimento de um inquérito, uma devassa e uma prisão de um dos homens bons da cidade, o rei cede em algumas das suas premissas, renovando suas alianças políticas ao mesmo tempo em que faz novas.

Assim a política de Sebastião José de Carvalho e Melo não encontrou numeras ou significativas contestações na América, nenhuma que estremecesse os alicerces da política a qual estava implementando em todos os domínios portugueses. Pelo contrário, soube lidar com amigos e inimigos, poderosos e menos abastados. Hoje entendemos que não foi à toa que a política do período ficou conhecida como Pombalina.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A época moderna não é um todo igualitário. Ela deve ser estudada em cada contexto e observando a cultura de cada sociedade. Se não podemos falar em modernidade em Portugal da segunda metade do século XVIII, não podemos também

afirmar que somente houve manutenção das mesmas características do reinado de D. João V. Pombal arriscou o que considerava mais necessário e emergencial para a aceleração da economia e para as letras do período.

Pombal deixara muitos inimigos, e quando D. José I morre, é exilado em sua casa de campo pela Rainha D. Maria I. Segundo Boxer²⁴¹, talvez o secretário de Estado tenha sido um dos homens que mais suscitou controvérsias na política portuguesa. Seu objetivo em obter uma “mudança conservadora” do Estado Português não mexeria com a principal estrutura do Estado, capaz de modificar radicalmente a sociedade, a religião.

Portugal ainda demoraria muitos anos para chegar à modernidade e mantém ainda hoje, como o Brasil²⁴², características religiosas bem enraizadas. Segundo Gadamer²⁴³, não havia uma razão histórica para o período, pois as histórias que existiam possuíam em Portugal um caráter religioso, um fim conhecido que se aproximava sempre de um exemplo católico. Ao mesmo tempo a cultura oral ainda era predominante em Portugal, mesmo que caminhando a passos mais lentos para a cultura escrita²⁴⁴. Portanto podemos concluir que o período proposto para o estudo possui ainda as características mais tradicionais do Antigo Regime.

Sobre a cidade de Salvador e o estabelecimento do donativo várias conclusões podem ser retiradas. A primeira delas é a distinção da Câmara de Salvador se a compararmos com as demais sedes das capitanias na América. Enquanto nas demais regiões cada Câmara pôde estabelecer diferentemente o donativo para a reconstrução de Lisboa, na capitania da Bahia quem dita as regras é o Senado da Câmara de Salvador. Assim, o montante estabelecido em Salvador vai ser a soma de todas as Câmaras que se encontram sob a jurisdição do governo-geral da Bahia. Tal disposição demonstra o forte poder local que a cidade de Salvador e conseqüentemente sua Câmara possuíam naquela região. Por outro lado, sendo a cidade de Salvador a sede da Governação do Vice-Reinado do Brasil, mesmo que posteriormente ela mude para o Rio de Janeiro, a importância simbólica de sua Câmara continua, servindo como exemplo às demais do reino português no Atlântico, não somente na América, mas também na África.

A segunda conclusão é que o poder econômico da Bahia não diminui com a descoberta do ouro e pedras preciosas do final do XVII e princípios do XVIII. Enquanto

²⁴¹ BOXER, Charles R.. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

²⁴² SILVA, Candido. [Idem]

²⁴³ GADAMER, Hans-Georg. “Os limites da razão histórica (1949)”, In: __ *Hermenêutica em retrospectiva*, volume II – A Virada hermenêutica, Petrópolis, Editora Vozes, [s/d]

²⁴⁴ FURET, François e OZOUF, Jacques. [Idem]

as demais Câmaras estabeleceram o montante equivalente a cem mil cruzados por dez anos, Salvador estabeleceu três milhões de cruzados por trinta anos, o que equivale dizer um montante DEZ vezes mais que as demais capitânicas. Ainda que a Câmara de Salvador tenha dividido esta quantia entre todas as demais da Capitania da Bahia, o montante ao qual ela ficara responsável era infinitamente superior às demais instituições. Tal tributação comprova o alto poder econômico dos Grandes Comerciantes baianos, bem como demonstra uma ativa atividade mercantil nos portos de Salvador.

O terceiro ponto é que, apesar de ser um subsídio, imposto estabelecido pelos mesmos que irão sofrer a taxaço, as contestaçoes não cessam. Como bem lembra Antonio de Oliveira²⁴⁵, o fisco era o principal motivo das revoltas e contestaçoes. A elite baiana do século XVIII, que via seus privilégios diminuir a cada dia, tenta garantir os poucos direitos que lhe sobraram na prática. A reivindicaço era legitimada quando se descumprisse o pacto social demarcado entre o monarca e o povo²⁴⁶, símbolos da injustiça e do mau governo. Assim, pode-se concluir que o Senado da Câmara de Salvador era composto por homens de suma importância política e social da América Portuguesa, demonstrado pela quantidade de homens com importantes cabedais econômicos e simbólicos como os que pertenciam à nobreza, cavaleiros das ordens de Cristo, Avis e Santiago, e Fidalgos da Casa de Sua Magestade. A Composiço social dos homens bons da Bahia compreendia indivíduos que se encontravam em um patamar hierárquico mais considerável que muitas câmaras que existiam mesmo na Europa. Assim, a própria Coroa reconhecia a importância dos homens que se encontravam na governaço em Salvador.

Por último, mesmo com a mudança da sede da Governaçao para a cidade do Rio de Janeiro, e ainda que Salvador tenha perdido um pouco de sua luz, a cidade ainda era a mais importante politicamente e economicamente da região Nordeste da América, influenciando todas as regiões portuguesas na América e na África.

Não sabemos o que se sucedera com o término do inquérito do advogado Pedro Nolasco. Para isso teríamos que possuir acesso aos arquivos lusitanos referentes à justiça, realizando uma busca apurada na documentação em suas instâncias superiores

²⁴⁵ OLIVEIRA, Antonio. *Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1640*. Portalegre, 1989.

²⁴⁶ Povo aqui é entendido como aqueles que possuem direitos. Excluem-se os escravos, pardos, cristãos-novos, índios, etc. Mais tardiamente Pombal diminui essas diferenciaçoes dos indivíduos como, por exemplo, iguala a jurisdiço dos índios com a dos cristãos velhos.

na época como o Desembargo do Paço. Entretanto o fato de ele ter sido julgado e enviado a Lisboa como forma de exemplo a não ser seguido comprova a importância desse acontecimento para a sociedade de Salvador da época. Sabemos apenas por um documento do Arquivo Histórico Ultramarino que ele teria sido enviado a Portugal para a continuação de seu julgamento.

A devassa estabelecida por conta do abaixo-assinado demonstra mais uma vez a habilidade política e organizativa dos homens da época moderna, que não se distanciava em nada das práticas cotidianas em Portugal. Dentre as assinaturas e testemunhas que confirmaram sua participação na reivindicação, todos, sem exceção, são comerciantes. O Impacto fiscal que o subsídio voluntário acarreta, prejudica diretamente esse grupo social, especialmente no que diz respeito a taxaço da água ardente da terra. Ao mesmo tempo, podemos afirmar que tal grupo se encontrava presente nos cargos da administração local (a Câmara), o que demonstra que os comerciantes eram mais aceitos, especialmente na Bahia, e que mantinham relações de parentesco e compadrio com os senhores de terras bahianos.

Como Evaldo Cabral de Melo aponta²⁴⁷, os homens da elite portuguesa se sentiam atingidos com relação ao seu patrimônio, e exigem seus privilégios por conta do seu bom serviço, remetendo, muitas vezes, a acontecimentos bastante remotos. Por outro lado, a sensação de injustiça por parte desses homens não estava, nesse caso, relacionada diretamente com o Rei, e sim com a Câmara de Salvador. Esses últimos fatos são comprovados com a documentação da discussão na Câmara para o estabelecimento do subsídio, e com o caso de o abaixo-assinado ter sido preparado para ser entregue diretamente a D. José I.

Ao mesmo tempo, observamos um crescente descontentamento por parte dos habitantes da América em pagar os impostos, cada vez mais crescentes, à Monarquia Portuguesa. No caso do subsídio, esse elemento fora complicador, pois os súditos de Sua Majestade que protestam tinham absoluta certeza de que o rendimento não faria com que melhorasse as suas vidas. Pelo contrário, era mais um dos tributos pagos sem reconhecimento da lealdade prestada. Ao mesmo tempo podemos observar que mesmo em locais em que os membros da elite, composta tanto por comerciantes como por senhores de terras, possuem relações sociais íntimas, pode haver tensões.

²⁴⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª edição, 1997.

O século XVIII culmina em contestações de caráter separatista onde o auge são as Inconfidências. Ainda que esses homens não possuíssem a noção de Brasil, e não se vissem como brasileiros, constituintes de um bloco monolítico e homogêneo, no âmbito das localidades, o povo começava a se enxergar como mineiro, bahiano, carioca, etc. e a se apegar com maior zelo ao território da América, ainda que para enriquecer, ou para constituir uma nova sociedade.

FONTES PRIMÁRIAS

FONTES PRIMÁRIAS

- 16/12/1755, Lisboa, Carta Régia informando o ocorrido à Câmara da Bahia, AHU_Bahia, cx. 126, Doc. 9865, Cd: 018 – Bahia-Avulsos.

- 16/03/1756, Bahia, Vereação de quando abriu a carta com a notícia, AHU_Bahia, cx. 012, Doc. 2080 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 27/03/1756, Bahia, Eleição para Árbitros e Procuradores, AHU_Bahia, cx. 012, Doc: 2081 (anexo ao 2079), Cd:002 – Castro e Almeida.
- 30/03/1756, Bahia, Conferência da quantia a ser contribuída, cx. 012, Doc. 2082 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 01/04/1756, Bahia, Segunda Conferência, cx. 012, Doc. 2083 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 07/04/1756, Bahia, Resolução do Senado da Câmara quanto à contribuição, cx. 012, Doc. 2084 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 22/04/1756, Bahia, Declaração do novo donativo, cx. 012, Doc. 2085 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 02/05/1756, Pernambuco, Ofício do Governador explicando como as Câmaras de Recife e Olinda se organizaram para o pagamento do subsídio, AHU_ACL_CU_015, Cd. 009, Cx. 81, Doc. 6701.
- 08/05/1756, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira – Bahia, Aceitação e resolução da contribuição, cx. 012, Doc. 2086 (anexo ao 2079), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 14/05/1756, Bahia, Donativo oferecido pelos habitantes da Bahia, cx. 012, Doc. 2079, Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 05/07/1756, Vila do Príncipe, Carta manifestando disposição dos membros da Câmara em pagar o subsídio, AHU_Cons. Ultram._ Brasil/MG – Cd. Nº 20, Cx. 70, Docs. 7 e 8.
- 17/07/1756, São João d’El Rey, Informação sobre o estabelecimento do subsídio, AHU_Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cd. Nº 20, Cx. 70, Docs. 15 e 18.
- 24/07/1756, Mariana, Informação sobre a obtenção do subsídio, AHU_Cons. Ultram. – Brasil/MG, Cd nº 20, Cx. 70, Doc. 37.

- 05/09/1756, Bahia, Sobre a cobrança do donativo, cx. 013, Doc. 2297, Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 05/09/1756, Bahia, Cobrança do donativo, cx. 012, Doc. 2098, Cd: 002 – Castro e Almeida.
- Post. 1756, São Paulo, Agradecimento à Câmara pelo Rei, AHU_São Paulo_MGOUVEIA, cx. 21, Doc. 2060, Cd. Nº 003.
- 05/03/1757, São Paulo, Explicação por não ter organizado o subsídio prontamente, AHU_ACL_CU_023-01, Cd nº 003, Cx. 21, D. 2099, Mendes Gouveia.
- 24/08/1757, Bahia, Alteração da forma de cobrança do Donativo, cx. 016, Doc. 2851 (anexo ao 2850), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 25/08/1757, Bahia, Reforma e modificação do Donativo, cx. 016, Doc. 2852 (anexo ao 2850), Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 06/09/1757, Bahia, Nova Forma de cobrança do donativo, cx. 016, Doc. 2850, Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 03/11/1757, Bahia, Auto da Devassa feito para averiguação dos fatos de que era acusado o advogado Pedro Nolasco, cx. 017, Doc. 3039 (anexo ao 3035), cd: 002 – Castro e Almeida.
- 18/11/1757, Bahia, Ofício sobre a Devassa, cx. 017, Doc. 3038 (anexo ao 3035), cd: 002 – Castro e Almeida.
- 09/12/1757, Bahia, Protesto contra o pagamento do Donativo, cx. 017, Doc. 3035 e 3036 (2 vias) (anexo ao 3035), cd: 002 – Castro e Almeida.
- 13/12/1757, Bahia, Sobre o donativo, cx. 017, Doc. 3090, Cd: 002 – Castro e Almeida.
- 19/12/1757, Bahia, Condução a bordo do prisioneiro contrário ao Donativo, cx. 017, Doc. 3037 (anexo ao 3035), cd: 002 – Castro e Almeida.

- 12/02/1766, Vila Bela – Mato Grosso, Pedido de desvio do subsídio do terremoto para outros fins, AHU_Mato Grosso, cx, 12, doc: 60 / AHU_ACL_CU_010, cx, 13, D, 774, cd nº 04.
- 30/08/1766, São Paulo, Enaltecimento da escolha do Ouvidor que recupera os donativos para reconstrução de Lisboa, AHU_São Paulo_MGOUVEIA, cx. 24, Doc. 2303, Cd nº 003.
- [1767], São Paulo, Pedido de suspensão do pagamento do Donativo, AHU_São Paulo_GOUVEIA, cx. 25, Doc. 2368, Cd nº 003.
- 07/06/1780, Bahia, Suspensão do Donativo, cx. 055, Doc. 10606, Cd: 008 – Castro e Almeida.
- 18/02/1784, Bahia, Sobre vários assuntos, sobre a distribuição do donativo por anos e por comarcas, cx. 060, Doc. 11500, Cd: 008 – Castro e Almeida.
- 01/02/1796, Bahia, Prorrogação do Donativo por mais 10 anos, cx. 084, Doc. 16509, Cd: 013 – Castro e Almeida.
- 24/09/1796, Bahia, Agradecimento da Prorrogação do donativo por mais 10 anos, cx. 086, Doc. 16716, Cd: 013 – Castro e Almeida.
- 11/06/1799, Bahia, Carta do Governador à Rainha sobre o destino da contribuição por causa do terremoto, cx. 214, Doc. 34, Cd: Label 183_026 – Bahia-Avulsos.
- [1806], Bahia, Pedido para cessar o pagamento do donativo, cx. 144, Doc. 28851, Cd: 024 – Castro e Almeida.
- CABRAL, Paulino António: Abade de Jazente. *Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755, Romance Fúnebre!*, Poesias, Edição de Miguel Tamen, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985.
- GÓIS, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

- Inquérito do Marquês de Pombal – retirado de: FONSECA, João Duarte. *1755: O terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum Ed., 2004.
- MALAGRIDA, Gabriel. *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa, no Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manoel Soares, 1756.
- MARCOS, José Manuel (introdução, transcrição e notas). *Foral de Lisboa (1500)*, Amigos de Lisboa, Lisboa, 2000.
- *Memórias das Principais Providências que se deram no Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Ano de 1755, Ordenadas e Oferecidas à Majestade Fidelíssima de El-Rei D. José I, Nosso Senhor*, [s/i], 1758.
- MENDONÇA, Joaquim José Moreira de. *História Universal dos Terremotos... com uma narraçam Individual do terremoto do Primeiro de Novembro de 1755*, 1758.
- MONS, Arnaldo Pinto Cardoso. “O Terramoto de Lisboa”, In:___ *Revista de História das Idéias*, Instituto de História e Teoria das Idéias, Faculdade de Letras de Coimbra, 1996, v.8.
- NOZES, Judite (Ed.). *O Terramoto de 1755: Testemunhos Britânicos*, Lisboa, The British Historical Society of Portugal, 1990.
- OLIVEIRA, O Cavaleiro de. *Discours Pathétique ai Sujet dês Calamités Presentes Arrivés au Portugal*, (original de 1756), Lisboa, Ed. Frenesi, 2004.
- PEREIRA, Padre Antonio. *Carta escrita da Congregação do Oratório*, cit. Por: FONSECA, João Duarte. *1755: O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.
- ROUSSEAU, J. J. *Lettre sur la Providence*, 1756.
- VICENTE, Gil. *Tormenta: Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a El Rei Dom João, o Terceiro de nome, estando sua Alteza em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a vinte e seus de Janeiro de 1531*, Todas as Obras, CD-Rom,

Lisboa, Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

- VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*, Salvador, Editora Itapuã, 1968.
- VOLTAIRE. *Candide ou l'Optimisme*, 1759.
- VOLTAIRE. *Poème sur le Desastre de Lisbonne*, Genebra, 1756.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil: With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*, Berkeley: University of California Press, 1968.
- _____ e DEAN, Warren (eds). *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, Gainesville, 1977.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime Português*, Lisboa, Afrontamento, 1993.
- ALVES, Marietta. “O Comércio marítimo e alguns armadores do século XVIII na Bahia (I) – (II)”, (V), In____: *Revista de História*, São Paulo, XXXI, 65 (1965), 133-142; XXXIV, 69 (1967) 91-98; XXXVI, 74 (1968), 425-434.
- ANASTASIA, Carla. *Vassalos Rebeldes*, Belo Horizonte, C/ Arte, 1998.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*, Porto, Afrontamento, 1984.
- ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; ROSSA, Walter e SERRÃO, José Vicente (orgs.). *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- ARRUDA, Jose Rodrigues. *Cronologia histórica da história do Brasil : 1500-1983*. Natal , J. R. de Arruda, 1985.
- AVELLAR, Hélio de Alcântara. *Administração Pombalina*. Brasília, Ed. da UnB, 1983.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade de Salvador*, 3ª ed., Bahia, 1969.

- BAIÃO, A. et al. (ed.), *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. II, Lisboa: Ática, 1939.
- BASTOS, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; e FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *Trânsitos Coloniais: Diálogos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- BELO, André. “A Gazeta de Lisboa e o terramoto de 1755: a margem do não escrito”, In: __ *Análise Social*, nº 151-152, vol. XXXIV, Inverno 2000.
- BESSA, Antônio Luiz de. *História Financeira de Minas Gerais em 70 anos de República*, vol. 1, Belo Horizonte, Secretaria de Estado da Fazenda, 1981.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kisti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro na dinâmica colonial portuguesa. Séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos (XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- BICALHO, Maria Fernanda e SOUZA, Laura de Mello. *1680-1720 – O Império deste mundo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima e SOIHET, Rachel (orgs.). *Culturas Políticas: Ensaios de história Cultural, História política e Ensino de história*, Rio de Janeiro, Mauad, 2005.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*, em cd-rom.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*, São Paulo, Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, “Esprits d’Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique”, In: __ *Actes de la recherché en sciences sociales*, 96-97, mars 1993, pp. 49-62.

- BOXER, Charles R.. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- _____ . *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison-Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*, 2 Volumes, São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- _____ . *Civilização Material, economia e capitalismo: séculos XVI-XVIII*, V. III, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- CAETANO, Marcelo, *História do Direito Português*, vol.I (1140-1495), Lisboa: Verbo, 1981.
- CALAINHO, Daniela Buono. “Agentes Inquisitoriais no Brasil”, In: __ *Agentes da fé: Familiares da Inquisição portuguesa no Brasil Colonial*, São Paulo, EDUSC, 2006, p. 69-120
- CARDIM, Pedro. *Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- _____ . *O Poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na administração Pombalina*, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- CARVALHO, Sérgio Luis. *Cidades Medievais Portuguesas – uma introdução ao seu estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CHANTAL, Suzanne. *A Vida quotidiana em Portugal ao Tempo do Terremoto*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, [s/d].

- COELHO, António Borges Coelho. *O Tempo e os Homens: Questionar a HistóriaIII*, Lisboa, Caminho – Coleção Universitária, 1996.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra: Almedina, 1989.
- COSTA, Padre Avelino de Jesus da. População da cidade da Bahia em 1775, In___: *Actas: V Colóquio internacional de estudos luso-brasileiros*, Coimbra, 1965.
- CURTO, Diogo Ramada, *O Discurso Político em Portugal, 1600-1650*, Lisboa: Universidade Aberta, 1988.
- DEL PRIORE, Mary. *O Mar sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2003.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – 1300-1800, uma cidade sitiada*, tradução: Maria Lúcia Machado, tradução das notas: Heloísa Janh, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- DYNES, R. R.. *The Lisbon Earthquake in 1755: Contested Meanings in the First Modern Disaster*, Wilmington, University of Delaware Disaster Research Center, 1997. (publicado em <http://www.udel.edu/DRC/>).
- EDWARDS, S. & KEITH, H. *Conflito e Continuidade na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*, Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro, Zahar Editor, 1993.
- _____. *A Sociedade de Corte*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.
- _____. “Introdução: Ensaio Teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders”, In:___ *Os Estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, p. 19-50.
- ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*, São Paulo, 1969.

- FALCON, Francisco José C. *A época Pombalina: Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo, Ática, 1983.
- _____ e RODRIGUES, Antonio Edmilson M. Rodrigues. *Tempos Modernos: ensaios de história cultural*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*, São Paulo, Folha de São Paulo, 2000.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a História*, Lisboa, Teorema, 1999.
- FARIA, Sheila C. *A Colônia em Movimento, cotidiano e fortuna no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Revoltas, Fiscalidade e Identidade Colonial na América Portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*, São Paulo, Tese de Doutorado apresentada a FFLCH da USP, 1996.
- _____. *Narrativas das Rebeliões: Linguagem Política e idéias radicais na América Portuguesa Moderna*, In__: Revista da USP, São Paulo, nº 57 – março/maio, 2003, p. 06-27.
- _____. *Parecer de Antonio Rodrigues da Costa*, In__: NEVES, Guilherme Pereira; SILVA, Georgina e VAINFAS, Ronaldo. *Retratos do Império*, Niterói, EDUFF, 2007.
- FLORY, Rae. *Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*, Austin, Tese de Doutorado apresentada a University of Texas at Austin, 1978.
- _____ e SMITH, David Grant. Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries, In__: *Hispanic American Historical Review*, LVIII, 1978.
- _____. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Reconcavo, 1680-1725*, Tese de Doutorado apresentada a Universidade do Texas, 1978.

- FONSECA, João Duarte. *1755: O Terramoto de Lisboa: The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Printer Portuguesa/ Argumentum (Ed.), 2004.
- FONSECA, Luiza da. "Bacharéis brasileiros - elementos biográficos (1635-1830)". In *Anais. IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 02, 1951, pp. 109-405.
- FRAGOSO, João L. R.. *Elites econômicas em finais do século XVIII: mercado e política no centro-sul da América lusa. Notas de uma pesquisa*, São Paulo, HICITEC, 2005.
- _____ . *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro, 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.
- _____ e Manolo FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro (c.1790-c.1840)*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.
- FRANÇA, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 3ª Ed., Lisboa, Bertrand Editora, 1987.
- FURET, François e OZOUF, Jacques. "Tróis siècles de métissage culturel", In__ : *Lire et Écrire: Ualphabétisation de Calvin à Jules Ferry*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócios: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, HUCITEC, 1999.
- GARCIA, Rodolfo, *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Finanças Públicas e Estrutura do Estado In__ : *Ensaio II. Sobre História de Portugal*. 2ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 1978, pp. 51-52.

- GUÉRY, Alain. Le roi dépensier. Le don, la contrainte et l'origine du système financier de la Monarchie française d'Ancien Regime, In: __ *La Revue de M.A.U. S. S.*, 1983.
- HANSEN, João Adolfo. "A Murmuração do Corpo Místico", In: __ *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2004
- HESPANHA, António Manuel. *Poder e Instituições no Antigo Regime: Guia de Estudos*, Lisboa, Cosmos, 1992.
- _____ (coord). *História de Portugal – Antigo Regime*, vol. 4, Lisboa, Ed. Estampa, 1993.
- _____. *Portugal Moderno, Político e Institucional*, Lisboa, Universidade de Aberta, 1994.
- _____. *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político em Portugal*, Lisboa: Ed. do Autor, 1987.
- _____. *História das Instituições*, Coimbra: Almedina, 1983.
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A Época Colonial: Administração, economia, sociedade*. São Paulo, Difel/Difusão Editorial S.A., 1982. Livro II, capítulo I "A Igreja no Brasil Colonial".
- _____ (ed). *História Geral da Civilização Brasileira*, t. I, vol. II, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- _____. *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- JANCSON, István. *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*, São Paulo, FFLCH – USP (série iniciação, 1), 1994.

- KANTOROWICZ, *Os dois corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- KANTOR, Iris (Org.), JANCSÓ, István (Org.) . *Festa: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: EDUSP / Hucitec / Fapesp / Imprensa Oficial, 2001. v. 2.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*, Rio de Janeiro, Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.
- _____ . *The Practice of Conceptual History*, Stanford-California, Stanford University Press, (s/d).
- LAPA, José R.. Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*, São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1968.
- LE GOFF, Jacques. *A Política será a ossatura da história?*, In___: O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval, Lisboa, Edições 70, [s/d].
- _____ . *A Civilização no Ocidente Medieval*, Lisboa, Estampa, 1984.
- _____ . Cidade, In__ *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, Organizadores: Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, tradução do verbete: Mário Jorge da Motta Bastos, São Paulo, Imprensa Oficial, Florianópolis, EDUSC, 2002.
- _____ . *Por Amor às Cidades*, São Paulo, Editora UNESP, 1999.
- _____ . *O Apogeu da Cidade Medieval*. São Paulo. Martins Fontes. 1992.
- _____ e NORA, Pierre. *Nova História - Novos Temas, Novos Problemas e Novas Abordagens*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Aspectos da Influência dos Homens de Negócios na Política Comercial Ibero-Americana – Século XVII*, [s/i], 1963, (mimeo).
- LUGAR, Catherine. *The Merchant Community of Salvador, Bahia: 1780-1830*, New York, Tese de Doutorado apresentada a Universidade de Nova Iorque, 1980.
- MACEDO, José Borges de. Portugal e a economia pombalina: temas e hipóteses, In: __ *Revista de História*, São Paulo, 1954, v.9, nº 19.
- MARQUES, A . H. Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, Editorial Presença, Lisboa, 1986.
- MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elite e Riqueza em Salvador (1760-1808)*, São Paulo, Tese de Doutorado apresentada a USP, 1998, (mimeo).
- MATOSO, Kátia M. de Queiroz. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MAURO, Frédéric, "O Papel Econômico do Fiscalismo no Brasil Colonial (1500-1800)", in *Nova História e Novo Mundo*, São Paulo: Perspectiva , 1969, 193-203.
- _____, "Política e Instituições Sociais no Brasil Colonial", in *Nova História e Novo Mundo*, São Paulo: Perspectiva , 1969, 225-240.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- _____. *Chocolate, Piratas e outros Malandros: Ensaios tropicais*, Paz e Terra (s/d).
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: Nobres contra mascates – Pernambuco – 1666-1715*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

- _____ . *Rubro Veio: O imaginário da restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2ª edição, 1997.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*, 2 vols, Rio de Janeiro: IHGB, 1972.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo ; CARDIM, Pedro & CUNHA, Mafalda Soares da (coord.). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Universidade de Lisboa, ICS - Imprensa do Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- _____ . *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2003.
- _____ e OLIVEIRA, César. *História dos Municípios e do Poder Local em Portugal (Dos Finais da Idade Média à União Européia)*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 1996.
- _____ *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1998; 2ª ed. Revista, Lisboa, Imprensa Nacional, 2003.
- _____ . Poderes Municipais e Elites Locais (Séculos XVII-XIX): Estado da Questão, In____: *O Município no Mundo Português*, Funchal, C.E.H.A., 1998, pp.79-89.
- _____ . Ethos aristocrático y estructura del consumo: la aristocracia cortesana portuguesa a finales del antiguo régimen, In____: *História Social*, nº28, 1997, pp. 127-141.
- _____ . Poder local e corpos intermédios: especificidades do Portugal moderno numa perspectiva histórica comparada, In____: *Poder Central, Poder Regional, Poder Local. Uma perspectiva histórica* (coord. Luís Espinha da Silveira), Lisboa, Ed. Cosmos, 1997, pp.47-61.
- _____ . Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime, In____: *Análise Social*, nº141, 1997, pp.335-368.

- _____ . O “ethos” da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre casa e serviço ao Rei, In____: *Revista de História das Idéias*, vol.19, 1998, pp.383-402.
- _____ . A corte, as províncias e as “conquistas”, centros de poder e trajectórias sociais no Portugal Restaurado (1668-1750), In____: *O Barroco e o mundo Ibero-Atlântico*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998, pp.23-41.
- _____ . Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal moderno (séculos XVII e XVIII), Centralização e descentralização na Península Ibérica, In__ : *Actas dos IV: Cursos de Verão de Cascais*, Cascais, C.M. de Cascais, 1998, pp.113-123.
- _____ . Modelos de comportamento aristocrático nos finais do Antigo Regime, In____: *Temas de Genealogia e História da Família*, Porto, Univ. Moderna, 1998, pp.133-156.
- _____ . O Brasil na Corte portuguesa do século XVIII, In____: *A construção do Brasil (1500-1825)*, Lisboa, CNCDP, 2000, pp.49-59.
- _____ . Pombal, a monarquia e as nobrezas», in *Actas do Colóquio sobre o Marquês de Pombal*, In____: *Pombal/Oeiras*, Câmara Municipal de Pombal, 2001, pp.27-38.
- _____ . *D. José: na Sombra de Pombal*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes . *O Rei no Espelho: A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América 1640-1720*, 1. ed. São Paulo: Hucitec / Fapesp / Instituto Camões, 2002.
- MORAIS, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra Nascidos no Brasil*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Idéia de Revolução no Brasil (1789-1801): Estudos da Forma de pensamento*, São Paulo, Ática, 1996.

- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo, HUCITEC, 1986.
- _____ (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*, vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- OLIVAL, Fernanda. “O Brasil, as Companhias Pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos”, In__ : *Do Brasil à Metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)*, Évora, Universidade de Évora, 2001.
- _____. *Honra, Mercê e Venalidade: As Ordens Militares e o Estado Moderno*, Lisboa, Estar, 2001.
- OLIVEIRA, Antonio. *Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1640*. Portalegre, 1989.
- OLIVEIRA, José Teixeira de. Dicionário Brasileiro de Datas Históricas. Petrópolis, Vozes, 2002.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Folha de São Paulo, 2000.
- _____. *Evolução política do Brasil e outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1963.
- _____. *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1969.
- PEDREIRA, Jorge Luis. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social*, Tese de Doutorado, Lisboa, FCSH, 1995 (mimeo).
- PEREIRA, Avanete. *Poder Político Local e Vida Cotidiana no Brasil Colonial: O Papel da Câmara Municipal na Organização Social da Cidade de Salvador no século XVIII e início do XIX*, Salvador, Dissertação de Mestrado apresentada a UFBA, 1996, (mimeo).

- PITANGA, Fernando. Gente de pés ligeiros A situação de penúria das tropas coloniais multiplicava as deserções e justificava rebeliões como as do Terço de Salvador nos séculos XVII e XVIII, In:___ *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, nº 13, 2006.
- REGO, Antonio da Silva. *O Ultramar Português no séc. XVIII*, Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1959.
- REIS, Cláudio de Britto. *O Terremoto de Lisboa, 1º de Novembro de 1755*, Rio de Janeiro, Altiya, 2003.
- REIS, N. G.. *Evolução Urbana do Brasil: 1500-1720*, São Paulo, Editora Pini Ltda, 2ª edição, 2001.
- REIS FILHO, N. G.. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*, São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial, 2000.
- RÉMOND, René. *O Retorno do Político*, In:__: CHAUVEAU, Agnes (org.) Questões para a história do presente, Bauru – SP, EDUSC, 1999.
- _____. *Por uma história política*, Rio de Janeiro, Ed, FGV, 2003.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade, In__ *Enciclopédia Einaudi. Região*,. Lisboa, Imprensa Nacional, 1986, v. 8.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. In__: *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010&lng=es&nrm=iso
- _____. *Fidalgos e Filantropos: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- _____. Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no século XVIII, In__: *O bi-centenário de um monumento bahiano*, Bahia, 1971.
- RUY, Afonso. *História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador*. Salvador, Câmara Municipal, 1953.

- SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- SANTOS, Lara de Melo dos. *Resistência Indígena e escrava em Camamu no século XVII*, Salvador, UFBA, Dissertação de mestrado, s/d, (mimeo).
- SCHAUB, Jean-Frédéric. “Conclusion Générale”, In: __ *Le Portugal au temps du Comte-Duc D’Olivares (1621-1640): Le conflit de Juridictions comme exercice de la politique*, Madrid, Casa de Valázques, 2001, p. 385-406.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, 2ª ed
- SCHWARTZ, Stuart B., *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial*, trad. port., São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____ . *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____ e LOCKHART, James. *A América Latina na época colonial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- _____ “A ‘Babilônia’ Colonial: A Economia Açucareira”, In: __ BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dirs.). *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p. 213-231
- SILVA, Cândido C. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*, São Paulo, Editora Ática, 1982.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *O Império luso-brasileiro (1750-1822)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- _____ . *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. São Paulo/Lisboa, Verbo, 1994.
- SIRINELLI, Jean-François. *De la demeure à l’agora: Pour une histoire culturelle du politique*, In: __: BERSTEIN, Serge e MILZA, Pierre (directeurs)

Axes et Méthodes de l'Histoire Politique, France, Presses Universitaires de France, [s/d].

- SLEMIAN, Andréa (org.). *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*. São Paulo, Dpto. de História - USP, 1994 (impressão 1995).
- SMITH, David Grant. *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: A Socio-Economic Study of the Merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, Tese de Doutorado apresentada a Universidade do Texas, 1975.
- SOUSA, Afonso Rui. *História Política e Administrativa da Cidade de Salvador*, Salvador, Tip. Beneditina, 1949. O Autor apresenta um importante aparato de informações essenciais para o estudo da Câmara de Salvador, bem como daquela sociedade.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico. Demonologia e Colonização. Séculos XVI-XVIII*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____ . *O Sol e a Sombra: Política e Administração na América Portuguesa do Século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Pereira de. *O terramoto do Primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e Um estudo Demográfico*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1919-1932.
- SUBTIL, José. *O Terramoto Político (1755-1759): Memória e Poder*, Lisboa, Edial, 2006.
- _____ . “A Arquitetura dos Poderes: Os poderes do Centro”, In: _____ HESPANHA, Antonio Manoel (org.) *História de Portugal: O Antigo Regime*, Lisboa, Editora Estampa, volume 4, 1994.
- TAVARES, L. H. D. *História da Bahia*, 6ª ed., São Paulo, Ática, 1979.
- TAVARES, Rui. *O Pequeno Livro do Grande Terramoto*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2005.

- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *O antigo regime e a revolução*. 2^a. ed., Brasília, Editora da UnB, 1982.
- TORGAL, Luís Reis, *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vol., Coimbra: BGUC, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.
- _____. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e Rebeldia no Brasil Colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo: Do tráfico de Escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos (dos séculos XVII a XIX)*, Salvador, Corrupio, 2002.
- VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*, Bahia, 1893.
- VILLARI, Rosario. “Capítulo V. O Rebelde”, In: __ *O Homem Barroco*, Lisboa, Editora Presença, 1994, p. 95-114.
- ZENHA, Edmundo, *O Município no Brasil, 1532-1700*, São Paulo, 1948.